

AGENDA 21

Silva Jardim



AGENDA 21
SILVA JARDIM-RJ

AGENDA 21 COMPERJ

Grupo Gestor:

Petrobras	Gilberto Puig Maldonado
Ministério do Meio Ambiente	Karla Monteiro Matos (2007 a junho de 2010) Geraldo Abreu (a partir de julho de 2010)
Secretaria de Estado do Ambiente (RJ)	Carlos Frederico Castelo Branco

Equipe:

Coordenação Geral: Ricardo Frosini de Barros Ferraz

Coordenação Técnica: Patricia Kranz

Redação: Arilda Teixeira
Janete Abrahão
Kátia Valéria Pereira Gonzaga
Patricia Kranz
Thiago Ferreira de Albuquerque

Pesquisa: Mônica Deluqui e Ruth Saldanha

Revisão de Conteúdo: Ruth Saldanha

Revisão: Bruno Piotto e Fani Knoploch

Leitura Crítica: Cláudia Pfeiffer

Edição de Texto: Vania Mezzonato / Via Texto

Colaboração: Ana Paula Costa
Bruno Piotto
Hebert Lima
Liane Reis
Luiz Nascimento
Maria Aparecida de Oliveira
Nathália Araújo e Silva

Fomento dos Fóruns: Ana Paula Costa

Colaboração: Leandro Quintão
Paulo Brahim
Roberto Rocco

Projeto Gráfico: Grevy Conti Designers

Seleção e Tratamento de Imagens: Maria Clara de Moraes

Fotos: Juan Pratginestós, Diego Campos, Geziel Campos Alves, Marcio Kleber, Maria Aparecida de Oliveira, Roberto Rocco, Camila de Souza Alexandre / Banco de Imagens Petrobras: Beto Paes Leme, Bruno Veiga, Cris Isidoro

Impressão: Stilgraf

MEMBROS DO FÓRUM DA AGENDA 21 DE SILVA JARDIM

Primeiro Setor

Antonio Carlos Vairo dos Santos – Emater Rio
Ezequiel Moraes dos Santos – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Flavia Rocha Coelho – Colégio Estadual São Sebastião
Inácio Gomes Campos de Araújo – Secretaria Municipal de Saúde
Jane Ferreira Lopes – Secretaria Municipal de Saúde
Antonio Rufino Dias Ferreira – Câmara de Vereadores
Leandro de Abreu Lima – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Marly Oliveira Carvalho da Fonseca – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia
Marla Regina Domingues de Moraes – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Segundo Setor

Angela Falcão Carvalho – Pousada Ypuca
Carlos Alberto Picorelli – Fazenda Santa Luzia
Eros Campello de Queiroz – Pousada da Aldeia
Gilson da Fonseca Ribeiro – G.F Ribeiro Vidraçaria
Jorge Ribeiro Rosa – Point do Camarão
Elsemiro da Silva – Produtor Rural

Terceiro Setor

Artur S. Andrade – Consorcio Intermunicipal Lagos São João
Celia Maria S. Pereira – Teartesanatos
Naide de Pinho P. Santos – OSCIP Empreendedor
Josué Campos – Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Silva Jardim
Jurema Maria da Conceição – Associação de Pescadores de Juturnaíba
Marilda de Torres Pelito – Arte e Renda
Nandia Xavier – Associação Mico-Leão-Dourado
Nelson Lessa – Associação de Moradores de Lucilândia

Comunidade

Aliandro de Oliveira Rosa
Ana Claudia Correa de Sena
Míria Ferreira Lopes
Ruan Azevedo
Helder Espedito Costa de Abreu
Paulo Cesar Vergara Lopes

Um dos principais empreendimentos da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) deverá entrar em operação em 2013. Situado em Itaboraí, vai transformar o perfil socioeconômico de sua região de influência.

Ciente da necessidade de estabelecer um relacionamento positivo com as comunidades sob influência direta de suas operações, a Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e organizações da sociedade civil, desenvolveu uma metodologia para implementar a Agenda 21 Local nos municípios localizados no entorno do Comperj.

Em todo o mundo, já foram desenvolvidas mais de 5 mil Agendas 21 Locais, e diversas empresas utilizaram ou utilizam a Agenda 21 em seus processos de planejamento e alinhamento com a sustentabilidade. No entanto, não se conhece experiência anterior que tenha fomentado um processo em escala semelhante, nem que empregue a Agenda 21 como base de política de relacionamento e de comunicação, o que torna esta experiência uma estratégia empresarial inédita.

A implementação de Agendas 21 Locais colabora para estruturar modelos sustentáveis de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esclarece o papel de cada setor social nesse processo. Além disso, neste caso, contribui para que os municípios se preparem mais adequadamente para os impactos e oportunidades advindos do desenvolvimento impulsionado pelo Comperj e por outras empresas que se instalarão na região.

A Agenda 21 Comperj expressa o compromisso por parte da Petrobras, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e de todos os demais envolvidos, de promover um desenvolvimento pautado na sustentabilidade no entorno da região em que o Comperj se insere.

Esse esforço só foi possível devido à ampla participação de toda a sociedade. Assim, agradecemos a todas as instituições, empresas, associações e cidadãos que, voluntariamente, dedicaram seu tempo e esforços ao fortalecimento da cidadania em seus municípios em busca de um modelo de desenvolvimento que leve qualidade de vida para todos.

Estendemos nosso agradecimento também a todas as prefeituras e câmaras de vereadores, ao Poder Judiciário e a outros representantes do Primeiro Setor por sua participação ativa nesse processo.

Esperamos que a Agenda 21, fruto de trabalho intenso e amplo compromisso, contribua para a construção de um futuro de paz e prosperidade para esta e as próximas gerações. Transformá-la em realidade é uma tarefa de todos.

Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj



Prezado(a) Senhor(a)

A Agenda 21 Local em Silva Jardim teve seu ponto de partida em outubro de 2006, por iniciativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Trata-se de um processo em que os órgãos de governo local (Executivo e Legislativo), cidadãos, técnicos, empresários e a sociedade civil organizada trabalham em conjunto e definem as prioridades para um desenvolvimento sustentável da cidade nas vertentes ambiental, social e econômica.

É um sistema com um componente participativo muito forte, no qual as autoridades trabalham em parceria com os vários setores da comunidade na elaboração de um Plano de Ação, de forma a implementar a sustentabilidade em nível local. Trata-se de uma estratégia integrada, consistente, que procura o bem-estar social, melhorando a qualidade do ambiente sem esquecer o desenvolvimento econômico.

Na prática, uma Agenda 21 Local não passa de uma forma de envolver todas as pessoas e instituições de uma região, na identificação dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos desse local e dar soluções adequadas a esses problemas, à luz da visão que a comunidade tem para o seu futuro.

Chamamos de “diagnóstico” a identificação dos problemas, realizada pela população, e sua caracterização, feita sobretudo pela equipe técnica. O “plano de ação” consiste na identificação de soluções e formas de concretizá-las. É elaborado pela equipe técnica, em conjunto com a população, e deve sempre ser pensado de forma a promover o desenvolvimento sustentável.

Após um ano e meio de trabalho, a Agenda 21 Local, ainda em construção, se integra ao Projeto Agenda 21 Comperj e se fortalece.

A Prefeitura de Silva Jardim assume o compromisso com o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), convidando todos os silva-jardinenses a participar da Agenda 21 Local do nosso município, valorizando, assim, a responsabilidade da tarefa que cabe a cada um na promoção do bem, na manutenção da vida e no respeito à natureza.

Marcelo Cabreira Xavier

Prefeito de Silva Jardim



A Agenda 21 Local ganhou novo impulso com a união da agenda Comperj, que contribuiu para a formação do diagnóstico participativo dos membros, a capacitação do fórum permanente, encontros de interação com agentes regionais, entre outros.

O município conta com uma sociedade atuante, que procura mecanismos para se envolver de alguma maneira na gestão municipal.

Assim a Agenda atua como uma ferramenta que une os diversos seguimentos sociais em prol do tão desejado desenvolvimento sustentável. Foi assim que descobrimos a verdadeira identidade, o perfil da nossa cidade e não podemos exitar em valorizar o potencial que temos, nos orgulhando no resgate de um município rural e ecológico e com tantos atrativos ainda desconhecidos.

Estamos felizes por ter vencido mais uma etapa, por sabermos que às vezes as coisas andam muito devagar, mas é importante não parar e qualquer um pode fazer um pequeno progresso e, que ao nos comprometermos, façamos intensamente, apaixonados, pois quanto mais nos dedicarmos mais nos aproximamos do nosso objetivo.

Queremos agradecer a todos que colaboraram direta ou indiretamente na construção da nossa Agenda e, agora é chegado o momento de juntos colhermos. Passamos por vários obstáculos, mas valeu a pena, pois foi a união de um grupo de voluntários que com suas experiências e vivências expressaram seus anseios e devaneios e, em prática elaboraram propostas que foram discutidas por diversos pensares e olhares para que hoje pudéssemos apresentar a toda população.

Parabéns a todos e vamos continuar nossa luta coletiva por uma Silva Jardim melhor, por uma cidade verde, reconhecida e respeitada, principalmente pelos próprios munícipes, pois é muito bom viver aqui.

Antônio Carlos Vairo dos Santos

Marly Oliveira Carvalho da Fonseca

Jorge Ribeiro Rosa

Naide de Pinho Pereira dos Santos

Helder Espedito Costa de Abreu



Sumário

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21.....	13
A Agenda 21 Local.....	14
A Agenda 21 no Brasil.....	15
AGENDA 21 COMPERJ.....	16
Agendas 21 Locais na Região.....	16
Premissas.....	17
Organização da Sociedade.....	17
Metodologia.....	18
Desafios e Lições Aprendidas.....	22
O MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM.....	25
Características.....	25
Um pouco da história de Silva Jardim.....	26
Processo de construção da Agenda 21 Local em Silva Jardim.....	27
AGENDA 21 DE SILVA JARDIM.....	30
Para ler a Agenda.....	30
Vetores qualitativos e os 40 capítulos da Agenda 21 em Silva Jardim.....	31
Vocação e Visão.....	34
ORDEM AMBIENTAL.....	37
Recursos Naturais.....	38
Recursos Hídricos.....	45
Biodiversidade.....	50
Mudanças Climáticas.....	54

ORDEM FÍSICA.....	59
Habitação.....	60
Saneamento.....	66
Mobilidade e Transporte.....	73
Segurança.....	76
ORDEM SOCIAL.....	81
Educação.....	82
Educação Ambiental.....	86
Cultura.....	89
Saúde.....	93
Grupos Principais.....	96
Padrões de Consumo.....	102
Esporte e Lazer.....	104
ORDEM ECONÔMICA.....	107
Geração de Trabalho, Renda e Inclusão Social.....	108
Agricultura.....	114
Indústria e Comércio.....	119
Turismo.....	122
Geração de Resíduos.....	126
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO.....	131
Ciência e Tecnologia.....	132
Recursos Financeiros.....	136
Mobilização e Comunicação.....	141
Gestão Ambiental.....	143
AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO.....	147
Programas ambientais.....	147
Projetos sociais.....	149
GLOSSÁRIO (SIGLAS).....	152
PARTICIPANTES.....	156
CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS.....	163

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21

A sustentabilidade não tem a ver apenas com a biologia, a economia e a ecologia, tem a ver com a relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza.
(Moacir Gadotti)

A vida depende essencialmente do que a Terra oferece – água, ar, terra, minerais, plantas e animais. Todavia, há algumas décadas, esses recursos naturais vêm dando sinais de esgotamento ou de degradação, principalmente em função do consumo dos seres humanos, que estão se apropriando de cerca de 20% da produção mundial de matéria orgânica. Como um planeta com recursos em grande parte finitos pode abrigar e prover a crescente população de seres humanos e as demais espécies que nele vivem?

Evidências científicas sobre os crescentes problemas ambientais levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a reunir 113 países, em 1972, no primeiro grande evento internacional sobre o meio ambiente – a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Uma das conclusões do encontro foi que era preciso rever a própria noção de desenvolvimento. Para tanto, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, em 1987, publicou o relatório “Nosso Futuro Comum”, no qual foi consagrado o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

A Comissão declarou que a economia global, para atender às necessidades e interesses legítimos das pessoas, deve crescer de acordo com os limites naturais do planeta e lançou o conceito de sustentabilidade. “A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável – de assegurar que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades.”

Em busca desse novo modelo de desenvolvimento, em 1992 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como Rio-92. Tratou-se, na época, do maior evento voltado para o meio ambiente até então realizado pela ONU, contando com a representação de 179 nações e seus principais dirigentes.

Um dos principais resultados da Rio-92 foi o documento do Programa Agenda 21, que aponta o desenvolvimento sustentável como o caminho para reverter tanto a pobreza quanto a destruição do meio ambiente. O documento lista as ações necessárias para deter, ou pelo menos reduzir, a degradação da terra, do ar e da água e preservar as florestas e a diversidade das espécies de vida. Trata da pobreza e do consumo excessivo, ataca as desigualdades e alerta





“Esse processo é fonte de informações, crescimento justo e comprometimento social.”

para a necessidade de políticas de integração entre questões ambientais, sociais e econômicas.

Em seus 40 capítulos, o documento detalha as ações esperadas dos governos que se comprometeram com a Agenda 21 e os papéis que cabem a empresários, sindicatos, cientistas, professores, povos indígenas, mulheres, jovens e crianças na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo.

A Agenda 21 local

Mais de dois terços das declarações da Agenda 21 adotadas pelos governos nacionais participantes da Rio-92 não podem ser cumpridos sem a cooperação e o compromisso dos governos locais. Em todo o documento há uma forte ênfase na “ação local” e na administração descentralizada.

Mais precisamente, a ideia da elaboração das Agendas 21 Locais vem do capítulo 28 da Agenda 21, o qual afirma que é no nível local que as ações ocorrem concretamente e, assim, as comunidades que usam os recursos naturais para sua sobrevivência é que podem ser mais eficientemente mobilizadas para protegê-los.

A Agenda 21 Local é um processo de elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e de sua implementação por meio da formação de parcerias entre autoridades locais e outros setores, orientando-os rumo ao futuro desejado.

O processo de construção de Agendas 21 Locais se inicia com um levantamento dos problemas, preocupações e potencialidades de cada território, seguido da elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável, de forma consensual e com ampla participação de todos os setores da sociedade.

A construção das Agendas 21 Locais se dá por meio dos Fóruns de Agenda 21, espaços de diálogo onde representantes de diversos setores da sociedade se reúnem regularmente para acompanhar a construção das Agendas 21 Locais e a viabilização dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A construção de Agendas 21 Locais é um processo contínuo – e não um único acontecimento, documento ou atividade. Não existe uma lista de tarefas a executar, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas de acordo com as circunstâncias e prioridades locais, e que deverão ser constantemente trabalhadas e atualizadas.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidas as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

A Agenda 21 no Brasil

O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira se deu entre 1996 e 2002, e foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS). Durante esse período, cerca de 40 mil pessoas em todo o País foram ouvidas, em um processo que valorizava a participação cidadã e democrática.

No ano seguinte ao término da sua elaboração, a Agenda 21 brasileira foi alocada como parte integrante do Plano Plurianual (PPA) do governo federal – o que lhe proporcionou maior força política e institucional – e deu-se início à fase de implementação.

A Agenda 21 brasileira cita quatro dimensões básicas no processo de construção do desenvolvimento sustentável:

Ética – demanda que se reconheça que o que está em jogo é a vida no planeta e a própria espécie humana;

Temporal – determina a necessidade de planejamento a longo prazo, rompendo com a lógica imediatista;

Social – expressa o consenso de que o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado por uma sociedade democrática e mais igualitária;

Prática – reconhece que a sustentabilidade só será conquistada por meio da mudança de hábitos de consumo e de comportamentos.

Assim como nos demais países, a Agenda 21 brasileira não pode ser cumprida sem a cooperação e o compromisso dos governos locais.

AGENDA 21 COMPERJ

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um dos principais empreendimentos da Petrobras no setor petroquímico, está sendo construído no município de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro.



Quando entrar em operação, o complexo agregará valor ao petróleo nacional e reduzirá a necessidade de importação de derivados e produtos petroquímicos. Além disso, atrairá novos investimentos e estimulará a criação de empregos diretos, indiretos e por efeito renda, modificando o perfil socioeconômico da região do leste fluminense.

Para mais informações sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, acesse o *site* www.comperj.com.br

Mapa 1: Área de atuação da Agenda 21 Comperj



Agendas 21 locais na região

O projeto Agenda 21 Comperj é uma iniciativa de responsabilidade socioambiental da Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, que formam o Grupo Gestor do projeto. É parte do programa de relacionamento que a companhia está promovendo junto aos 15 municípios localizados nas proximidades do Comperj: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis. Juntos, estes municípios representam uma área de 8.116 km², com mais de oito milhões de habitantes, dos quais seis milhões correspondem à população do município do Rio de Janeiro.

O objetivo do projeto é criar e fomentar processos de Agenda 21 Locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em toda a região e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, hoje e no futuro.

O projeto Agenda 21 Comperj foi realizado simultaneamente em todos os municípios participantes, com exceção do Rio de Janeiro. Este município se encontra na fase de Consolidação Municipal (ver Metodologia), devido à complexidade local e aos planos de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ainda em elaboração.

A descrição e os documentos gerados em cada etapa podem ser encontrados no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Com o lançamento das Agendas e a implementação dos Fóruns Locais em cada município, o projeto é encerrado, e os Fóruns passam a ser acompanhados pelo Programa Petrobras Agenda 21 e a se relacionar diretamente com o Comperj.

Uma vez finalizadas, as Agendas 21 passam a ser uma referência para a implantação de políticas públicas e ações compensatórias e de responsabilidade socioambiental de empresas que deverão se instalar na região.

Premissas

O projeto Agenda 21 Comperj adota as premissas de construção de Agenda 21 preconizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA):

- Abordagem multissetorial e sistêmica, que envolve as dimensões econômica, social e ambiental;
- Sustentabilidade progressiva e ampliada, ou seja, construção de consensos e parcerias a partir da realidade atual para o futuro desejado;
- Planejamento estratégico participativo: a Agenda 21 não pode ser um documento de governo, mas um projeto de toda a sociedade;
- Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e ao engajamento de pessoas, instituições e organizações da sociedade;
- Processo tão importante quanto o produto;
- Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento.

Organização da sociedade

O projeto Agenda 21 Comperj substituiu a divisão paritária da malha social entre governo e sociedade civil, comumente adotada, pela divisão em quatro setores – público, privado, sociedade civil organizada e a comunidade – no

"O processo da Agenda 21 permitiu a integração dos diversos setores de Silva Jardim. Para mim, foi possível ver que a população está interessada em realizar ações elaboradas por nós mesmos."

intuito de identificar mais detalhadamente as demandas locais, fortalecendo a representação dos diversos segmentos.

SETORES	REPRESENTAÇÃO
Primeiro	Prefeituras, Câmaras de Vereadores, poderes Legislativo e Judiciário, órgãos e empresas públicos
Segundo	Empresas de capital privado, associações e federações do setor produtivo
Terceiro	ONGs, sindicatos, associações de classe, clubes, fundações
Comunidade	Associações de moradores e de pescadores, e cidadãos em geral

Metodologia

A metodologia do Projeto Agenda 21 Comperj é constituída de cinco etapas:

- 1) Mobilização da Sociedade;
- 2) Construção Coletiva;
- 3) Consolidação Municipal;
- 4) Formalização dos Fóruns Locais;
- 5) Finalização das Agendas.

A descrição resumida dessas etapas e dos produtos delas resultantes se encontra nas tabelas das páginas seguintes e de forma mais detalhada no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Para executar as quatro primeiras fases, foram contratadas, por meio de licitação, quatro Organizações Não Governamentais – Instituto Ipanema, Instituto de Estudos da Religião - Iser, Rodaviva e Associação de Serviços Ambientais - ASA –, encarregadas da mobilização dos setores sociais e da facilitação de oficinas.

Para o acompanhamento da fase de Finalização das Agendas, incluindo redação, diagramação, impressão e eventos de lançamento, foram contratados consultores especializados.

Como resultado deste processo, as diferentes demandas da sociedade foram identificadas e sistematizadas em um mapeamento detalhado do cenário local, contemplando anseios, propostas e visões dos quatro setores dos municípios abrangidos.

Com a sociedade local representada nos Fóruns de maneira paritária e com um objetivo comum, foi possível construir os Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

Ao final das cinco etapas, as Agendas 21 Comperj compõem um mosaico do contexto regional e oferecem uma visão privilegiada do cenário no qual o Complexo Petroquímico será instalado, indicando as potencialidades que podem ser aproveitadas em benefício de todos, fortalecendo a cidadania e a organização social.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Mobilização da Sociedade Março de 2007 a Janeiro de 2008	Caravana Comperj, em cada município, para: <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o Comperj, o projeto de Agenda 21 e as demais ações planejadas para a região; • Identificar lideranças e atores estratégicos locais; • Sensibilizar e mobilizar os setores; • Envolver a comunidade no processo; • Divulgar o calendário de eventos relacionados à Agenda 21. 	Na região: <ul style="list-style-type: none"> • 15 Caravanas Comperj realizadas; • 1.589 representantes do poder público, 900 da iniciativa privada, 850 do Terceiro Setor e 5.038 municípios em geral, movimentos populares e associações de moradores mobilizados para a fase seguinte do processo; • Fórum Regional da Agenda 21 Comperj criado em reunião com a presença de 2.700 pessoas. 	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação e responsabilidade operacional
Construção Coletiva Janeiro a Setembro de 2008	Seis reuniões por setor em cada município para: <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer os setores, identificar seus interesses e promover o alinhamento da visão de cada um sobre o município; • Realizar o Levantamento das Percepções Setoriais (LPS), identificando preocupações e potencialidades; • Elaborar Planos de Ação Setoriais; • Eleger sete representantes de cada setor. 	Na região: <ul style="list-style-type: none"> • 369 reuniões ordinárias e 197 extraordinárias realizadas; • 292 representantes eleitos para participação nas atividades da fase seguinte. Em cada município: <ul style="list-style-type: none"> • Estágios de desenvolvimento do município em relação aos 40 capítulos da Agenda 21 Global identificados (Vetores Qualitativos)¹; • Preocupações e potencialidades de cada setor identificadas; • Planos Setoriais elaborados; Setores sociais fortalecidos e integrados. 	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Fundação José Pelúcio (UFRJ) ONGs Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA Fórum Regional Agenda 21 Comperj	Coordenação estratégica Coordenação executiva Responsabilidade operacional Monitoramento

¹ Os Vetores Qualitativos foram elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a construção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a relacioná-los com a realidade local e planejar aonde gostariam de chegar.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES
Consolidação Municipal Novembro de 2008 a Junho de 2009	Duas oficinas com os representantes dos quatro setores de cada município para: <ul style="list-style-type: none"> • Integrar os setores, orientando-os para um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável do município; • Obter consenso sobre os estágios dos vetores estabelecidos pelos quatro setores; • Obter consenso sobre as preocupações e potencialidades elencadas pelos quatro setores; • Identificar a vocação e construir uma visão de futuro para o município com base na realidade local, bem como oportunidades e demandas decorrentes da implantação do Comperj; • Elaborar um plano de ação com base nos temas estruturantes de planejamento; Elaborar o detalhamento preliminar de propostas para viabilizar o plano de ação.	Na região: 30 oficinas de 20 horas cada. Em cada município: <ul style="list-style-type: none"> • Consenso acerca das preocupações e potencialidades municipais e estágios dos vetores identificados; • Planos de ação municipais elaborados; • Primeira versão de Vocação e Visão de Futuro do município; • Propostas de ação detalhadas, prioridades estabelecidas e possíveis parceiros e fontes de financiamento identificados; • Setores sociais integrados em um Fórum da Agenda 21. 	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA Consultoria Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade operacional e metodológica ILTC ²

“O processo nos deu melhor conhecimento das riquezas do município. Precisamos nos mobilizar e, acima de tudo, sermos responsáveis como membros da Agenda 21 Local.”

² ILTC – Instituto de Lógica, Filosofia e Teoria da Ciência

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES
<p>Formalização dos Fóruns Locais</p> <p>Julho a Dezembro de 2009</p>	<p>Dois oficinas em cada município para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientar os Fóruns para sua organização, estruturação e formalização através de projeto de lei ou decreto; • Desenvolver o Regimento Interno; • Aprimorar a vocação e a visão de futuro municipal; • Realizar a análise técnica das propostas de ação. 	<p>Na região:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 28 oficinas e diversas visitas técnicas realizadas; • Portal na internet para relacionamento e divulgação do projeto lançado. <p>Em cada município:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto ou projeto de lei criando o Fórum da Agenda 21 Local aprovado; • Regimento interno do Fórum elaborado; • Fórum organizado com estruturas de coordenação, secretaria executiva e grupos de trabalho; • Primeira versão do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável finalizada; • Segunda versão da vocação e da visão de futuro municipal desenvolvida; • Propostas de ação analisadas tecnicamente. 	<p>MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)</p> <p>Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA</p> <p>Coordenação estratégica e executiva</p> <p>Responsabilidade operacional e metodológica</p>
<p>Finalização das Agendas</p> <p>Janeiro de 2010 a Junho de 2011</p>	<p>Consultoria e serviços para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar dados estatísticos e informações técnicas; • Levantar e produzir material visual; • Redigir, editar, revisar, diagramar e imprimir as Agendas. <p>Dois oficinas em cada município, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Validar os textos de diagnósticos; • Atualizar e validar as propostas de ação. <p>Cinco encontros de coordenação dos Fóruns de Agenda 21 Locais para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a integração e fomentar o apoio mútuo entre os Fóruns locais. <p>Encontros, reuniões locais e contato permanente para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a integração do Fórum com o poder público local; • Desenvolver e fomentar o Fórum Local. 	<p>Na região:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 28 oficinas e diversos encontros e reuniões locais e regionais realizados; • Comitê Regional da Agenda 21 Comperj estruturado para apoiar os Fóruns e planejar e facilitar ações regionais ou intermunicipais. <p>Em cada município:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fórum de Agenda 21 Local em funcionamento; • Agenda 21 Local publicada e lançada; • Site do Fórum Local em funcionamento; • Vídeo da Agenda 21 local produzido. 	<p>MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)</p> <p>Consultores contratados</p> <p>Coordenação estratégica e executiva</p> <p>Responsabilidade técnica e operacional</p>

DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Processos participativos são sempre muito complexos. A ordem de grandeza deste projeto – 15 municípios envolvidos e mais de 8 mil participantes diretos – se por um lado o tornava mais estimulante, por outro aumentava os desafios para o sucesso da iniciativa.

O primeiro deles foi o fato de se tratar de um projeto iniciado pela Petrobras tendo como elemento definidor do território de atuação os municípios influenciados pela implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Em geral, processos de Agenda 21 Local são iniciados pelo poder público municipal ou por organizações da sociedade civil, sendo, por vezes mais difícil obter a adesão do Segundo Setor. Além disso, empresas do porte da Petrobras despertam resistências e expectativas muitas vezes desmedidas.

No entanto, a atenção dedicada ao projeto, coordenado e acompanhado pela Petrobras, e a transparência na condução dos processos minimizaram posturas negativas e foram decisivas para conseguir o comprometimento de todos os participantes.

A inovação metodológica de iniciar o trabalho dividindo os segmentos sociais foi bem-sucedida, propiciando que os interesses ficassem bem definidos e alinhados internamente nos setores e, depois, igualmente representados. Embora o sistema simplificado de indicadores – os Vetores Qualitativos – precise ser aperfeiçoado, ficou clara sua utilidade para que todos tomassem conhecimento do conteúdo da Agenda 21. No entanto, a complexidade de alguns temas e a falta de correspondência de outros com a realidade local dificultaram a compreensão de alguns participantes.

O tempo dedicado às etapas iniciais constituiu uma limitação para uma melhor identificação de lideranças representativas, para que novas pessoas se incorporassem ao processo e para a capacitação dos participantes em tantos e tão variados temas. Estes percalços foram trabalhados nas etapas seguintes.

Outra questão foi o equilíbrio delicado entre usar a mesma metodologia para todos os municípios e fazer as adaptações necessárias às diferentes realidades encontradas. Quanto mais o processo evoluía, mais as diferenças se acentuavam. Mesmo assim, foi possível alcançar um resultado que reflete as peculiaridades de cada município e o grau de maturidade de cada grupo mantendo uma estrutura semelhante e apoiando a todos da mesma forma.

A construção do consenso em torno das preocupações, potencialidades e ações identificadas foi bem-sucedida graças à concordância em torno de objetivos comuns, ao estabelecimento de regras claras e à ação de facilitadores experientes. A consolidação dos Fóruns requer uma boa compreensão do que

é representatividade e tempo para que esta se desenvolva. O debate sobre o Regimento Interno foi um momento rico e determinante para a sustentabilidade dos Fóruns. Assim, foi encaminhado sem pressa, com foco nos valores que cada grupo desejava adotar e por meio do desenvolvimento de critérios para a tomada de decisão.

A criação de um portal com um *site* para cada município, com notícias atualizadas, divulgação de oportunidades, editais e boas práticas, biblioteca, vídeos e ferramentas de interatividade, como o *chat*, traz inúmeras possibilidades de comunicação, funcionando como uma vitrine do projeto e uma janela dos Fóruns para o mundo.

Além de democratizar e dar transparência às atividades de cada Fórum Local, o portal proporciona a troca de experiências entre eles, criando uma sinergia para seu desenvolvimento. As limitações de acesso à internet na região são uma barreira que esperamos seja superada em breve.

Finalmente, a integração entre os saberes técnico e popular é um dos aspectos mais gratificantes do processo e foi conduzida cuidadosamente com a construção dos textos das Agendas a partir do contato constante com os Fóruns. As preocupações e potencialidades indicadas por consenso nas reuniões foram suplementadas por informações técnicas obtidas de diversas fontes, como institutos de pesquisa, prefeituras e agências governamentais diversas.

O processo de consulta continuou durante a etapa de finalização da Agenda. Sempre que as informações coletadas divergiam da percepção dos participantes e quando incongruências ou questões técnicas eram identificadas, os consultores se dedicavam a dirimir as dúvidas, por telefone, *e-mail* ou em reuniões presenciais. Os Fóruns também se empenharam em qualificar o trabalho realizado, que foi aprimorado progressivamente. A evolução deste processo pode ser verificada nos documentos postados no *site* de cada município na internet.

Ao longo do processo foram necessárias diversas adaptações, naturais em processos participativos, já que estes, por sua natureza, não ocorrem exatamente de acordo com o planejado. Todos os envolvidos aprenderam a flexibilizar suas expectativas e atitudes em prol do bem comum.

O resultado que apresentamos agora é a síntese deste percurso de mais de três anos, durante os quais foram construídas novas relações e aprofundado o entendimento de todos os envolvidos sobre o modelo de desenvolvimento almejado para a região. A diversidade é uma premissa da sustentabilidade e, assim como a participação, demanda transparência e responsabilidade individual e coletiva pelos resultados alcançados.

Um processo de Agenda 21 Local é a construção participativa do consenso possível entre interesses diversos, com o objetivo comum de promover a

qualidade de vida e a justiça social, sem perder de vista os limites impostos pelo planeta e tendo um futuro sustentável como horizonte comum.

A Agenda 21 publicada é o início da jornada rumo a este futuro.



Membros e facilitadores do Fórum da Agenda 21 de Silva Jardim

"A Agenda 21 Comperj é um projeto de grande impacto que está se esmerando para proporcionar soluções dignas de Primeiro Mundo às populações"

O MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM

Área total: 938 km²

População: 21.349 habitantes (IBGE – 2011)

Economia: Serviços, indústria, comércio, agropecuária

PIB: R\$ 160,34 milhões (IBGE – 2008)

Participação PIB estadual: 0,04% (Cederj – 2007)

Localizado no Centro do Estado do Rio de Janeiro, em região de baixada litorânea, o município possui o maior número de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) do País. Silva Jardim abriga uma das maiores áreas de Mata Atlântica preservadas do estado – 95% de seu território fazem parte da Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São João. Nele também se localizam a Reserva Biológica de Poço das Antas, onde é desenvolvido o projeto de preservação do mico-leão-dourado, e parte do Parque Estadual dos Três Picos.

Silva Jardim conta com o segundo maior reservatório de água doce do estado, a Represa de Juturnaíba, que, aliada aos rios e nascentes que fazem parte da Bacia do Rio São João, juntamente com a Microbacia Hidrográfica do Rio Bacaxá e do Rio da Onça, abastece oito municípios da Região dos Lagos e arredores.

Uma característica importante do município é a mobilização popular em favor da preservação do meio ambiente, estimulada pelas organizações conservacionistas que atuam na região e promovem ações voltadas à Educação Ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

A base econômica de Silva Jardim está na agricultura e pecuária. Todavia, a existência de rios, cachoeiras, serras e florestas faz com que Silva Jardim seja cada vez mais procurado pelos praticantes de esportes radicais e adeptos do ecoturismo. Com isso, os serviços ligados ao turismo vem ganhando força na economia do município.



Considerada um santuário ecológico, a Represa de Juturnaíba é uma das principais fontes de abastecimento de água do estado

Produto Interno Bruto (PIB) –

Indicador que mede a produção de um território, segundo três grupos principais: agropecuária (agricultura, extrativa vegetal e pecuária); indústria (extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil); e serviços (comércio, transporte, comunicação e serviços da administração pública, entre outros).

Parque Estadual dos Três Picos

– Com 46.350 hectares, o Parque Estadual dos Três Picos é o maior do Estado do Rio de Janeiro. Ele representa 75% de toda a área verde protegida e está localizado entre os municípios de Teresópolis, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Silva Jardim. Seu nome tem uma relação direta com os Três Picos, acidente geográfico localizado na região, parte de um imponente conjunto de montanhas graníticas, com cerca de 2.350 metros de altitude, ponto culminante de toda a Serra do Mar. O parque preserva o cinturão central de Mata Atlântica do estado. Em suas densas matas foram detectados os mais elevados índices de biodiversidade de todo o estado.

Um pouco da história de Silva Jardim²

O município de Silva Jardim teve origem em Ipuca, ou Sacra Família de Ipuca, localidade situada à margem do Rio São João, entre a Barra de São João e o antigo Indayassu – hoje a sede do município de Casimiro de Abreu.

No século 17, as freguesias eram formadas em torno de uma igreja, e, quando a diocese da Sacra Família de Ipuca foi transferida para São João, deixou esse povoado sem igreja. Um pedido foi feito ao bispo diocesano para a criação de outra freguesia. Dessa forma, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa de Capivari, em 9 de outubro de 1801.

A pequena vila cresceu tendo como principal ocupação a exploração de madeira e a lavoura. Os moradores foram ocupando locais às margens do Rio São João, onde se formaram os povoados de Poços das Antas, Correntezas e Gaviões. Parte desses colonos seguiu o curso dos rios Capivari-Bacaxá até as nascentes na Serra das Imbaúbas, formando os povoados de Juturnaíba e Capivari.

Em 1841, com o desenvolvimento do povoado, foi criada a Vila de Capivari, com território desmembrado de Cabo Frio, tendo sido providenciada a construção de Câmara, cadeia pública e cemitério. A Câmara tinha a função das prefeituras de hoje nas cidades. As terras para sua fundação foram doadas por Luís Gomes, que hoje tem seu nome lembrado na rua principal de Silva Jardim. Neste período, além da exportação de madeira e da lavoura, a localidade começa a viver da extração de minérios variados e da cultura de café.

Capivari possuía bons estabelecimentos comerciais, farmácia e movimento de porto à margem do Rio São João e, em 1881, passou a ter transporte ferroviário com a construção da Estrada de Ferro Leopoldina. A partir da abolição da escravidão em 1888 e a consequente falta de mão de obra, houve um grave abandono dos campos e enorme queda da atividade da lavoura. Formou-se nessa época um povoado em Juturnaíba, região conhecida como “lago medonho ou mal assombrado” e outro em Aldeia Velha – este último formado por um grupo de colonos suíços e alemães vindos de Friburgo.

No início do século 20, com suas terras divididas entre pequenos sítiantes, o comércio era intenso, e a vida social da cidade, variada e interessante. A partir dos anos 1930, com a crise mundial e a queda no preço do café, toda a região entrou em depressão econômica. Em 1943, o nome de Capivari foi



Busto de Antônio da Silva Jardim (1860 - 1891), advogado, jornalista e ativista político

² Resumo elaborado a partir do material encontrado sobre a história do município nas seguintes fontes: (i) <http://www.cide.rj.gov.br/cidinho/municipio/silvajardim.pdf>, acessado em 28 de maio de 2010; (ii) *Monografia do Município de Silva Jardim, 1841-1993* – Altério Machado – 66 p.; (iii) *Cartilha dos Valores Culturais do Bairro do Imbaú/Silva Jardim, 2005, ainda não publicada.*

trocado em homenagem ao advogado e republicano Antônio da Silva Jardim, nascido na Vila de Capivari.

Nos anos 1950, só existia, como meio de transporte de massa e escoamento de produção, a Estrada de Ferro Leopoldina, que ligava a sede do município a alguns de seus distritos e aos demais municípios do Estado. Na mesma época foram iniciadas as obras e a construção das estradas de rodagem entre os distritos e entre os municípios vizinhos. Na década de 1970, a construção da BR-101, que passa a 5 quilômetros da cidade, tornou o município mais acessível.

Na mesma década, foram realizadas obras de drenagem e construção do Canal do Rio São João, com a retificação do Rio São João e a drenagem de todas as áreas alagadas do seu entorno. Por se tratar de uma obra de saneamento básico, foi considerada de grande importância para o desenvolvimento da região, pois o município de Silva Jardim era conhecido como “a terra da malária e da febre amarela”.

Em 1976, foi iniciada a construção da barragem da Lagoa de Juturnaíba, concluída em 1978, que abastece oito municípios, incluindo Niterói e São Gonçalo.

Um novo horizonte começou a surgir quando, no início dos anos 70, o Programa de Conservação do Mico-Leão-Dourado se instalou na região e, logo em seguida, foi criada a Reserva Biológica de Poço das Antas, por iniciativa de pesquisadores e ambientalistas brasileiros e estrangeiros, proprietários rurais, e moradores locais um movimento de preservação e conservação ambiental que em 2001 comemorou o nascimento do mico-leão-dourado número mil. Em 2010, Silva Jardim festejou a marca de 20 Reservas Particulares de Patrimônio Natural criadas, levando o município a ser destaque nacional.

Processo de construção da Agenda 21 Local em Silva Jardim

Em 9 de maio de 2007, a Caravana Comperj da Petrobras visitou Silva Jardim para divulgar o empreendimento e as ações de relacionamento propostas para a região, convidando lideranças a participar do processo de construção da Agenda 21 Local.

Em 25 de setembro daquele ano, em reunião em Itaboraí, com a presença de cerca de 2.700 pessoas dos 14 municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, foi escolhido um representante de cada segmento social (governo, empresariado, ONGs e comunidade), por município, para formar o Fórum Regional da Agenda 21 Comperj.



O mico-leão-dourado é o símbolo da cidade

RPPN – Áreas particulares cujas características naturais justificam sua preservação. Destinadas por seus proprietários, em caráter perpétuo, a serem protegidas. Devem ser reconhecidas pelo Ibama e seus proprietários passam a gozar de alguns benefícios, como a isenção do Imposto Territorial Rural.

Assim, cada município tinha quatro representantes neste Fórum, que ficou responsável pelo monitoramento dos encontros e pelo andamento das Agendas 21 municipais. O Fórum Regional tinha caráter consultivo ao Grupo Gestor e a tarefa de facilitar a integração de ações regionais ou de grupos de municípios.

Em dezembro de 2007, quatro ONGs – ASA, Instituto Ipanema, Instituto Roda Viva e Iser – iniciaram o trabalho de mobilização específica para cada setor, utilizando as estratégias mais adequadas a cada um.

Em Silva Jardim, o início do processo de construção da Agenda 21 Comperj foi dificultado pelo receio dos participantes de que o trabalho pudesse vir a prejudicar o desenvolvimento da Agenda 21 Local, em curso no município havia dois anos. Após um seminário com a presença das quatro ONGs, o trabalho começou a fluir melhor, embora ainda lentamente. Outro fator a ser considerado é a instabilidade política local observada no período.

Segundo os integrantes do Fórum, no município de Silva Jardim não existia a cultura de participação popular para a construção de políticas públicas. A primeira experiência aconteceu na elaboração do Plano Diretor em 2006.

Entre aqueles que frequentaram o processo desde o início, houve algumas mudanças de comportamento: passaram a compreender a importância da colaboração e das parcerias; os setores foram integrados, tornando-se mais objetivos e conscientes da realidade local e da dinâmica social do município.

Em janeiro de 2008, iniciou-se uma rodada de três reuniões para o levantamento das percepções de cada segmento, utilizando Vetores Qualitativos elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a promoção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a planejar aonde gostariam de chegar.

Após a leitura do título dos capítulos e da descrição de cada estágio, era solicitado aos participantes que escolhessem aquele que melhor retratasse Silva Jardim. Nas duas reuniões seguintes, os resultados orientaram a produção de um painel de preocupações e potencialidades locais.

Foram realizados mais três encontros por setor, nos quais os participantes definiram as ações necessárias para prevenir ou mitigar as questões identificadas como preocupações e para aproveitar, da melhor forma possível, as potencialidades levantadas.

Na última dessas reuniões, cada setor indicou cinco representantes e dois suplentes para compor o Fórum da Agenda 21 de Silva Jardim, totalizando 28 componentes.

A Fase de Consolidação do processo foi o momento de reunir os quatro setores para consolidar coletivamente as potencialidades e preocupações apontadas



Membros do Fórum em reunião de Consolidação da Agenda 21 de Silva Jardim

por cada um deles. Em 25 de novembro de 2008 , os representantes de Silva Jardim viajaram até Rio Bonito para trabalhar nas oficinas de consolidação. A partir dela, os resultados setoriais foram estruturados, e o Fórum da Agenda 21 de Silva Jardim ficou constituído.

Em 5 de abril de 2008, foi realizada a oficina para iniciar o processo de construção de vocação e visão de futuro, consolidar as ações em propostas e iniciar seu detalhamento. Este trabalho foi realizado com uma nova estrutura, agrupando os 40 capítulos da Agenda 21 Global conforme suas afinidades em: **Ordem Física**, **Ordem Ambiental**, **Ordem Social**, **Ordem Econômica** e **Meios de Implementação**, divididos em temas.

Em 25 de maio de 2009 , foi realizada uma oficina em Silva Jardim para atualizar os trabalhos e fortalecer o Fórum. Nesse período, também foi desenvolvido um portal na internet, voltado para a comunicação dos Fóruns e a divulgação do projeto e de seus resultados – www.agenda21comperj.com.br – com um site para cada município. Atualizados frequentemente, eles dispõem de uma área interna com ferramentas de comunicação que permitem o contato entre os membros dos Fóruns.

Em novembro de 2009, foram contratados quatro consultores para desenvolver e implementar uma metodologia de fortalecimento dos Fóruns e trabalhar na elaboração das Agendas.

Em 2010, após uma análise dos resultados alcançados, iniciou-se uma nova rodada de oficinas para aprimorar o trabalho. Em Silva Jardim, foram realizadas quatro reuniões para revisão do trabalho, apresentação do *site* e um acompanhamento mais constante, com o objetivo de ajudar na construção do Regimento Interno e na mobilização.

Em 19 de março, 1º de outubro, 3 de dezembro de 2010 e 18 de abril de 2011, foram realizadas reuniões com todos os coordenadores para promover a troca de experiências e fomentar ações regionais estratégicas.



Oficina de Consolidação do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável



Primeira reunião dos coordenadores dos Fóruns da Agenda 21 Comperj

AGENDA 21 DE SILVA JARDIM

Para ler a Agenda

Este trabalho é resultado do empenho e esforço voluntários de moradores de Silva Jardim, técnicos e consultores, que atuaram em conjunto com técnicos e consultores nas diversas fases do projeto Agenda 21 Comperj.

O trabalho foi dividido em cinco ORDENS e 24 TEMAS referentes aos 40 capítulos da Agenda 21. Cada tema apresenta a situação do município de acordo com os dados e informações mais recentes.

EIXOS ESTRUTURANTES	TEMAS	CAPÍTULOS DA AGENDA 21 GLOBAL
ORDEM AMBIENTAL	Recursos Naturais	10, 11, 12, 13, 16
	Recursos Hídricos	17 e 18
	Biodiversidade	15
	Mudanças Climáticas	9, 15 e 18
ORDEM FÍSICA	Habitação	7
	Saneamento	18 e 21
	Mobilidade e Transporte	5
	Segurança	3, 23, 25, 26, 27
ORDEM SOCIAL	Educação, Educação Ambiental e Cultura	36
	Grupos Principais	23, 24, 25, 26, 27, 28, 29
	Saúde	6
	Esporte e Lazer	23, 24, 25, 26, 27, 36
	Padrões de Consumo	4
ORDEM ECONÔMICA	Geração de renda e inclusão social	3
	Agricultura	3, 14, 32
	Indústria e Comércio	3, 30
	Turismo	3, 36
	Geração de Resíduos	19, 20, 22
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Ciência e Tecnologia	31, 35
	Recursos Financeiros	2, 33, 34, 37
	Comunicação e Mobilização	8, 40
	Gestão Ambiental	1, 8, 28, 38, 39 40

“Eu espero que nos próximos dez anos possamos olhar e dizer que o nosso trabalho funciona, que somos um município que conta com uma participação popular ativa.”

Estão elencadas também, e evidenciadas *por fontes em itálico*, as preocupações dos moradores e as potencialidades do município, conforme percebidas e apontadas por consenso pelos participantes do processo.

Logo após um breve diagnóstico da situação em que se encontra o município, estão listadas as propostas e seus respectivos níveis de prioridade (alta - ●, média - ● ou baixa - ●). As propostas reúnem um conjunto de ações, elaboradas para solucionar as preocupações elencadas, e de estratégias que promovam o melhor aproveitamento das potencialidades identificadas.

As ações estão subdivididas em LINHAS DE ATUAÇÃO. Dessa forma, é possível identificar todas as ações de uma Agenda segundo a atividade demandada para sua execução, independentemente do tema.

No site www.agenda21silvajardim.com.br está disponível a Ficha de Detalhamento de cada proposta, com a lista dos possíveis parceiros para sua execução, os especialistas da cidade que podem colaborar com o projeto, as fontes de financiamento identificadas e os primeiros passos para sua implementação, além das PERCEPÇÕES, dos PLANOS SETORIAIS e demais resultados.

No CD encartado nesta publicação encontram-se todos os resultados do processo e uma versão digital da Agenda 21 de Silva Jardim



Vetores qualitativos e os 40 capítulos da Agenda 21 em Silva Jardim

A tabela da página seguinte apresenta o resultado da consolidação das percepções de todos os que participaram da Fase de Construção Coletiva da Agenda 21 de Silva Jardim, avaliando a situação do município em relação a cada um dos capítulos da Agenda 21 Global.

Estágios da tabela:

- 1 - *Quase nada foi feito*
- 2 - *Já existem ações encaminhadas*
- 3 - *Já há alguns resultados*
- 4 - *Estamos satisfeitos*

Capítulos da Agenda 21 Global	Estágio			
	1	2	3	4
20 Gerenciar de forma ambientalmente sustentável os resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos perigosos	■			
21 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os resíduos sólidos e os relacionados ao esgotamento sanitário	■			
22 Gerenciar de forma segura e ambientalmente responsável os resíduos radioativos	■			
23 Fortalecer o papel dos principais grupos sociais	■	■		
24 Ação global para as mulheres pelo desenvolvimento sustentável e equitativo	■	■		
25 Crianças e jovens e o desenvolvimento sustentável	■	■		
26 Reconhecer e fortalecer o papel dos povos indígenas e suas comunidades	■			
27 Fortalecer o papel das Organizações Não-Governamentais: parceiras para o desenvolvimento sustentável	■	■		
28 Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21	■	■		
29 Fortalecer o papel dos trabalhadores e sindicatos	■			
30 Fortalecer o papel da indústria e dos negócios	■			
31 Comunidade científica e tecnológica	■			
32 Fortalecer o papel dos fazendeiros	■	■		
33 Recursos e mecanismos financeiros	■			
34 Tecnologia ambientalmente responsável: transferência, cooperação e capacitação	■			
35 Ciência para o desenvolvimento sustentável	■			
36 Promover a educação, consciência pública e treinamento	■	■	■	■
37 Mecanismos nacionais e internacionais de cooperação para a capacitação em países em desenvolvimento	■			
38 Arranjos institucionais internacionais	■			
39 Instrumentos e mecanismos legais internacionais	■			
40 Informação para a tomada de decisões	■			

Vocação e Visão de Silva Jardim

*“Uma visão sem ação não passa de um sonho.
Ação sem visão é só um passatempo.
Mas uma visão com ação pode mudar o mundo.”
(Joel Baker – vídeo A Visão do Futuro)*

A Vocação é o conjunto de competências, recursos e produtividade local de um município em todas as áreas: econômica, ambiental, artístico-cultural, turística, educacional.

A Visão de Futuro define o que se espera do município no futuro, inspirando e motivando as pessoas a fazer as melhores escolhas nos momentos de decisão e a enfrentar com perseverança a espera pelos resultados.

Os participantes do processo de construção da Agenda 21 de Silva Jardim fizeram uma série de reuniões para construir a vocação e visão de futuro do município. Um primeiro resultado foi revisto na Oficina Local, sendo que o município ainda trabalha para chegar à versão definitiva.

Vocação

- Grande extensão geográfica
- Turismo ecológico devido à fartura de belezas naturais e biodiversidade, aliadas à preservação ambiental (concentração de Mata Atlântica)
- Município com o maior número de RPPNs do Brasil (com atividades econômicas)
- Polo de pesquisas sobre a biodiversidade devido à presença do mico-leão-dourado (a maior área de preservação da espécie)
- Agronegócio
- Aquicultura (peixe, camarão e rã)
- Recursos hídricos em abundância (represa/lagoa de Juturnaíba; fontes de águas minerais)
- Artesanato local
- Grande quantidade de atrativos com potencial para o turismo (ecológico, de aventura e rural); existência de trilhas e caminhadas
- Histórico de esporte náutico

Visão

- Ser município organizado, estruturado, capacitado e conscientizado de sua identidade: Município Verde
- Ser município que sabe atrair e gerenciar recursos financeiros
- Ter cobertura de 100% de saneamento básico

- Ter manejo sustentável dos recursos naturais
- Ter excelente sistema educacional, atendendo à vocação local
- Ser município com identidade cultural fortalecida
- Ter artesanato local fortalecido, reconhecido, com identidade, gerando renda (agregando valor a partir dos recursos naturais)
- Ter população capacitada, trabalhando e gerando renda dentro do município (com independência financeira)
- Ter central de venda da produção local (artesanato, agronegócios etc.)
- Ter turismo organizado, atraindo e agradando visitantes de todo o Brasil (ecológico, aventura, rural)
- Ter condomínios e serviços para a terceira idade
- Ser referência em indústrias não poluentes, comércio e serviços sustentáveis
- Tornar-se reconhecido nacionalmente a partir de suas vocações
- Ser polo de esporte náutico





1

Ordem Ambiental

Corredor ecológico ou de biodiversidade

- Faixa de vegetação que liga grandes fragmentos florestais ou Unidades de Conservação, separados pela atividade humana (estradas, agricultura, clareiras abertas pela atividade madeireira etc.), proporcionando à fauna o livre trânsito entre as áreas protegidas e, conseqüentemente, a troca genética entre as espécies. É uma das principais estratégias utilizadas na conservação da biodiversidade de determinado local.

Mata Atlântica

- Um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo, chegou a ocupar quase todo o litoral brasileiro. Devido ao intenso desmatamento, iniciado com a chegada dos colonizadores portugueses, atualmente restam apenas 7% de sua área original. Considerada uma das florestas mais ameaçadas do planeta, nela estão localizados mananciais hídricos essenciais ao abastecimento de cerca de 70% da população brasileira.

RECURSOS NATURAIS

Chamamos de recursos naturais tudo o que obtemos da natureza com os objetivos de desenvolvimento, sobrevivência e conforto da sociedade. São classificados como “renováveis” quando, mesmo explorados por algum tempo em determinado lugar, continuam disponíveis, e como “não renováveis” quando inevitavelmente se esgotam.

A vida humana depende dos recursos naturais – terra, água, florestas, recursos marinhos e costeiros – e de suas múltiplas funções. Tanto os seres humanos quanto os demais seres vivos, agora e no futuro, têm direito a um meio ambiente saudável, que forneça os meios necessários a uma vida digna. Para isto, é preciso manter os ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais em quantidade e qualidade apropriadas.

Não é possível pensar em um futuro para a humanidade sem construir uma relação adequada entre o homem e a natureza que o cerca. E essa magnífica variedade de formas de vida não pode ser vista apenas como “recursos naturais”, sem a valorização dos inúmeros benefícios intangíveis que nos traz.

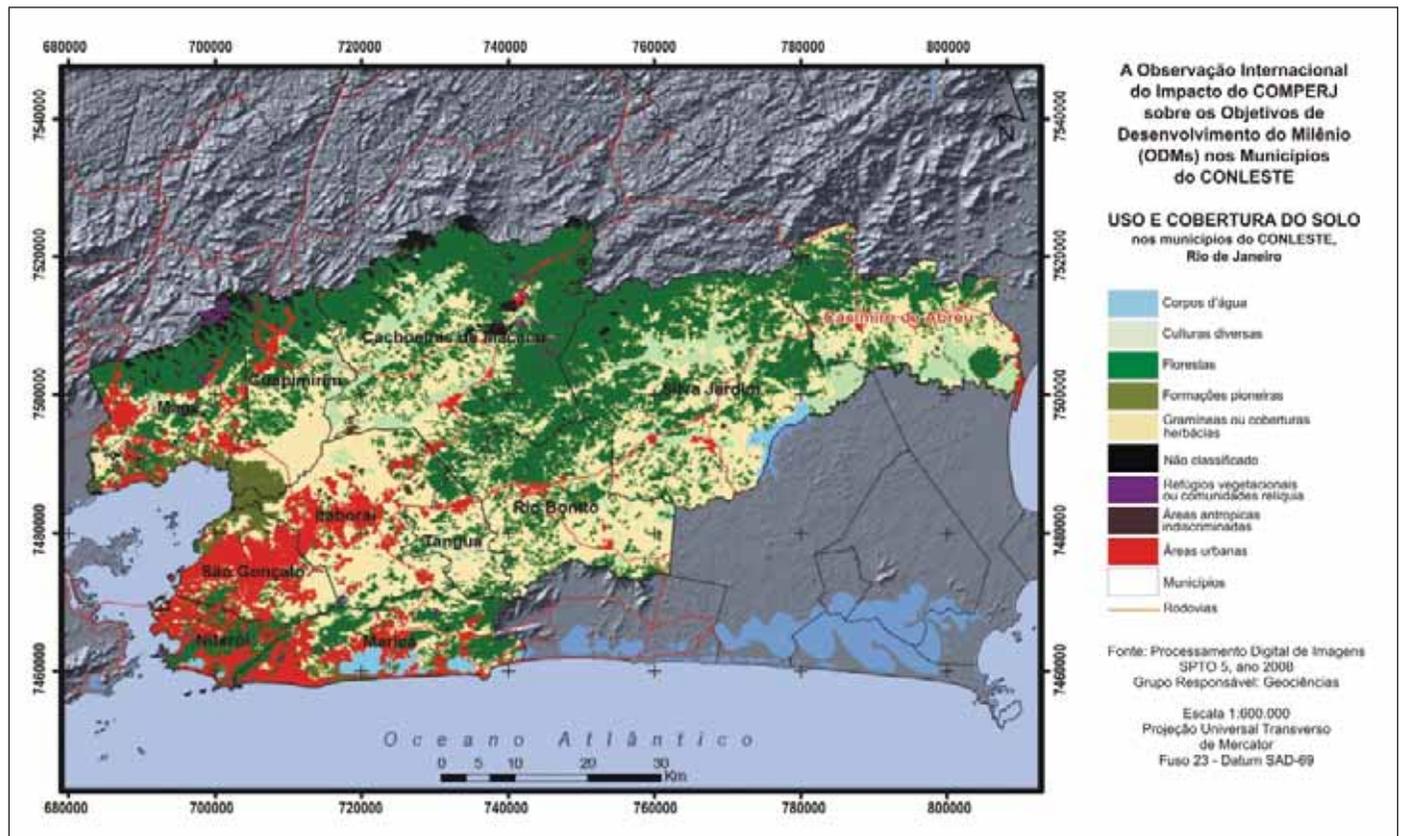
Silva Jardim é conhecido pela abundância de recursos naturais, como a Represa de Juturnaíba, e pela qualidade de vida, devido à existência de belezas naturais e biodiversidade, fauna e flora riquíssimas, recursos hídricos e Mata Atlântica.

O município abrange áreas de baixada, com predomínio de morros e áreas que apresentam relevos diversos e bastante acidentados. Uma das características mais significativas da região é a *grande extensão geográfica com áreas preservadas*.



Vista do município de Silva Jardim

Mapa 2: Uso do solo no município de Silva Jardim e arredores

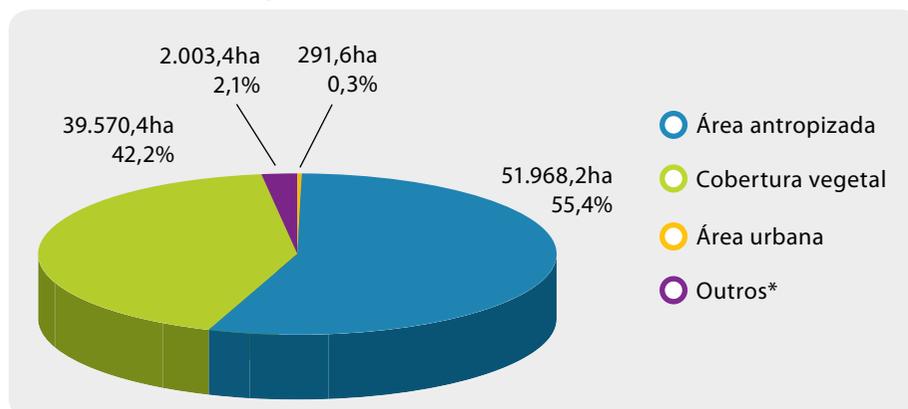


Fonte: UFF/ONU-Habitat (2010).

Seu território integra o Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar. Segundo dados da Lima/UFRJ, o município apresenta 42,2% de seu território cobertos por florestas – as várias montanhas de Silva Jardim são quase totalmente cobertas pela Mata Atlântica.

Área antropizada: Área que já sofreu alguma intervenção humana.

Gráfico 1: Proporção do uso do solo



(*) Inclui água, afloramentos rochosos e usos não identificados.

Fonte: Lima/Coppe/UFRJ, com base em geoprocessamento de imagens Landsat e CBERS e Probio - Levantamento dos remanescentes de Mata Atlântica (2008)

Unidades de Conservação (UC) –

Áreas de proteção ambiental legalmente instituídas pelas três esferas do poder público (municipal, estadual e federal). Dividem-se em dois grupos: as de proteção integral, que não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico; e as de uso sustentável, onde é permitida a presença de moradores, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (World Wildlife Fund – WWF).

Áreas de Proteção Ambiental (APA) –

Áreas naturais (incluindo recursos ambientais e águas jurisdicionais) legalmente instituídas pelo poder público, com limites definidos e características relevantes, com objetivos de conservação e sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção.

Grande parte do município é protegida pelas Unidades de Conservação. De acordo com um levantamento perceptivo da população, 95% da área total do município se encontra dentro da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João, uma Unidade de Conservação de uso sustentável. Nesta região existem ainda áreas pertencentes a Unidades de Conservação de proteção integral, como o Parque Estadual dos Três Picos, o Parque Natural Municipal da Biquinha “Gruta Santa Edwiges” e a Reserva Biológica de Poço das Antas.

O crescente número de RPPNs criadas nos últimos anos faz de Silva Jardim o município com o maior número de Unidades de Conservação deste tipo no País. Segundo informações da Confederação Nacional de RPPNs, existem pouco mais de 20 localidades em Silva Jardim regularizadas nessa categoria: Fazenda Arco-Íris, Granja Redenção, Sítio Santa Fé, Sítio Cachoeira Grande, Reserva União, Fazenda Gaviões, Floresta Alta, Serra Grande, Rabicho da Serra, Cachoeirinha, Lençóis, Cisne Branco, Taquaral, Quero-Quero, Águas Vertentes, Boa Esperança, Fazenda Mico-Leão-Dourado, Neiva, Patrícia, Claudia e Alexandra; Rabicho da Serra e Fargo. Os participantes do Fórum da Agenda 21 identificam potencial para a criação de novas áreas de preservação na região.

Todas estas Unidades de Conservação ambiental apresentam vegetação razoavelmente preservada e estão inseridas no Mosaico Central Fluminense, região prioritária para a preservação da Mata Atlântica. O grupo sinalizou, no entanto, que apenas a Reserva Biológica de Poço das Antas e a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/ Mico-Leão-Dourado possuem planos de manejo. Afirmou ainda que estas informações são pouco divulgadas, contribuindo para a falta de conhecimento de sua aplicação e fiscalização.

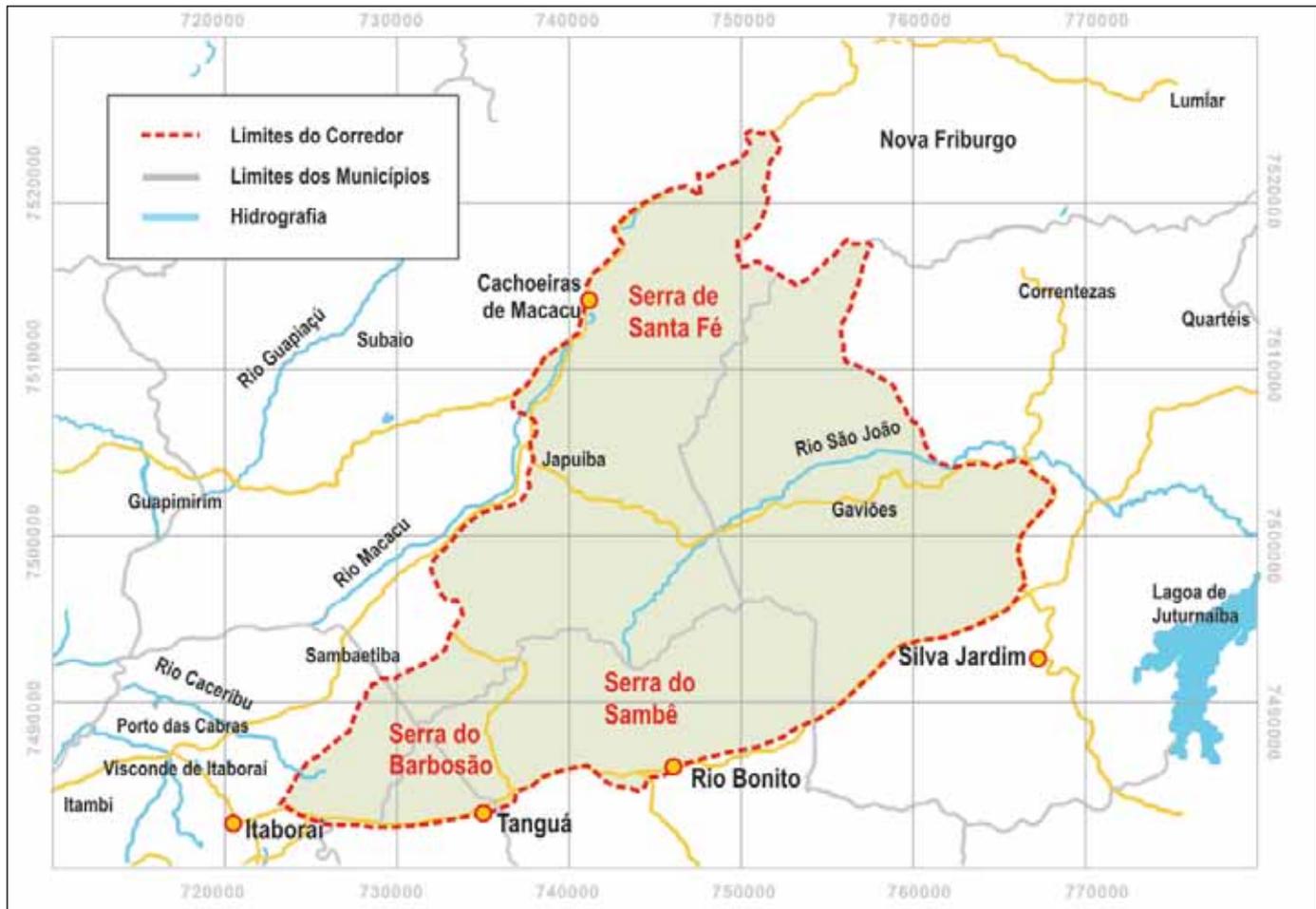
Mesmo apresentando grande área de florestas, formações pioneiras e refúgios preservados, a região sofre com a degradação ambiental. Um dos principais motivos da falta de manutenção das florestas é a fragmentação das matas



Na Reserva Biológica de Poço das Antas o mico-leão-dourado pode ser encontrado em seu habitat natural

em função do *desmatamento*. Nas áreas de baixada, ocorre *extração ilegal de areia e argila*, que são de boa qualidade na região. Esta atividade favorece o *assoreamento dos rios* e o *aumento das áreas de deslizamento*.

Mapa 3: Localização do corredor ecológico Sambê-Santa Fé e das áreas protegidas localizadas na região



Fonte: Proposta para o Plano Diretor para o corredor ecológico Sambê-Santa Fé (www.cibg.rj.gov.br).

O desmatamento avança sobre trechos pequenos e médios de mata que já estão isolados entre si, reduzindo as chances de conectá-los a fragmentos de vegetação mais extensos e, portanto, ecologicamente viáveis. Mesmo estas áreas florestadas mais extensas estão sendo afetadas pelo desmatamento. Outro aspecto importante é que foi registrada a retirada de mata nativa no interior e em zonas de amortecimento das Unidades de Conservação.

Plano de Manejo – Plano de uso racional do meio ambiente com vistas à preservação do ecossistema em associação com seu uso para outros fins. É o instrumento básico de planejamento de uma Unidade de Conservação.

Plano de Manejo – Plano de uso racional do meio ambiente com vistas à preservação do ecossistema em associação com seu uso para outros fins. É o instrumento básico de planejamento de uma Unidade de Conservação.

Assoreamento – Deposição de sedimentos (areia, detritos etc.) originados de processos erosivos, transportados pela chuva ou pelo vento para os cursos d'água e fundos de vale. Provoca a redução da profundidade e da correnteza dos rios, dificultando a navegação e diminuindo a massa de água superficial.

O aumento de pastagens em áreas acidentadas, devido ao desmatamento ilegal realizado por fazendeiros em parte de suas propriedades, causa grandes problemas à região. Falta orientação aos proprietários rurais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, legislação, agrotóxicos e adubação, entre outros tópicos importantes.

Há grande engajamento da população com as questões ligadas à preservação ambiental. Uma das preocupações está relacionada à diminuição da qualidade de vida devido à destruição dos recursos naturais. Uma das razões apontadas é a falta de informações sobre o tema. De acordo com os integrantes do Fórum, não existe banco de dados que auxilie o gerenciamento dos recursos naturais na região.

O vandalismo e o desrespeito à natureza em Silva Jardim são agravados pela falta de investimentos em proteção ambiental (não existem profissionais capacitados para a fiscalização). Não há estrutura adequada para adquirir e atualizar os estudos existentes sobre os recursos naturais locais, suas potencialidades e possíveis usos econômicos.

A insuficiência de inventário, mapeamento e monitoramento das Reservas Legais e das Áreas de Preservação Permanente, bem como a falta de conhecimento, aplicação e fiscalização dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação comprometem a atuação dos órgãos que fiscalizam o uso econômico dos recursos naturais do município.

Por outro lado, existem ações estratégicas voltadas à preservação dos recursos naturais no município. As parcerias com o Ibama, o Inea, a Emater-Rio, o Batalhão Florestal, a Associação Mico-Leão-Dourado e a Concessionária Águas de Juturnaíba têm resultado no desenvolvimento de programas e projetos sustentáveis na área de meio ambiente.

Segundo relatos dos moradores, ainda existe uma grande concentração de terras improdutivas e alagadas devido ao assoreamento dos rios, canais e lagoa.



Em Silva Jardim são desenvolvidos vários programas de preservação de recursos naturais

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Preservação das florestas

■ Comunicação

1. Promover eventos de sensibilização, para que os proprietários não desmatem suas terras.

■ Articulação

2. Criar uma Brigada Intermunicipal de Incêndio Florestal, em parceria com Casimiro de Abreu e Rio Bonito.

■ Fiscalização

3. Implementar programas de fiscalização, mediante parcerias com a Guarda Municipal Ambiental e os órgãos ambientais estadual e federal.
4. Reforçar a fiscalização do uso de motosserras no município.
5. Fiscalizar rigorosamente a extração dos palmitos pupunha e juçara (espécie em via de extinção).

■ Elaboração de projetos

6. Desenvolver programas de incentivo a práticas sustentáveis (ex.: ecoturismo, Cultivos Econômicos Sustentáveis e agro-florestas).

■ Planejamento

7. Organizar mutirões para fazer o replantio das áreas desmatadas.
8. Incentivar os proprietários a implantar e averbar suas reservas legais por meio da demarcação pelo município.
9. Valorizar os prestadores de serviços ambientais da região, conferindo prêmios e incentivos aos proprietários de terras que preservam suas propriedades.

● Valorização das riquezas de Silva Jardim

■ Gestão pública

1. Rever o contrato de concessão, a fim de propor a destinação de parte do lucro da Prolagos e da Águas de Juturnaíba a investimento em melhorias da Lagoa e suas adjacências.
2. Promover o gerenciamento integrado dos ecossistemas associados de Mata Atlântica, levando em conta o trabalho das instituições regionais existentes (Associação Mico-Leão-Dourado, Consórcio Intermunicipal Lagos do São João, ONGs, universidades, Associações de Moradores, entre outros).

■ Comunicação

3. Divulgar as informações sobre as riquezas naturais do município para sensibilizar a população (com palestras, seminários e debates, campanhas, caminhadas ecológicas e cartazes informativos).
4. Realizar programas de sensibilização e informação para os proprietários rurais.

● Sistemas de informações ambientais

■ Gestão pública

1. Promover o gerenciamento integrado dos ecossistemas associados de Mata Atlântica, levando em conta o trabalho das instituições regionais existentes (Consórcio Intermunicipal Lagos do São João, Emater-Rio, ONGs, universidades, entre outros).

■ Infraestrutura

2. Implementar um laboratório de geoprocessamento para auxiliar na fiscalização efetiva dos ecossistemas.
3. Criar um banco de dados de informações ambientais, com interface para consulta pública.

■ Comunicação

4. Divulgar os registros fotográficos das Áreas de Preservação Permanente realizados mediante parceria do município com ONGs e instituições oficiais.
5. Reunir os estudos realizados sobre os recursos naturais de Silva Jardim e prover acesso ao público.

● Criação de parcerias

■ Comunicação

1. Divulgar os projetos desenvolvidos pelas ONGs.
2. Convidar as empresas a serem parceiras na Agenda 21.

■ Capacitação

3. Realizar cursos de capacitação e palestras nas escolas, universidades e em locais públicos ou cedidos por qualquer instituição parceira.

● Florestas saudáveis

■ Infraestrutura

1. Incentivar o aumento da produção de mudas nativas do Horto.

2. Propor a criação de estufa em espaço do campus da Uni-granrio e da Reserva Biológica de Poço das Antas.

■ Articulação

3. Promover a articulação regional para ampliar a criação de mudas certificadas para atender às necessidades de reflorestamento.

■ Planejamento

4. Promover o replantio de espécies nativas da Mata Atlântica (ipês, maricás, palmito juçara, aroeira entre outros).
5. Estimular o corte seletivo da vegetação (manejo sustentável).
6. Envolver os jovens nas ações de reflorestamento.
7. Incentivar a doação de uma muda de árvore para todas as crianças ao nascerem.

■ Comunicação

8. Sensibilizar e informar os proprietários rurais sobre legislação ambiental e o uso racional e sustentável das florestas.
9. Organizar mutirões-festas para promover o plantio de árvores nativas.
10. Promover palestras nas comunidades rurais sobre a adoção de medidas para prevenir a erosão.

● Manejo adequado dos recursos terrestres

■ Fiscalização

1. Efetivar o controle da extração ilegal de areia, pedras, saibro, barro e argila no município.
2. Fiscalizar a extração de argila por empresas, incentivando que realizem ações de Responsabilidade Socioambiental.

■ Gestão pública

3. Criar incentivos fiscais à instalação de empresas que processem a argila no município, e não somente façam a extração, para servir de geração de fonte de emprego e renda.

■ Capacitação

4. Promover cursos nas escolas para que os alunos aprendam a manusear a argila.

● Desenvolvimento das RPPNs

■ Planejamento

1. Prover assistência local aos fazendeiros proprietários de RPPNs, orientando-os para a elaboração de Planos de Manejo, quando permitido por lei.
2. Realizar atividades eco turísticas nas RPPNs.
3. Estimular a preservação dos recursos naturais das montanhas, por meio da sensibilização da população para sua importância.
4. Incentivar a criação de novas RPPNs na região, com fiscalização e fomentos adequados.

● Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio São João

■ Comunicação

1. Divulgar o Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio São João, em linguagem de fácil compreensão para a população.

■ Planejamento

2. Executar as ações previstas no Plano de Manejo.

Possíveis parceiros

Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) . Batalhão Florestal . Câmara Municipal . Comitê de Bacia Lagos São João . Conselho Estadual de Recursos Hídricos . Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ) . Corpo de Bombeiros . Emater-Rio . Fundação SOS-Mata Atlântica . Guarda Municipal Ambiental . Ibama . ICMBio. Inea . MMA . Petrobras . Pmerj . Polícia Federal . Prefeituras Municipais de Rio Bonito e Casimiro de Abreu . Proprietários rurais . Secretarias Municipais (Agricultura, Meio Ambiente) . Sindicato Rural.

Possíveis fontes de financiamento

Fecam . FNMA . FNRH . Fundo Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente . Programa Petrobras Ambiental . Pronaf. WWF.

RECURSOS HÍDRICOS

A água é essencial à vida no planeta. Embora seja um recurso renovável, seu consumo excessivo, aliado ao desperdício e à poluição, vem causando um déficit global, em grande parte invisível. Cada ser humano consome direta ou indiretamente quatro litros de água por dia, enquanto o volume de água necessário para produzir nosso alimento diário é de pelo menos 2 mil litros. Isso explica por que aproximadamente 70% da água consumida no mundo vão para a irrigação (outros 20% são usados na indústria e 10% nas residências).

Segundo a ONU, cerca de um terço da população mundial vai sofrer os efeitos da escassez hídrica nos próximos anos. A análise do ciclo completo de uso e reúso da água aponta o desaparecimento de mananciais como poços, lagos e rios, e destaca a pouca atenção dada à diminuição das reservas subterrâneas.

O Brasil conta com recursos hídricos em abundância, o que levou à disseminação de uma cultura de despreocupação e desperdício de água. No entanto, o País enfrenta problemas gravíssimos: muitos cursos d'água sofrem com poluição por esgotos domésticos e dejetos industriais e agrícolas, e falta proteção para os principais mananciais.

O uso sustentável dos recursos hídricos depende do conhecimento da comunidade sobre as águas de sua região e de sua participação efetiva em seu gerenciamento.

Silva Jardim, município conhecido pela *abundância de recursos hídricos disponíveis*, está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio São João, região hidrográfica que atende a mais de 500 mil habitantes, num sistema de exploração do tipo *usos múltiplos da água*. Isto significa que não há uso público dominante, mas usos simultâneos, nem sempre compatíveis, e usos sustentáveis.

A Bacia Hidrográfica do Rio São João está localizada na região de baixadas litorâneas, compreendendo uma área de drenagem de aproximadamente 2.160 km². Abrange parcialmente os municípios de Rio Bonito, Casimiro de Abreu, Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Rio das Ostras, e integralmente o município de Silva Jardim. A mesma bacia também abastece as populações de Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Iguaba Grande, Arraial do Cabo e Saquarema.



Poço da Raiz, no rio Quartéis

Bacia hidrográfica – Área drenada por um rio principal e seus afluentes, incluindo nascentes, subafluentes etc. É a unidade territorial de planejamento e gerenciamento das águas.

Poluição – Alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente pelo lançamento de substâncias sólidas, líquidas ou gasosas que se tornem efetiva ou potencialmente nocivas à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, ou causem danos à flora e à fauna.

Mapa 4: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio São João



Fonte: Proposta para o Plano Diretor para o corredor ecológico Sambê-Santa Fé (2009)

Lençol freático – Depósito de água natural no subsolo, águas subterrâneas que alimentam os rios perenes, garantindo a presença de água durante todo o ano. A profundidade do lençol freático depende de vários fatores.

Erosão – Processo pelo qual a camada superficial do solo é retirada pelo impacto de gotas de chuva, ventos e ondas, e é transportada e depositada em outro lugar. Desgaste do solo.

O Rio São João é o principal curso d'água desta bacia hidrográfica. Seus afluentes, os rios Capivari, Maratuã e Aldeia Velha, percorrem diversas regiões preservadas de Silva Jardim, inundando as terras baixas de seus vales. A Represa de Juturnaíba ocupa boa parte do território do município, recebendo as águas de quase todos os rios que nascem no município de Silva Jardim e alguns rios de Rio Bonito e Araruama, desaguando no Rio São João.

Alguns rios de Silva Jardim (Rio Capivari, Valão da Caixa e Cambucaes) estão cada vez mais poluídos. Alguns dos problemas observados estão relacionados ao lançamento de esgotos sanitários não tratados, presença de lixo sólido nos canais de drenagem pluvial e resíduos contaminantes de lixões provenientes do Rio Bacaxá (Lixão do Sambê, no município de Rio Bonito e o Lixão do Goiabal, no município de Silva Jardim). A ocupação urbana sem planejamento e a instalação de indústrias colaboram para aumentar a erosão nas margens dos rios nas áreas urbanas. Atualmente, o município sofre com o assoreamento natural da Represa de Juturnaíba e o desmatamento de áreas

realizado até a década de 1980 que afetam as nascentes, e com a retificação do Rio São João, que também gera impactos diminuindo a disponibilidade de água para a população.

Uma das estratégias para estimular as discussões com as autoridades locais é a *maior participação no Comitê de Microbacia do Rio Cambucás, cujos trabalhos estão dando resultados e podem ser ampliados às demais microbacias*. Destaca-se também a *presença do município no Consórcio Intermunicipal Lagos São João e no Comitê de Bacia Lagos São João, cuja gestão é descentralizada*.

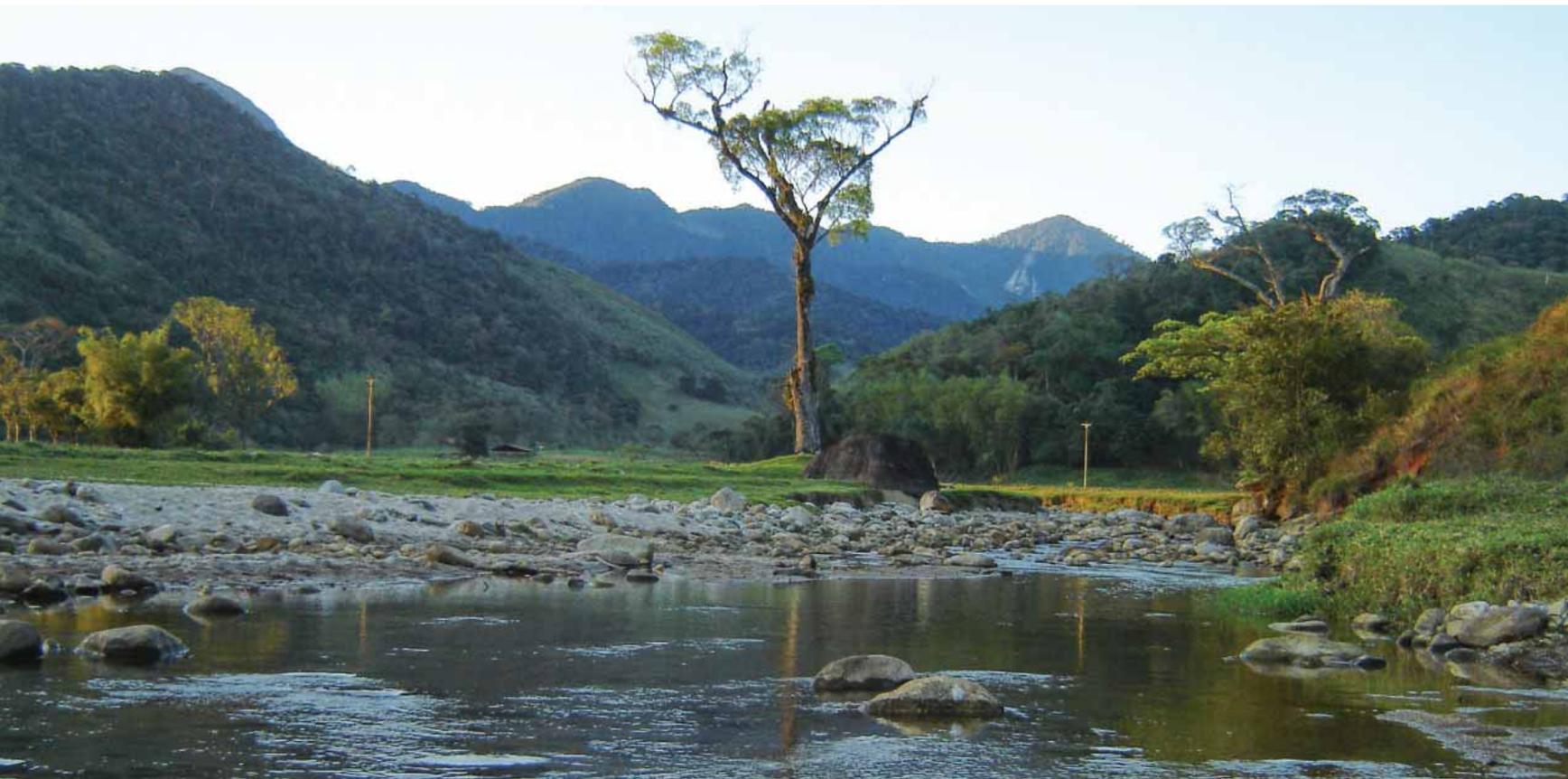
Entretanto, a *falta de divulgação das reuniões realizadas nesse Comitê* dificulta a participação popular na tomada de decisões sobre o tema. Paralelamente, a *falta de engajamento dos representantes municipais do Executivo e Legislativo no Comitê de Bacias* interfere no planejamento local.

A grande preocupação da população se refere ao *mau gerenciamento dos recursos hídricos por parte da administração pública*. Apesar da *importância da bacia hidrográfica, que pode ser explorada sem prejuízo às nascentes*, o apoio do poder público local é insuficiente. A *falta de projetos de recuperação de matas ciliares e das cabeceiras dos rios* dificulta a realização de ações estratégicas. O grupo informou que esta questão tem recebido encaminhamento positivo desde que a Petrobras aprovou dois projetos, já iniciados: Nas Ondas do Capivari (reflorestamento da mata ciliar do Rio Capivari) e Projeto de Revitalização das Águas de Juturnaíba.

Uma potencialidade é o *aproveitamento de mão de obra local para trabalhar como guardiões dos rios*.

Mata ciliar – Vegetação presente na margem dos rios, lagos, nascentes, represas e açudes. Consideradas áreas de preservação permanente, as matas ciliares protegem as margens contra a erosão, evitando o assoreamento; permitem a conservação da flora e da fauna; regulam os fluxos de água; e são a proteção mais eficiente dos solos onde se encontram.

Poço do Ernesto, no rio Aldeia Velha



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Proteção das nascentes

■ Capacitação

1. Capacitar e qualificar a comunidade para colaborar com a fiscalização (ex.: Projeto Guardiões dos Rios).

■ Comunicação

2. Sensibilizar a população sobre o uso racional e consciente do potencial hídrico e o aproveitamento econômico correto dos mananciais.
3. Realizar campanhas de sensibilização para a redução do consumo e desperdício de água.

■ Elaboração de projetos

4. Desenvolver projetos associados à renaturalização dos afluentes do Rio São João.
5. Elaborar projetos para manter a boa qualidade dos recursos hídricos do município:
 - localizar, mapear e caracterizar as nascentes;
 - fiscalizar as nascentes;
 - realizar análise periódica de suas águas;
 - divulgar os resultados.

fiscalizar a Empresa de Tratamento de Água e Resíduos Sólidos.

■ Planejamento

6. Realizar um levantamento das propriedades que necessitam recuperar suas Áreas de Preservação Permanente, sensibilizando seus proprietários para tomar os cuidados necessários à preservação das nascentes (cercar as nascentes, manter ou reflorestar as matas ciliares).

● Ações do Comitê de Bacias

■ Planejamento

1. Replicar nas demais microbacias da região o projeto-piloto Comunidade em Ação (revitalização da microbacia do Rio Cambucás).
2. Encaminhar ao Comitê de Bacia Lagos São João um pedido para a revitalização dos cursos d'água do município.
3. Fomentar a criação de grupos de trabalho voltados à gestão das microbacias dos rios Capivari, Bananeiras e Aldeia Velha (encaminhar solicitação ao presidente do Comitê de Bacia Lagos São João).

■ Comunicação

4. Divulgar a existência e as funções do Comitê de Bacia.

■ Gestão pública

5. Cobrar a obtenção de compensação ambiental caso haja utilização dos recursos hídricos na área de interesse do projeto Comperj, inclusive pela utilização da área ocupada pela tubulação de condução de gás e óleo, que corta longitudinalmente o município.
6. Fomentar o desenvolvimento de ações estratégicas a fim de aumentar os recursos dos Comitês de Bacias por meio da mudança dos critérios de repasses de outorga, para 80% rural e 20% urbano.

● Gestão dos recursos hídricos

■ Gestão pública

1. Rever o contrato de concessão a fim de propor a destinação de parte do lucro da Prolagos e da Águas de Juturnaíba para investimentos em melhorias da Lagoa e suas adjacências.
2. Isentar a população de Silva Jardim de pagamento do consumo da água utilizada e servida no município.
3. Criar e efetivar o Código Ambiental Municipal.
4. Criar um quadro técnico permanente para fiscalização ambiental, por intermédio de concurso público.
5. Obter financiamento, a fundo perdido, para a produção de mudas nativas para reflorestamento das matas ciliares (Fecam).

■ Fiscalização

6. Promover maior eficiência na fiscalização dos poços, por meio do fechamento daqueles localizados em áreas com abastecimento regular.
7. Melhorar a fiscalização nas áreas de rios e lagoas, inibindo a pesca predatória realizada por pescadores não cadastrados e não autorizados pela Capitania dos Portos..
8. Fiscalizar o meio rural para inibir ações de degradação ambiental, principalmente em torno da mata ciliar.

■ Elaboração de projetos

9. Elaborar projetos de incentivo à recuperação das matas ciliares, com o plantio de espécies nativas da Mata Atlântica e Sistemas Agro-florestais (SAFs)..

■ Capacitação

10. Desenvolver atividades para que proprietários se adaptem ao manejo florestal adequado e sustentável.

Possíveis parceiros

ANA . Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) . Concessionária Águas de Juturnaíba . Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ) . Departamento de Comunicação da Prefeitura . DNOS . Eletrobras Furnas . Emater-Rio . Escolas . Fiocruz . Folha dos Municípios . Ibama . ICMBio . Inea . Instituto Baía de Guanabara . Inter TV . Jardim Botânico do Rio de Janeiro . Jornal Boa Semente . Jornal da Cidade . Jornal da Prefeitura . MP . MMA . Organização Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (OADS) . Proprietários de terras . Rádio Litoral (Programa Nossas Águas, Nosso Chão) . Rádio Serramar . Secretarias Municipais (Educação, Meio Ambiente, Obras, Transporte) . Sindicato Rural . *Site* do município.

Possíveis fontes de financiamento

Agenera . Concessionária Águas de Juturnaíba . Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ) . Fundo Estadual de Recursos Hídricos . ICMS-Verde . Inea . PDA . Programa Petrobras Ambiental . WWF.

BIODIVERSIDADE



As bromélias são importantes para o processo de reciclagem de nutrientes da Mata Atlântica



Anu branco – ave muito comum em quase todo o país

A biodiversidade é a base do equilíbrio ecológico do planeta. Sua conservação deve se concentrar na manutenção das espécies em seus ecossistemas naturais, por meio do aumento e da implantação efetiva das áreas protegidas, que asseguram a manutenção da diversidade biológica, a sobrevivência das espécies ameaçadas de extinção e as funções ecológicas dos ecossistemas.

A biodiversidade interfere na estabilização do clima, na purificação do ar e da água, na manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes, além de apresentar benefícios culturais, paisagísticos e estéticos.

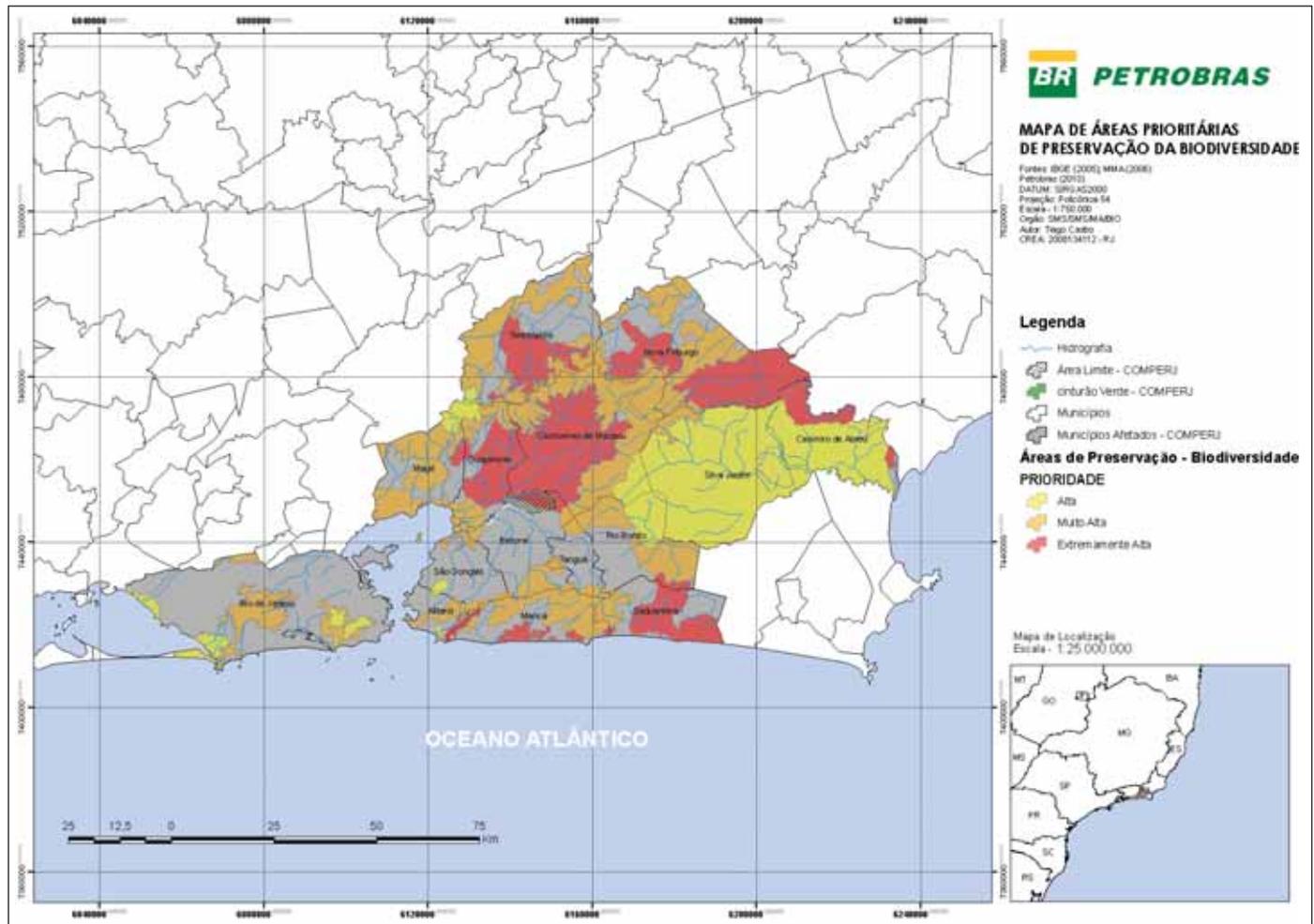
As principais formas de destruição da diversidade biológica são urbanização descontrolada, ocupação irregular do solo, exploração mineral, desmatamentos e fragmentação de ecossistemas, queimadas, superexploração de recursos naturais, utilização de tecnologias inadequadas na produção florestal, pesqueira, agropecuária e industrial, indefinição de políticas públicas e implantação de obras de infraestrutura sem os devidos cuidados. Acrescentam-se ainda a introdução de espécies exóticas da flora e da fauna e a comercialização ilegal de espécies silvestres.

O Brasil possui 25% da biodiversidade mundial, reunindo uma riqueza difícil de mensurar, pois há espécies que sequer foram identificadas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima o valor do patrimônio genético brasileiro em US\$ 2 trilhões (quatro vezes o PIB nacional). As cifras em jogo são altas. Produtos da biotecnologia (biodiversidade explorada), como cosméticos, remédios e cultivares, constituem um mercado global que chega a US\$ 800 bilhões por ano, cifra semelhante à do setor petroquímico.

O município de **Silva Jardim** é conhecido por sua importância para a conservação da biodiversidade, especialmente por abrigar o mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) – espécie endêmica cuja maior população se encontra no município –, em porções vegetais situadas ao longo da Bacia do Rio São João e de grande porção de fauna e flora da Mata Atlântica, sendo que algumas espécies da sua biodiversidade já se encontram em vias de extinção.

Devido à sua localização geográfica, a região abriga grande variedade de ecossistemas. *A existência de grandes áreas florestais protegidas, formando corredores ecológicos, possibilitou identificar grande diversidade biológica.*

Mapa 5: Áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade no município de Silva Jardim e arredores



Fontes: IBGE, MMA, Petrobras (2010).

Uma das preocupações relacionadas a este tema é a falta de conhecimento da diversidade biológica do município, em função da *inexistência de um inventário detalhado de sua biodiversidade*. A população questiona o fato de os resultados e dados obtidos, até o momento, se restringirem à Reserva Biológica Poço das Antas. Cabe explicar que os dados existentes se encontram na Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) e não estão facilmente acessíveis ao público.

Apesar dos levantamentos incompletos, foram registradas cerca de 300 espécies de árvores e mais de 280 espécies de vertebrados, com alto grau de endemismo (existência de espécies que vivem somente nessa região). Destaca-se a ocorrência de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção, segundo a lista do Ibama. Dentre as espécies encontradas, estão o mico-leão-dourado e o jacaré-do-papo-amarelo e o palmito juçara (*Caiman latirostris*). Os participantes expressaram preocupação com a *caça de aves e mamíferos*.

Espécie endêmica – espécie cuja distribuição está limitada a uma zona geográfica definida.

Um dos maiores problemas são as áreas fragmentadas da Mata Atlântica que, ao ficarem isoladas umas das outras, reduzem as possibilidades de manutenção dos processos ambientais, contribuindo para a perda da biodiversidade regional. Incluem-se aí as espécies da fauna aquática isoladas pela barragem de Juturnaíba, que foi construída sem mecanismo de passagem de fauna – desobedecendo a uma lei brasileira de 1930 –, o que reduziu a quantidade e variedade de peixes da região.

Quanto à participação do poder público local na elaboração de ações estratégicas relacionadas à biodiversidade, os participantes do Fórum destacaram a *parceria entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Associação Mico-Leão-Dourado para a realização de cursos, com foco na preservação e conservação ambiental*. Apesar da existência de órgãos ambientais no município, a fiscalização é insuficiente, dificultando o compromisso das autoridades competentes com a sustentabilidade e a biodiversidade.

Ao longo dos anos, a exploração dos recursos naturais tem causado sérios danos ao meio ambiente, resultando na extinção local de espécies. Segundo os participantes, *a introdução de espécies exóticas (como o tucunaré, o bagre africano e o mico-estrela) compromete a biodiversidade local*. Nas áreas urbanas e rurais, há grande preocupação com a *proliferação do caramujo africano*.

A coruja buraqueira ocorre em quase todo o Brasil, exceto na Região Amazônica



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Cuidados com a biodiversidade

■ Articulação

1. Fortalecer a parceria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente com o Ibama para fiscalizar e proteger a diversidade biológica da região.

■ Comunicação

2. Divulgar e conscientizar proprietários sobre a importância dos corredores ecológicos.
3. Divulgar a biodiversidade da região ao longo das estradas de acesso ao município.
4. Divulgar a existência do banco de sementes de plantas nativas, em parceria com o Jardim Botânico e o Horto Municipal.
5. Conscientizar a população, especialmente as crianças, sobre a importância da diversidade biológica do município.

■ Estudo técnico

6. Realizar um inventário da flora e fauna do município, divulgando seus resultados para a população.

Infraestrutura

7. Construir uma escada de peixes na barragem.

■ Planejamento

8. Sensibilizar os proprietários de terras a promover a averbação da Reserva Legal, visando à expansão dos corredores ecológicos existentes na região.
9. Estimular a reintrodução, reprodução e conservação de espécies nativas da região com projetos controlados (ex.: iniciativas da UFRRJ, projeto Palmito Ambiental, da APPBLRJ).

● Controle de espécies exóticas

■ Articulação

1. Realizar parcerias com instituições especializadas para pesquisar possíveis soluções para os problemas e desenvolver ações adequadas.

■ Fiscalização

2. Fiscalizar a introdução de peixes exóticos, especialmente os carnívoros, na Lagoa de Juturnaíba, evitando a extinção da biota natural.

■ Comunicação

3. Intensificar a campanha do Dia C (caramujos africanos), realizando-a com mais frequência:
 - divulgar melhor as ações adequadas para eliminar os caramujos;
 - divulgar o controle natural dos caramujos com galinhas-d'angola, gambás, aves pernaltes aquáticas, cães, felinos, etc;
 - utilizar folhetos com ilustrações que ajudem a população a distinguir o caramujo africano dos nativos.

Possíveis parceiros

Abratur . Agenersa . Águas de Juturnaíba . Associação de Pescadores de Juturnaíba . Associação do Patrimônio Natural (APN) . Associação Mico-Leão-Dourado (AML) . BioVert . Centro de Primatologia . Concessionária Auto Pista Fluminense . Conservação Internacional do Brasil . Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ) . Coordenadoria Regional de Educação Serrana . Curso Normal Sérvulo Mello . DER . DNOS . Eletrobras Furnas . Emater-Rio . Escola Mata Atlântica de Aldeia Velha . Fazenda Águas Claras de Maratuã . Fazenda Santa Helena . Fiperj . Folha dos Municípios . Fundação SOS Mata Atlântica . Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gema) . Horto Municipal . Ibama . ICMBio . Inea . Inter TV . Jardim Botânico do Rio de Janeiro . Jardim Zoológico do Rio de Janeiro . Jornal Boa Semente . Jornal da Cidade . Museu Nacional do Rio de Janeiro . Oriente Engenharia . Prefeitura Municipal . Prolagos . Proprietários de RPPNs. Proprietários de tanques artificiais . Rádio Litoral (Programa Nossas Águas, Nosso Chão) . Rádio Serramar . Seap . Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca . Secretarias Municipais (Agricultura, Educação, Meio Ambiente) . Uenf . UFRJ . UFRRJ . Vigilância Sanitária . Viveiro de Mudanças Nativas do Parque . WWF.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . CIID . Conservation International do Brasil . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação Ford . Ministério da Aquicultura e Pesca . Governo do Estado . Fundação SOS Mata Atlântica . WWF.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O aumento da concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera contribui para a retenção de calor na Terra, provoca a elevação da temperatura média do planeta e é a principal causa das mudanças climáticas. Isso se deve, principalmente, à queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral), ao desmatamento, às queimadas e aos incêndios florestais.

As principais consequências do agravamento do efeito estufa são: temperaturas globais médias mais elevadas, resultando em ruptura dos sistemas naturais; mudanças nos regimes de chuva e nos níveis de precipitação em muitas regiões, com impactos na oferta de água e na produção de alimentos; maior incidência e intensidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades, enchentes, incêndios e secas; elevação do nível do mar e alterações de ecossistemas, como o aumento de vetores transmissores de doenças e sua distribuição espacial.

Na maioria dos países, a maior dificuldade para controlar a emissão de GEE reside na queima de combustíveis fósseis para a obtenção de energia. Já no Brasil, as principais causas são as queimadas e as emissões dos veículos automotores. A temperatura média no País aumentou aproximadamente 0,75°C no século 20, o que tem intensificado a ocorrência de secas e enchentes, e provocou o surgimento de fenômenos climáticos que não ocorriam no Brasil, como furacões.

O clima de Silva Jardim é do tipo tropical úmido, com sazonalidade bem definida. O verão é quente, úmido e muito chuvoso, com chuvas concentradas de dezembro a março. Já o inverno é frio e seco. Com base nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (2006), a temperatura média anual é de 24°C e a precipitação média anual é de 1.600 mm, aproximadamente.

O crescimento urbano desordenado contribui para as mudanças climáticas na região. *Além disso, a prática de queimadas realizadas por alguns agricultores pode contribuir para o aumento da temperatura, além de modificar a umidade relativa do ar. Paralelamente, o intenso tráfego de veículos na BR-101, aliado à instalação de indústrias, favorece o aumento da concentração dos gases de efeito estufa.*

No município há grande preocupação com o pouco conhecimento disponível acerca das consequências da *instalação de indústrias atraídas pelo Comperj sobre a qualidade do ar*, e os participantes temem que um de seus impactos seja o agravamento da emissão de gases *causadores das mudanças climáticas*. Temem também *que venha a faltar uma estrutura apropriada de monitoramento e fiscalização na região.*

Segundo os moradores, *o município pode se desenvolver sem a presença de indústrias poluidoras*. Cabe às autoridades competentes incentivar a utilização de fontes de energia menos poluentes. A conversão dos automóveis para utilização de gás natural veicular (GNV) pode minimizar danos ao meio ambiente e *existe a possibilidade de aumentar a quantidade de postos de abastecimento de GNV*, facilitando o acesso dos motoristas a este combustível.

Paralelamente, é preciso haver uma grande conscientização da população sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas, visando à promoção de boas práticas. Uma das iniciativas que pode ser bem-sucedida consiste na *divulgação deste tema nas escolas, em especial entre os alunos do Ensino Fundamental*.

As queimadas são uma das principais causas das emissões de gases de efeito estufa em todo o Brasil



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Ar Limpo!

■ Fiscalização

1. Cobrar medidas efetivas para fiscalizar e inibir a prática de queimadas.

■ Comunicação

2. Instruir os proprietários rurais para, quando inevitável, só realizar queimadas devidamente autorizadas (queimadas controladas) e coibir as queimadas criminosas causadas por caçadores, em propriedades que proíbem tal atividade..
3. Realizar gincanas e outras atividades lúdicas para sensibilizar a população sobre os danos à saúde produzidos pela queima dos resíduos sólidos.

● Abastecimento de GNV

■ Articulação

1. Articular com municípios vizinhos a instalação de postos de abastecimento de GNV.

● Manutenção da qualidade do ar

■ Infraestrutura

1. Instalar uma rede de monitoramento da qualidade do ar no município, de acordo com a definição técnica, com especial

atenção ao adensamento do tráfego na BR-101 e a novas indústrias instaladas na região.

■ Planejamento

2. Medir, periódica e sistematicamente, a qualidade do ar.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar a emissão de gases de veículos e indústrias no âmbito municipal.

■ Comunicação

4. Divulgar o Plano Diretor, com ênfase no artigo que prevê incentivos à instalação de empresas “limpas” no município.

Possíveis parceiros

ONGs . Petrobras . Postos de Abastecimento . Secretaria Municipal de Meio Ambiente . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Coca-Cola Company . Comissão Européia . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Finep . Funbio . Fundação Natura . Fundação O Boticário de Proteção da Natureza . MCT . Pibic . Programa Petrobras Ambiental.







2

Ordem Física

HABITAÇÃO

Assentamentos precários – 1) Favelas, vilas, mocambos; 2) Loteamentos irregulares e moradores de baixa renda; 3) Cortiços; 4) Conjuntos habitacionais degradados (Fonte: Ministério das Cidades).

Déficit habitacional – Número de domicílios improvisados, inadequados para se viver e/ou onde existe coabitação familiar e/ou onde famílias pobres pagam um aluguel que excede 30% da sua renda familiar.

A Agenda 21, em seu capítulo 7, afirma que o acesso à habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e econômico das pessoas e que o objetivo dos assentamentos humanos é melhorar as condições de vida e de trabalho de todos, especialmente dos pobres, em áreas urbanas e rurais.

Essa menção especial aos mais pobres se deve ao fato de que estes tendem a estar nas áreas ecologicamente mais frágeis ou nas periferias das grandes cidades. Moradores instalados em assentamentos precários estão mais sujeitos a problemas como falta de saneamento e de serviços públicos adequados e a desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra.

O déficit habitacional do Brasil é de 5,8 milhões de domicílios. Com os projetos de habitação popular no País sendo guiados pelo menor preço, é importante considerar os novos parâmetros propostos pela construção sustentável ao se planejarem os investimentos necessários para atender a essa imensa demanda.

Além de evitarem o desperdício de água e de energia, novas tecnologias garantem conforto e segurança, e facilitam a utilização de materiais que causam menos impactos ambientais. As habitações sustentáveis também se mostram mais econômicas e eficientes a médio prazo.

Silva Jardim abrange uma área rural muito superior à urbana, com baixas taxas de densidade demográfica, embora estas venham apresentando crescimento expressivo. Segundo estudo da ONU-Habitat/UFF, entre 2006 e 2008, o número de domicílios urbanos particulares permanentes aumentou 45,45%, enquanto no Conleste o crescimento foi de 27,23%. Já entre 2008 e 2009, este aumento foi de 19,59% em Silva Jardim, enquanto no Conleste foi de 6,82%.

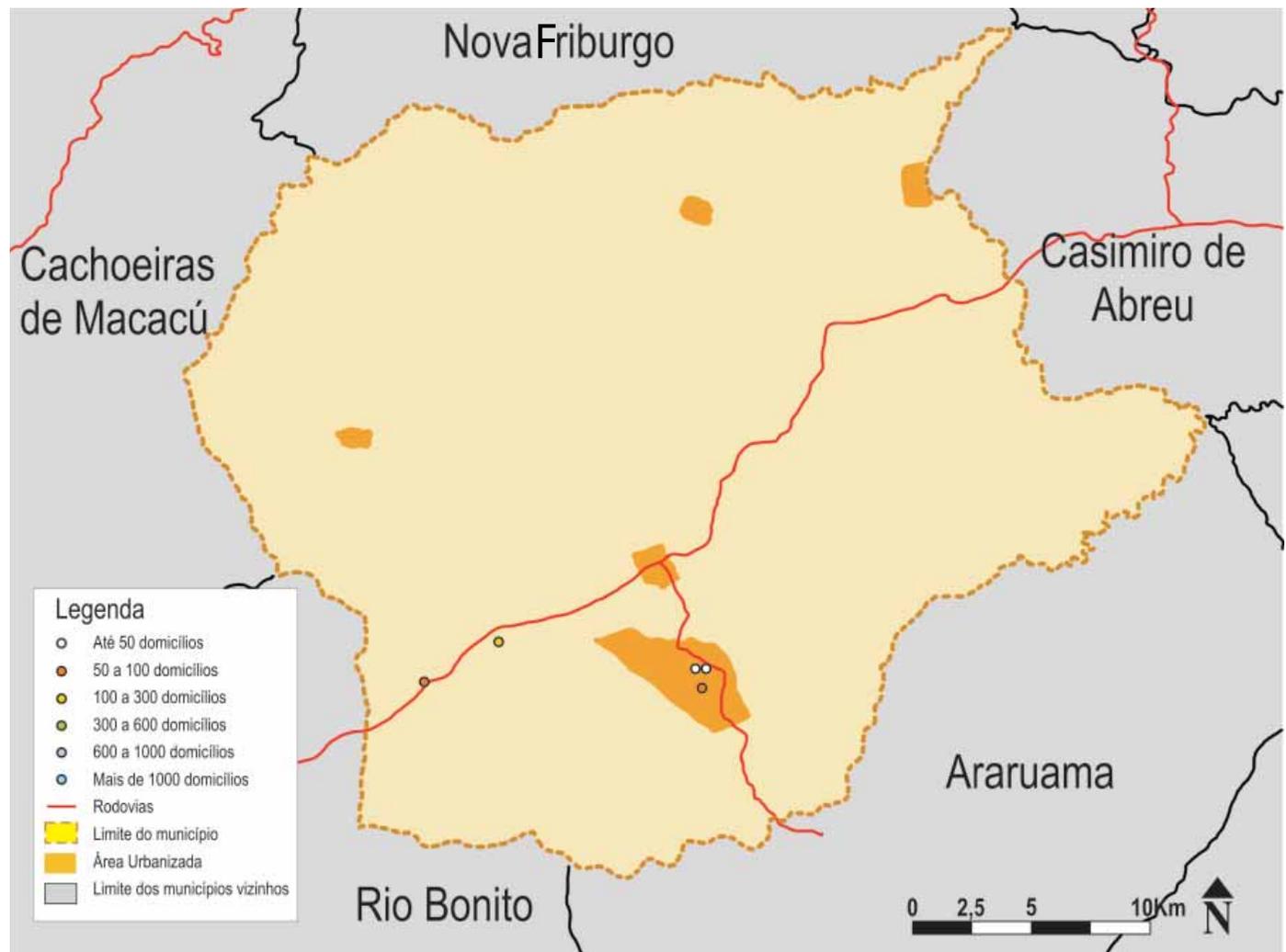
A habitação é tratada pela Secretaria de Trabalho, Habitação e Promoção Social. Apesar de não haver constituído Conselho ou Fundo Municipal de Habitação, Silva Jardim possui legislação e planos específicos para a regularização fundiária. Todavia, segundo a percepção dos participantes do processo da Agenda 21 Local, existem *deficiências na política de regularização de titularidade (apenas 20% das propriedades têm título regularizado)*.

Foi relatada a *existência de um Plano Diretor*, com as ressalvas de que *a lei que o estabelece ainda não é aplicada e faltam a implementação e a divulgação do mesmo*.

Segundo informações obtidas no município, em 2010 existiam quatro assentamentos precários em Silva Jardim.

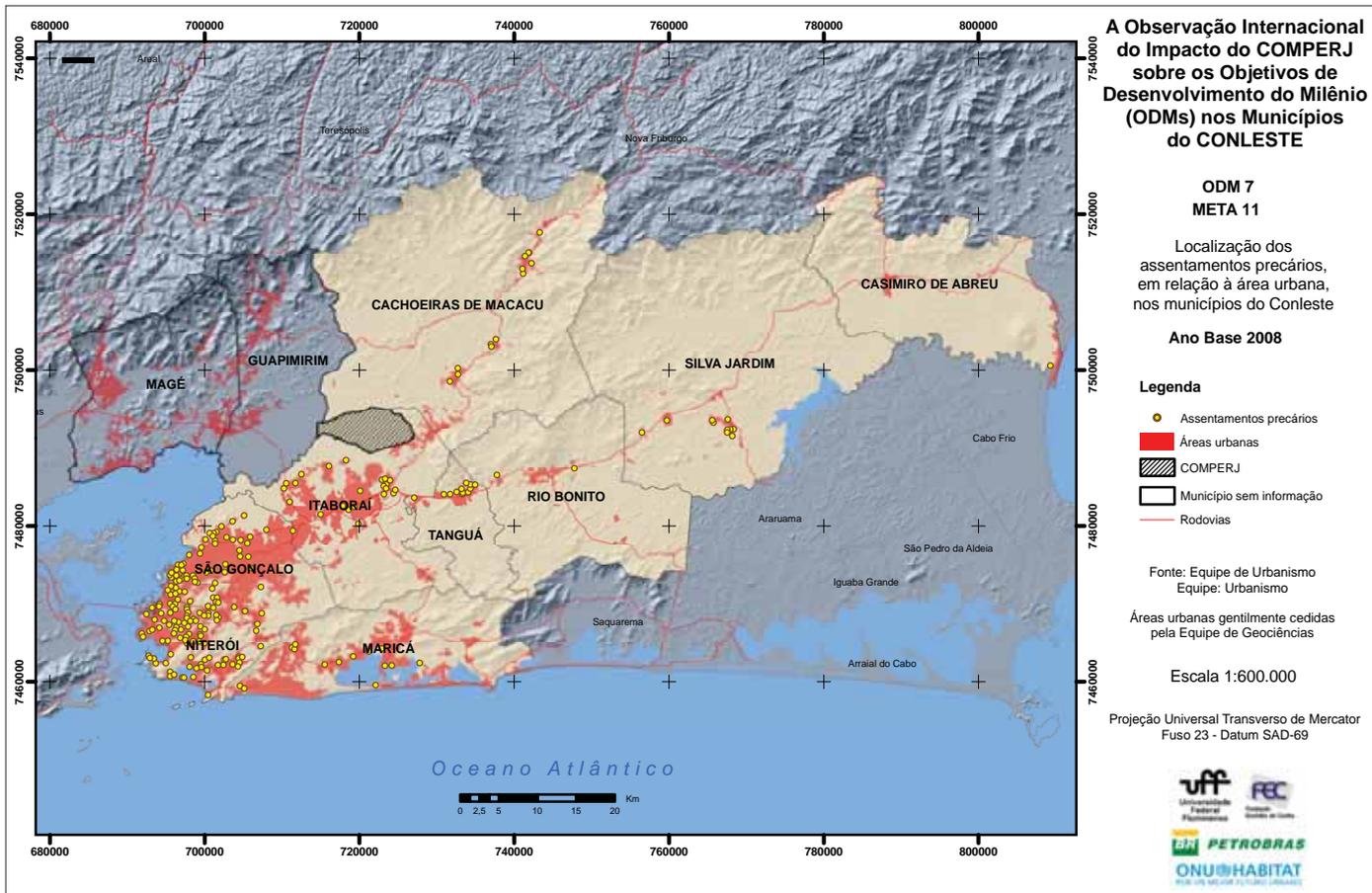
O Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste – 2009 indica a aplicação de recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. A prefeitura também tem investido para diminuir o déficit habitacional de Silva Jardim.

Mapa 6: Percentual de domicílios em assentamentos precários em relação ao total de domicílios



Fonte: UFF/ONU-Habitat (2009).

Mapa 7: Localização dos assentamentos precários em relação à área urbana nos municípios do Conleste

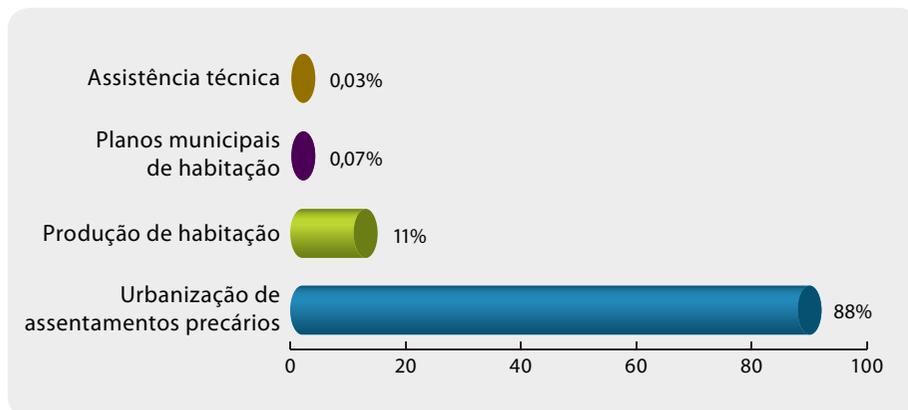


Fonte: UFF/ONU-Habitat (2010).

Apesar de existirem áreas disponíveis para projetos habitacionais, os programas de habitação popular são insuficientes e foi manifestada preocupação com a precariedade no atendimento aos assentamentos rurais como o Cambucás.

O Balanço 3 Anos PAC para o Rio de Janeiro, de fevereiro de 2010, previa investimentos de R\$ 61,8 milhões para a elaboração do Plano Municipal de Habitação. A prefeitura pretende reassentar todos os que se encontram em áreas de risco e informa já haver iniciado a construção de 60 casas.

Gráfico 2: Distribuição dos investimentos do PAC nos municípios do Conleste



Fonte: Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste Ano 2009 – Relatório do Termo Aditivo.

Os participantes manifestaram preocupação com a *falta de um programa preventivo para áreas inundáveis e sujeitas a desabamentos.*

Conjunto habitacional em construção no bairro de Biquinha com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Controle dos deslizamentos

■ Elaboração de programas

1. Elaborar programas preventivos para as áreas sujeitas a deslizamentos.

■ Capacitação

2. Capacitar o quadro de funcionários da Defesa Civil Municipal, para a atuação em casos de deslizamentos.

● Moradia ao alcance de todos: casas populares

■ Elaboração de programas e projetos

1. Elaborar projetos habitacionais de casas populares em áreas disponíveis.
2. Realizar um levantamento das populações habitantes de áreas de risco, realocando-as de acordo com as necessidades, inclusive as populações ribeirinhas da Lagoa de Juturnaíba e moradores de áreas alagadiças.

■ Gestão pública

3. Disponibilizar os recursos existentes para reformas com planejamento sustentável.

■ Planejamento

4. Disponibilizar nas agências da Caixa Econômica Federal funcionários para orientar adequadamente as pessoas interessadas no financiamento de imóveis, em especial, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

● Planejamento urbano: a cidade ajeitada

■ Infraestrutura

1. Asfaltar as estradas vicinais que ligam a sede do município às comunidades de Aldeia Velha, Bananeiras, Vargem Grande, Corina, Mato Alto, Cesário Alvim, Goiabal, entre outros.
2. Desenvolver ações que promovam a construção de novas pontes e a manutenção das pontes existentes.
3. Realizar o calçamento e a iluminação das ruas na sede e nos distritos do município (ex.: acesso ao centro de Bananeiras e de Vargem Grande, e em Juturnaíba).
4. Replanejar e reconstruir a orla de Juturnaíba.

● Habitat: planejando onde moramos

■ Capacitação

1. Qualificar o quadro técnico da Secretaria Municipal de Habitação para tratar de questões relacionadas às políticas de habitação de interesse social e regularização fundiária.

■ Planejamento

2. Incentivar a participação da população no planejamento habitacional.
3. Desenvolver estratégias para atrair os programas federais e estaduais de habitação.
4. Melhorar o atendimento habitacional nos assentamentos e comunidades rurais..
5. Inibir a criação de loteamentos e construções clandestinas.

■ Gestão pública

6. Executar as ações previstas no Plano Diretor do município.
7. Remanejar a população instalada nas Áreas de Preservação Permanente.
8. Fornecer subsídios para promover a regularização fundiária (apenas cerca de 20% das propriedades têm título regularizado), mediante programas sociais para viabilizar o acesso e os recursos.

■ Elaboração de programas

9. Elaborar programas preventivos para evitar construções em áreas inundáveis e sujeitas a deslizamentos.

● Informando sobre o Plano Diretor

■ Comunicação

1. Promover divulgação continuada para a população sobre a Secretaria Municipal de Habitação e questões relativas à habitação.
2. Promover maior divulgação da informação sobre o Plano Diretor.

● O campo energizado: melhoria do abastecimento de energia elétrica

■ Infraestrutura

1. Promover a eletrificação rural, por meio do projeto Luz para Todos ou de recursos da prefeitura.

2. Transferir a central de energia para a subestação de Silva Jardim.
3. Identificar mecanismos para aumentar a potência dos transformadores das ruas e das comunidades rurais atendidas pela Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras – Itaborá Ltda. (Cerci).

Possíveis parceiros

ANA . Associações de Moradores . Associação de Pescadores de Jurnaiba . Associação de Produtores Rurais . Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CISJ) . Emater-Rio . Prefeitura Municipal . Inea . Ministério das Cidades . Secretarias Municipais (Habitação, Obras, Promoção Social, Meio Ambiente,

Ordem Pública) . Secretaria Estadual de Promoção Social . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Caixa Econômica Federal . CIID . Empresas associadas ao Comperj . Consórcio Intermunicipal Lagos São João . CT-Energ . Finep . Fundação Vale do Rio Doce . MCT . Ministérios (Cidades, Minas e Energia) . Unesco.

SANEAMENTO

Saneamento ambiental é o conjunto de práticas voltadas para a conservação e a melhoria das condições do meio ambiente em benefício da saúde. Envolve abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de doenças transmissíveis.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2010 do IBGE, em 2009, 62,6% dos domicílios brasileiros urbanos eram atendidos, ao mesmo tempo, por rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto e coleta de lixo direta, porém com grande disparidade entre as regiões do País (13,7% no Norte e 85,1% no Sudeste). Consequência da rápida urbanização do País, esse quadro indica que o saneamento é um dos pontos mais críticos da crise urbana no Brasil e demanda medidas urgentes da maioria dos municípios brasileiros.

Além do comprometimento ambiental resultante da ausência de saneamento adequado, são consideráveis as perdas econômicas e sociais causadas pela morbidade e mortalidade que atingem principalmente as crianças. O Ministério da Saúde estima que cada R\$ 1 investido em saneamento retorna em R\$ 5 de custos evitados no sistema de saúde pública.

Em Silva Jardim, a Concessionária Águas de Juturnaíba é responsável pela distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Porém, a *política municipal de abastecimento de água e saneamento ambiental (lixo e esgoto)* é considerada *inefcaz*. Segundo os participantes, isto se deve à ineficiência e ao *atendimento precário da concessionária Águas de Juturnaíba em relação à qualidade e quantidade de água e ao tratamento de esgoto*, que não contemplam todo o município, somente alguns bairros urbanos e nenhuma comunidade rural.

Foi manifestada preocupação com a *falta de conhecimento e de informações precisas e oficiais no município sobre o fornecimento complementar de água ao Comperj*.

Esgoto Sanitário

Segundo a empresa Águas de Juturnaíba, a concessionária opera a Estação de Tratamento de Esgoto Caju (ETE Caju) desde junho de 2005, e o índice de cobertura de esgotamento sanitário na região (Silva Jardim, Saquarema e Araruama) é de 60%. Em Silva Jardim, a cobertura é de 65% da área urbana, sendo o restante despejado em fossa, rede fluvial ou diretamente nos rios.

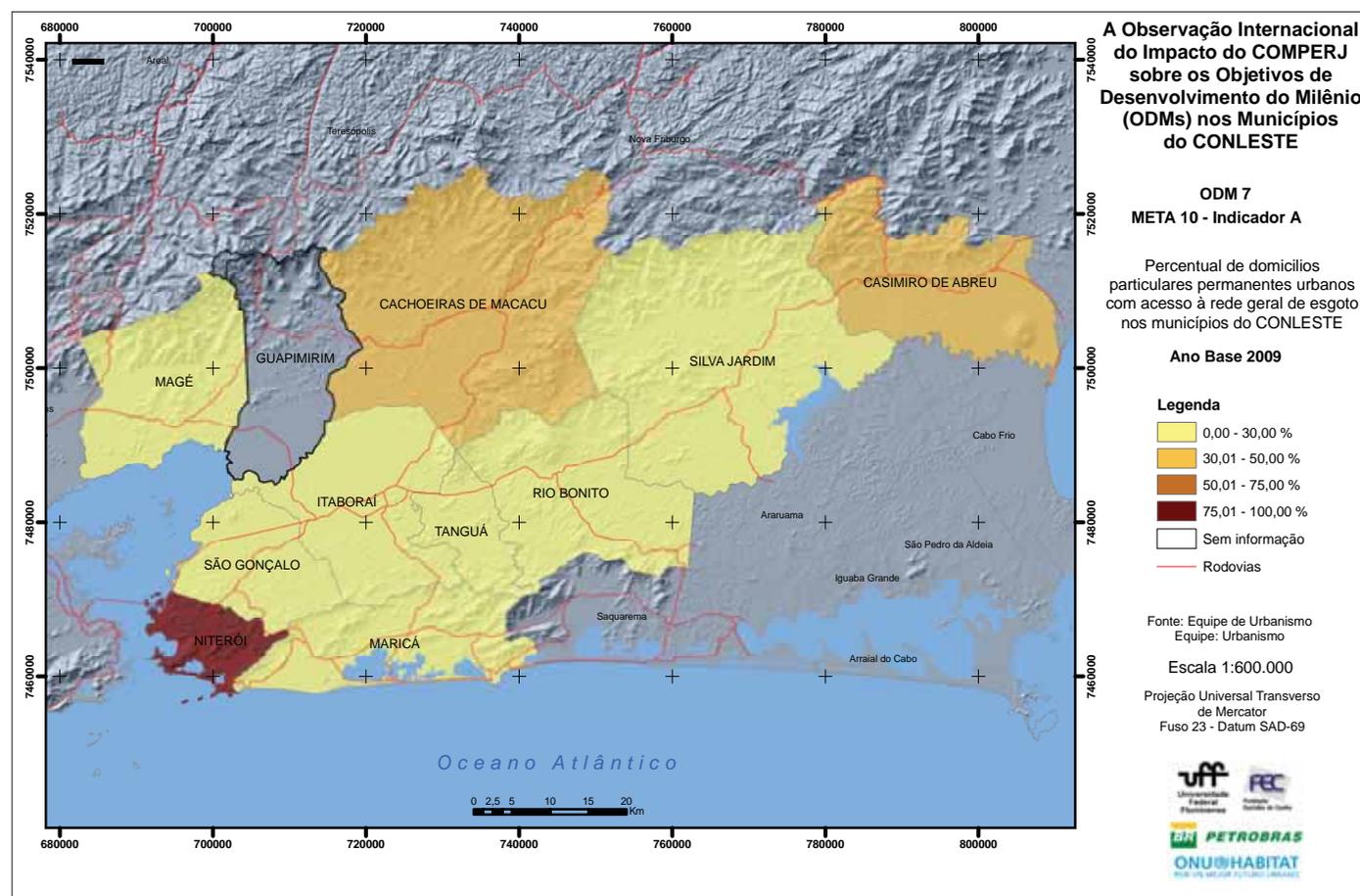
Segundo pesquisa realizada pela UFF/ONU-Habitat de 2008 a 2009, o número de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso ao serviço de esgotamento sanitário aumentou 6,34%, alcançando, em 2009, 18,94% das

Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) –Infraestrutura que trata as águas residuais de origem doméstica e/ou industrial, comumente chamadas de esgotos sanitários ou despejos industriais. Após o tratamento são escoadas para o mar ou rio com um nível de poluição aceitável (ou então, são “reutilizadas” para usos domésticos), através de um emissário, conforme a legislação vigente para o meio ambiente receptor.

residências. Este nível de cobertura caracteriza uma situação próxima da realidade da região (22,33%).

A Estação de Tratamento de Esgoto Caju, na região da sede de Silva Jardim, tem vazão de 12 litros por segundo. Foi implantada uma rede coletora de 10,5 quilômetros, que possibilita a ligação de 980 domicílios. A estação utiliza o sistema de *Wet Land*, no qual o esgoto, já tratado nas lagoas, é encaminhado através de um recalque para outra área, onde é feita sua disposição no solo.

Mapa 8: Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede geral de esgoto nos municípios do Conleste



Fonte: UFF/ONU-Habitat (2010).

Os participantes consideram o sistema ineficiente, já que atende apenas a uma pequena parte da população em coleta, transporte, tratamento e destino final de todo o esgoto da cidade.

Represa de Juturnaíba – A antiga Lagoa de Juturnaíba é um importante espelho d'água, situada no Rio São João, é responsável pelo abastecimento de água da Região dos Lagos. O nome é originário da palavra indígena “Nhetoronoa-aba” ou “Nhetoranga-aíba”, que significa “lago medonho” ou “mal-assombrado” e foi dado devido à presença de urutaus (*Nyctibius griseus*) nas matas, ave noturna de grande porte, cujo canto melancólico provavelmente era temido pelos índios tamoios.

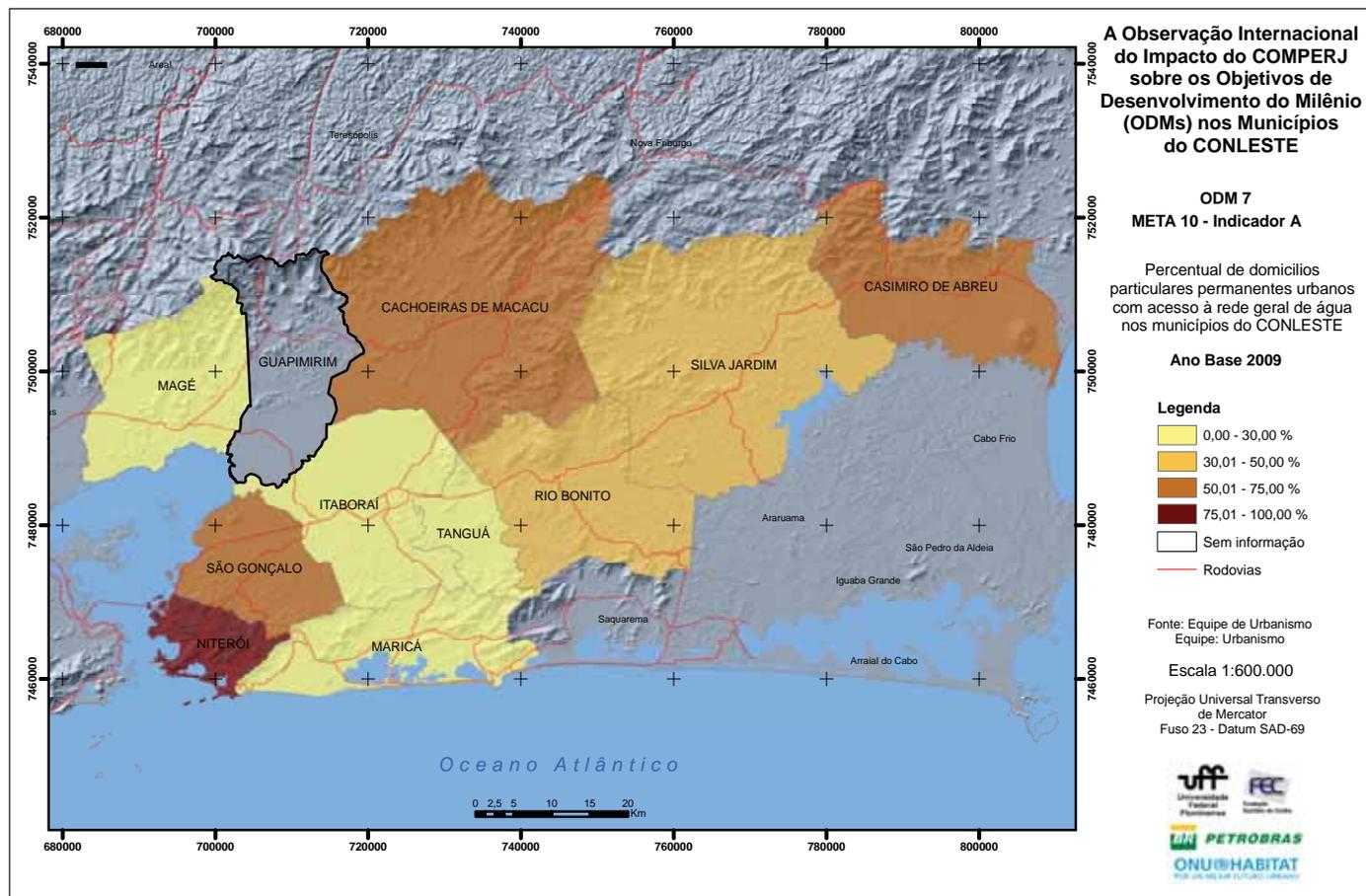
Uma das preocupações apontadas foi a falta de continuidade nos projetos iniciados, como a Estação de Tratamento de Esgoto Verde de Cidade Nova, cuja reativação é vista como uma potencialidade pelos moradores.

Abastecimento de Água

A água produzida e distribuída na sede de Silva Jardim é captada na Represa de Juturnaíba, que também abastece os municípios de Araruama e Saquarema, com uma população estimada em 170 mil pessoas.

A estrutura gerida pela Concessionária Águas de Juturnaíba foi herdada da gestão da Cedae, e em cerca de 20 anos de concessão não houve investimento em obras de ampliação da rede de abastecimento e tratamento de água. Em-

Mapa 9: Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede geral de água nos municípios do Conleste



Fonte: UFF/ONU-Habitat (2010).



Silva Jardim tem cerca de 60% de seu esgoto urbano tratado

bora a Lagoa de Juturnaíba abasteça três municípios (Araruama, Saquarema e Silva Jardim), a rede no município cobre apenas o distrito-sede. Nos bairros de Biquinha, Cidade Nova, Santo Expedito, Boqueirão e Fazenda Brasil, existe uma rede de água, mas não há abastecimento. A água servida nas comunidades de Bananeiras, Aldeia Velha, Imbaú, Mato Alto, Caxito, Cesário Alvim e Gaviões, são provenientes de nascentes, rios e poços superficiais e mantidas pelo município ou por moradores locais.

Represada em 1978, a Represa de Juturnaíba é um manancial formado pelos rios São João, Capivari, Bacaxá e Rio da Onça. A Concessionária Prolagos abastece cinco municípios (Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Búzios e Arraial do Cabo). O Instituto Estadual de Ambiente (Inea) é o órgão responsável pelo monitoramento e controle da qualidade de suas águas.

Segundo a Concessionária Águas de Juturnaíba³, em 1998, cerca de 65% da população de Araruama, Saquarema e Silva Jardim recebia água tratada. Em

³ <http://webintra.aguasbr.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=132> (junho 2010).



O município mantém um bom padrão de limpeza urbana

Aterros – Existem três formas de disposição de resíduos em aterros: aterros sanitários, que recebem resíduos de origem urbana (domésticos, comerciais, públicos, RSSS etc.); industriais (resíduos de origem industrial, considerados perigosos, Classe I – NBR 10004); e aterros controlados para lixo residencial urbano, onde os resíduos, uma vez depositados, recebem uma camada de terra por cima. Na impossibilidade de se proceder à reciclagem do lixo pela compostagem acelerada ou a céu aberto, as normas sanitárias e ambientais recomendam a adoção de aterro sanitário e não controlado.

2009, esse índice alcançou 95%, graças ao investimento na recuperação da Estação de Tratamento de Água de Juturnaíba.

A pesquisa UFF/ONU-Habitat indica que, em 2008, 35,22% dos domicílios de Silva Jardim eram abastecidos pela rede, portanto, abaixo da média do Conleste (45,57%).

Os participantes se mostraram preocupados com a *falta de um inventário das nascentes por parte da concessionária Águas de Juturnaíba – uma medida compensatória*.

A Associação de Pescadores da Lagoa de Juturnaíba (APLJ) está apreensiva quanto à quantidade de resíduos decorrentes do tratamento de água da ETA-Águas de Juturnaíba, jogados na Represa de Juturnaíba, que vem causando grande mortandade de peixes, já que dependem da pesca comercial nesta represa para sua sobrevivência.

O Balanço 3 Anos PAC para o Rio de Janeiro previa o investimento de R\$ 1.804.200,00 para o abastecimento de água em Silva Jardim.

Resíduos Sólidos

Segundo informações do relatório do Lima/UFRJ (2008), Silva Jardim produzia 36 toneladas de resíduos sólidos por dia em 2007. Segundo a Secretaria de Estado do Ambiente, tais resíduos eram descartados em um vazadouro a céu aberto no 1º distrito, próximo a um córrego que deságua no Rio Bacaxá. Porém, desde março de 2010, não há mais despejos neste lixão, devido à contratação do aterro sanitário privado de São Pedro D’Aldeia, a cerca de 60 quilômetros do município, para onde são destinadas 17 toneladas de lixo por dia. A quantidade de resíduos restantes, resultado da poda de árvores, entulho e lixo hospitalar recebem tratamento específico, tanto de coleta, quanto transporte e destino dos mesmos.

Mesmo com a transferência do Lixão do Goiabal para São Pedro D’Aldeia, uma grande quantidade de lixo continua contaminando o lençol freático que mantém o Rio Bacaxá. Atualmente, existe a previsão da inauguração de um aterro sanitário de Saquarema, para onde serão enviados os resíduos de Silva Jardim.

Não há coleta seletiva em Silva Jardim. Segundo o Plano Plurianual (PPA), existe a possibilidade da implantação de um projeto com este objetivo.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Abastecimento de água**

■ **Gestão pública**

1. Rever os contratos e o licenciamento ambiental para operação das concessionárias.
2. Viabilizar contratos que garantam a mitigação dos impactos causados pelas concessionárias (ex.: destruição da orla).
3. Incentivar a abertura de licitação (com ampla divulgação dos editais) para operacionalização e manutenção da Represa de Juturnaíba.

■ **Infraestrutura**

4. Buscar ferramentas para automatizar o sistema de operacionalização das comportas da Represa de Juturnaíba.

■ **Planejamento**

5. Rever a questão da outorga de água.
6. Rever o destino dos repasses pagos pelas concessionárias (mais recursos para o município).
7. Implantar o pagamento pelo abastecimento de água a outros municípios e a gratuidade do fornecimento de água dentro do município de Silva Jardim, como forma de compensação pela utilização dos mananciais da região.
8. Implantar tanques de decantação, adequando as operações de captação, tratamento e fornecimento à legislação ambiental vigente.
9. Fomentar o abastecimento e distribuição de água tratada para todas as comunidades do município que possuem abastecimento precário (ex.: Juturnaíba, Caxito, Cesário Alvim, Varginha, Mato Alto, entre outras).
10. Fomentar a criação de uma comissão regional para monitorar a qualidade da água, com análises periódicas (reservatórios, nascentes, bacias, poços) e divulgação dos resultados.

■ **Estudo técnico**

11. Realizar o mapeamento das nascentes com recursos das concessionárias de águas.

■ **Elaboração de programas e projetos**

12. Elaborar programa para proteção das nascentes existentes.
13. Criar diretriz e banco de projetos a serem realizados como compensação pelas concessionárias.

■ **Soluções inovadoras**

14. Estimular a instalação de sistemas de captação e aproveitamento de águas de chuva.

■ **Comunicação**

15. Buscar acesso ao acompanhamento sobre a definição da água a ser utilizada pela Petrobras no Comperj.

● **Tratamento adequado do esgoto**

■ **Gestão pública**

1. Executar o Plano Diretor.
2. Cobrar da Concessionária Águas de Juturnaíba a adequação de suas atividades, otimizando o processo de tratamento do esgoto.
3. Ampliar os serviços de saneamento básico para todo o município, inclusive áreas rurais (com a construção das ETEs necessárias).

■ **Planejamento**

4. Ampliar o número de empreendimentos imobiliários a serem beneficiados pelo sistema wetland, desde que instalados em áreas apropriadas, sem o risco de possíveis alagamentos sazonais, e respeitando a legislação ambiental vigente.

■ **Elaboração de projetos**

5. Elaborar projetos para assegurar recursos financeiros voltados ao saneamento básico.

■ **Infraestrutura**

6. Solucionar os problemas de lançamento de esgoto *in natura* no córrego do Valão da Caixa e em seus contribuintes, promovendo a revitalização.
7. Implantar um sistema de tratamento do esgoto no entorno da Lagoa de Juturnaíba (pré-requisito para a implantação da piscicultura).

■ **Comunicação**

8. Sensibilizar a população sobre a construção correta e utilização das fossas.
9. Divulgar soluções de baixo custo para saneamento domiciliar.

● Plano de prevenção a enchentes

■ Gestão pública

1. Buscar soluções para realocar os assentamentos humanos em áreas inundáveis para locais adequados.

■ Planejamento

2. Dragar valas, rios e lagoas.
3. Desobstruir as manilhas de águas pluviais.
4. Promover atividades de limpeza de valões, valas e rios do município.
5. Estimular iniciativas voltadas à limpeza urbana.

■ Infraestrutura

6. Canalizar as valas da rede urbana com sistema de escoamento de água.
7. Implantar um sistema de drenagem urbana.

Possíveis parceiros

Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) . ANA . Assessoria de Comunicação da Prefeitura . Corpo de Bombeiros . Câmara Municipal . Comitê de Bacias Lagos do São João . Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CISJ) . Coordenadoria de Defesa Civil . Defesa Civil Estadual . Emater-Rio . Ibama . Inea . Folha dos Municípios . Folha da Terra . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Educação) . Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil . Universidades. Vigilância Sanitária.

Possíveis fontes de financiamento

Águas de Juturnaíba . ANA . BNDES . Caixa Econômica Federal . Comissão Europeia . Empresas associadas ao Comperj . Consórcio Intermunicipal Lagos São João . CT-Hidro . Finep . Inea . Ministério das Cidades . Petrobras . Prolagos . Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil . Secretaria Municipal de Saúde.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

Praticamente todos os aspectos da vida moderna estão ligados a sistemas de transporte que permitem o deslocamento de pessoas, matérias-primas e mercadorias. Nosso ambiente, economia e bem-estar social dependem de transportes limpos, eficientes e acessíveis a todos. No entanto, os meios de transporte disponíveis são insustentáveis e ameaçam a qualidade de vida e a saúde da população e do planeta.

Nos últimos 30 anos, os investimentos públicos no Brasil privilegiaram a infraestrutura voltada para a circulação dos automóveis. Além da poluição atmosférica e sonora, este modelo de transportes gera um trânsito caótico e violento, que causa acidentes com milhares de mortes todos os anos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o setor de transportes já é responsável por um quarto das emissões de dióxido de carbono em todo o mundo. A tendência é que entre 2005 e 2030 essas emissões aumentem 57%, sendo 80% deste crescimento nos países em desenvolvimento e, em sua grande maioria, provenientes de carros particulares e caminhões.

Sistemas de transportes sustentáveis demandam uma boa distribuição de serviços nos bairros, de forma a reduzir a necessidade de deslocamentos, assim como transporte público de qualidade e ciclovias.

Em Silva Jardim, as preocupações manifestadas em relação ao transporte indicam um quadro muito deficitário para um município de grande extensão, com distritos distantes entre si. *Falta transporte público no município, e o transporte intermunicipal é precário.* Um dos motivos apontados para este quadro foi o *monopólio dos transportes públicos na região*, além do péssimo estado das estradas vicinais que ligam as comunidade rurais à sede do município.

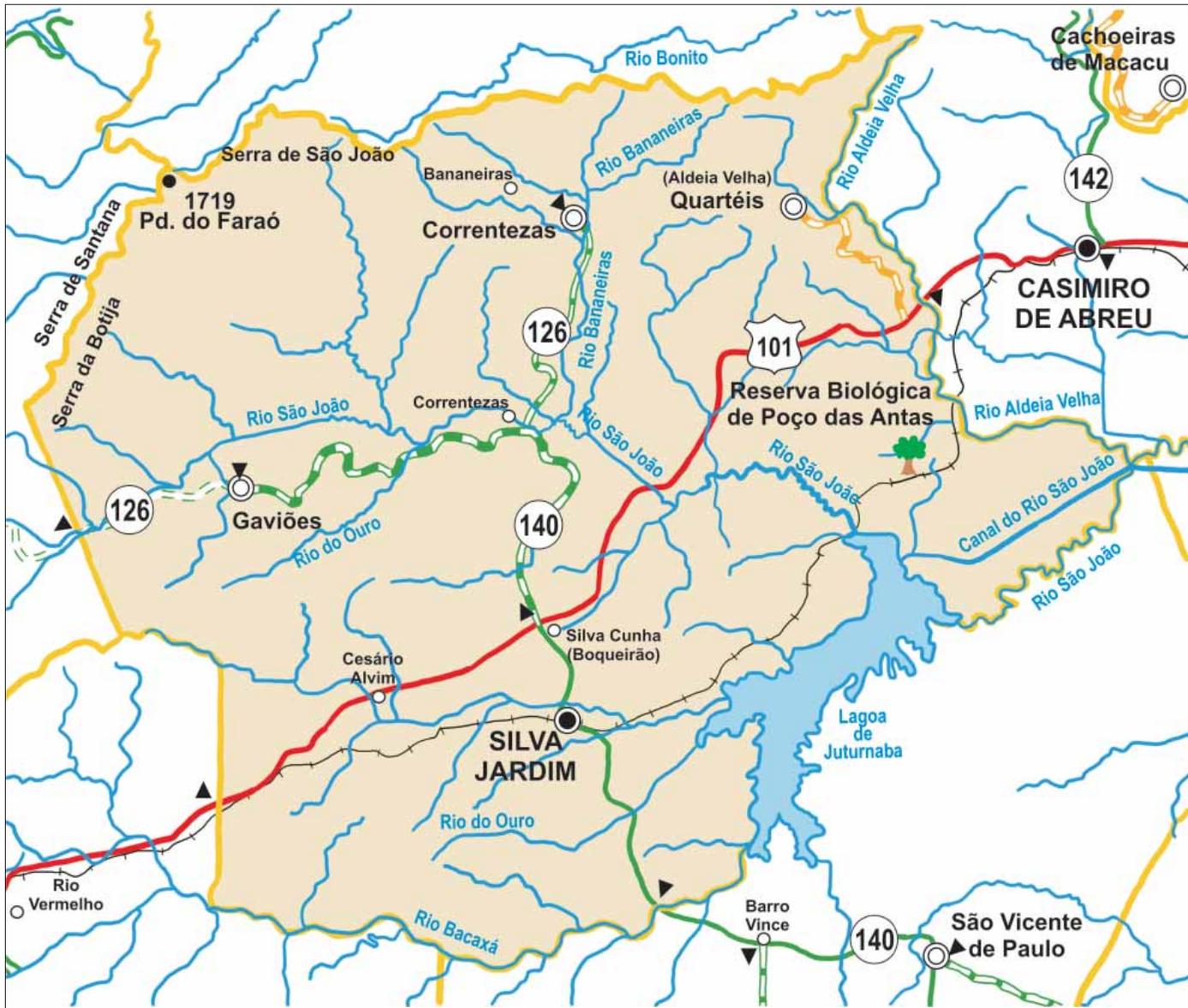
A prefeitura afirma ter realizado um mapeamento das necessidades, com o objetivo de dimensionar corretamente o transporte municipal. Entretanto, como a licitação não atraiu empresas, a prefeitura estuda como assumir o transporte municipal caso a situação persista.

O terminal de ônibus vai ser reformado, ampliado e remodelado, e há projeto de construção de ciclovia no Centro e nos bairros do entorno, com previsão de implantação no biênio 2010/2011.



O transporte público ainda não atende à demanda

Mapa 10: Localização das principais estradas no município de Silva Jardim



Fonte: DER-RJ (2006).

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Planejamento da mobilidade e do transporte

■ Elaboração de programas

1. Elaborar um programa de transporte para o município que contemple as demandas específicas da realidade local.

■ Planejamento

2. Atrair novos serviços de transporte por meio de processo licitatório.
3. Criar um sistema de transporte no município que ofereça acesso do Centro a todos os bairros.
4. Ampliar a grade de horário dos ônibus que ligam o Centro de Silva Jardim a outros municípios (ex.: Araruama e Casimiro de Abreu).
5. Identificar estratégias para fazer cumprir as normas de segurança e educação no trânsito, com ênfase nos jovens.

■ Articulação

6. Estabelecer parcerias com as Secretarias Municipais de Transporte dos municípios vizinhos, a fim de melhorar as linhas, horários e preço das passagens dos ônibus que circulam na região.

■ Gestão pública

7. Desenvolver mecanismos que assegurem as condições necessárias para que o transporte escolar atenda a passageiros nos bairros de difícil acesso.
8. Regulamentar o transporte alternativo.
9. Fazer cumprir a Lei do Passe escolar pela prefeitura.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cooperativas de transporte alternativo . Empresas prestadoras de serviço de transporte escolar . Ministério dos Transportes . Viação Monte Branco . Viação Rio Ita . Secretaria Municipal de Transporte . Secretaria Municipal de Transporte dos municípios vizinhos relacionados . Secretaria Estadual de Transporte.

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Setorial de Transportes Terrestres . Finep . Ministério das Cidades.

SEGURANÇA

Justiça e paz são aspirações humanas legítimas. Sua falta representa uma perda para a qualidade de vida. Segurança é um tema que transcende as ações policiais e judiciais de repressão e contenção da violência armada e prevenção de mortes.

Relaciona-se diretamente com a redução da evasão escolar, distribuição de renda, inclusão social, atenção básica à saúde, reforma urbana e rural, e solução das questões habitacionais. Ao tratar do tema, também é preciso dedicar atenção especial às questões que envolvem violência doméstica, de gênero, racismo e todo tipo de intolerância.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), só a criminalidade violenta custa cerca de R\$ 140 bilhões por ano ao País. Os custos totais da criminalidade são estimados em 10% do PIB brasileiro. Portanto, segurança pública também está relacionada a desenvolvimento econômico.

No Rio de Janeiro, com indicadores de segurança no mesmo patamar dos de países em guerra, o desafio da construção de um Estado seguro e acolhedor para seus cidadãos é a questão de fundo por trás de todos os objetivos. Conquistar a redução e o controle da violência armada implica compromissos e processos de longo prazo, com financiamento continuado e envolvimento de amplos setores da sociedade, aliados a políticas públicas eficazes.

Em Silva Jardim, como nos demais municípios do estado, a Secretaria de Estado de Segurança (Seseg) é o órgão responsável pela segurança pública local. Em 1999, visando estruturar o setor, foram criadas as Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), reunindo um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Pmerj) e uma ou mais delegacias de Polícia Civil (Pcerj).

O município de Silva Jardim – ao lado de Tanguá, Rio Bonito, Itaboraí e Cachoeiras de Macacu – faz parte da Aisp 35. É atendido pelo 35º Batalhão de Polícia Militar e pela 120ª Delegacia Policial de Silva Jardim (Delegacia Legal) e, desde 2005, possui o seu Conselho Comunitário de Segurança.

Conta com 44 guardas municipais treinados localmente, sendo 12 efetivos e 32 contratados, que trabalham na proteção ao patrimônio, no trânsito e em apoio aos demais serviços.

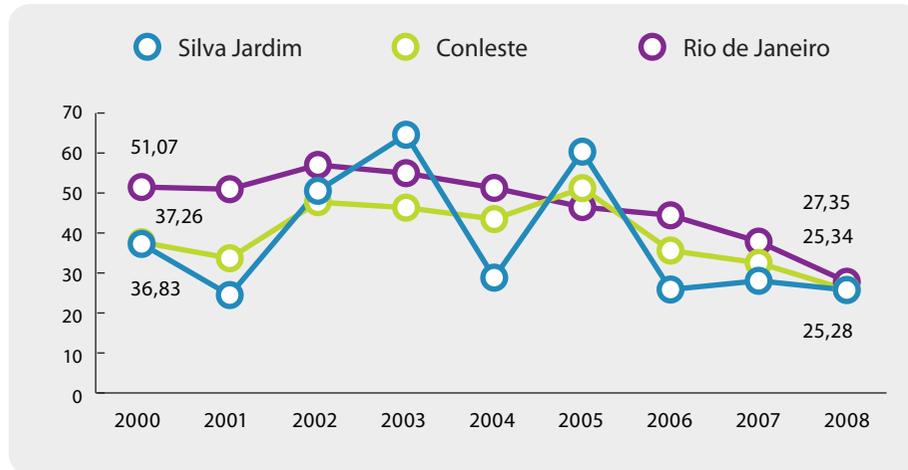
Atualmente, existe a previsão de conclusão do Projeto de Pesquisa de Análise Preliminar do Impacto do Comperj na Segurança Pública, com o objetivo de dimensionar seu sistema e traçar estratégias.

As últimas estatísticas estão disponíveis no *site*: <http://www.isp.rj.gov.br/ResumoAisp.asp>



Silva Jardim conta com uma Delegacia Legal

Gráfico 3: Taxa de mortalidade por causas externas (por 100 mil habitantes) por agressões no município de Silva Jardim, Conleste e Estado do Rio de Janeiro de 2000 a 2008



Fonte: Datasus (2009).

O 35º Batalhão da PM fica localizado na entrada da cidade



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Promoção da Segurança Pública**

■ **Gestão pública**

1. Reestruturar a Secretaria Municipal de Ordem Pública.
2. Solicitar a atuação da Guarda Municipal para nos pontos turísticos do Município.
3. Aumentar o efetivo da Guarda Municipal nos logradouros públicos.

■ **Infraestrutura**

4. Instalar uma Delegacia de Polícia em Aldeia Velha.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Confederação Nacional dos Municípios . Conselho Comunitário de Segurança . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Guarda Municipal . IBGE . ISP . Ministério da Justiça . MP . OAB . ONGs . Pmerj . Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro . Prefeitura Municipal . Seseg . TCE-RJ . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Empresas associadas ao Comperj . LOA . Pronasci.







3

Ordem Social

EDUCAÇÃO



O Ensino Fundamental está universalizado em Silva Jardim



A Escola Estadual Imbaú é uma das escolas estaduais municipalizadas em Silva Jardim

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a educação, em todas as suas formas, molda o mundo de amanhã, instrumentalizando indivíduos com habilidades, perspectivas, conhecimento e valores necessários para se viver e trabalhar.

O capítulo 36 da Agenda 21 Global afirma que a educação e a consciência pública ajudam as sociedades a desenvolver plenamente suas potencialidades e que o ensino, tanto formal quanto informal, é indispensável para modificar a atitude das pessoas, de forma a capacitá-las para avaliar e enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento sustentável. Para despertar a consciência ambiental e ética, também são fundamentais valores e atitudes, técnicas e comportamentos que favoreçam a participação pública efetiva nos processos decisórios.

Segundo o Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste (2009), o acesso ao Ensino Fundamental é praticamente universalizado nas grandes cidades brasileiras, e, em geral, as crianças chegam a ele na idade adequada. Todavia, o índice de reprovação ainda é elevado, o que impede que muitas concluam esse nível de ensino.

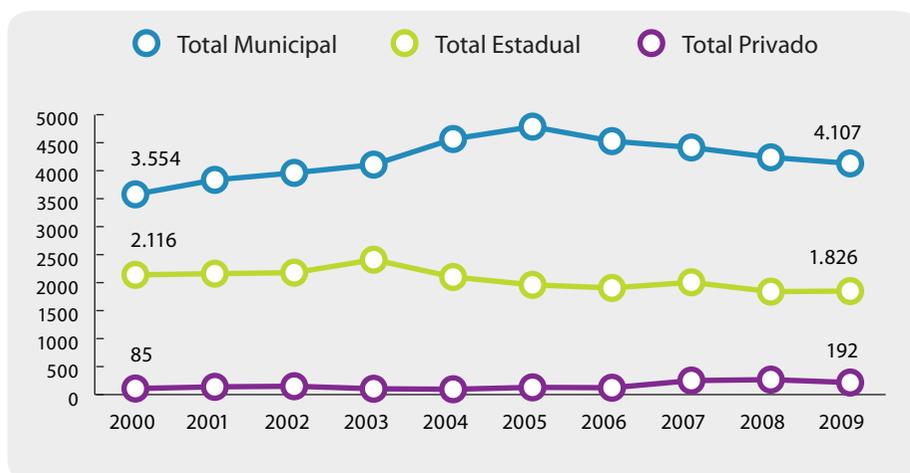
Apesar da adoção de políticas para reverter essa situação, continuam altas as taxas de reprovação, demandando ações mais eficazes de correção do fluxo escolar. Entre elas se incluem maior atenção às condições materiais de trabalho na escola, aumento do tempo de permanência dos alunos em suas dependências e investimentos na formação de professores e educadores.

Em Silva Jardim não é diferente. Segundo os participantes do Fórum da Agenda 21 Local, o município possui duas creches municipais (crianças de 0 a 3 anos) – *insuficientes para atender à demanda* – e registram também que *não há oferta de creches para mães estudantes*.

O município tem 18 escolas de Ensino Pré-Escolar (crianças de 4 e 5 anos), sendo 17 municipais e uma particular. De acordo com o grupo, ainda há crianças nesta idade fora da escola, de onde se sugere a ampliação das atividades de inclusão escolar, promovida pela Secretaria Municipal de Educação.

O Ensino Fundamental, que vai do primeiro ao nono ano, conta com 23 escolas (20 escolas públicas municipais, duas estaduais e uma privada) e está praticamente universalizado. Por outro lado, faltam investimentos no segundo segmento, que se estende do sexto ao nono ano.

Gráfico 4: Número de matrículas efetuadas no município de Silva Jardim



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (2010).

Uma preocupação dos participantes foi o alto índice de evasão escolar. A qualidade do ensino também deixa a desejar, como evidenciado pelas notas do Ideb no ano de 2009, sendo 3,6 para séries iniciais e 3,3 para séries finais da Educação Básica. A média nacional para este ano foi 4,6 para as séries iniciais e 4,0 para as séries finais.

Tabela 1: Ideb de 2005, 2007, 2009 e metas projetadas para a rede municipal de Silva Jardim

	Ideb observado			Metas projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Município	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	3,9	3,7	3,6	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8	6,1
Anos finais	4,0	2,9	3,3	4,1	4,2	4,5	4,9	5,3	5,5	5,7	6,0

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar (2009).

Silva Jardim apresenta uma das taxas mais elevadas de distorção idade/ano escolar na região do Conleste, revelando a incidência de reprovações em todos os anos do Ensino Fundamental e comprometendo a conclusão desse nível de ensino na idade adequada. Estas constatações demonstram a necessidade de medidas de combate à reprovação. Segundo os participantes, *falta incentivo ao estudo para adolescentes, jovens e adultos* no município.

Com relação ao Ensino Médio, com duas escolas públicas estaduais, o município apresenta a menor taxa bruta da região do Conleste, o que indica que um número pequeno de jovens, com idade adequada, está matriculado nesse nível de ensino.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Mede a qualidade da educação numa escala que vai de zero a dez. É calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão), no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e na Prova Brasil. Quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será sua classificação. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. Em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso.

Mova-Brasil – O programa Mova-Brasil alfabetiza jovens e adultos, estimulando habilidades de escrita e leitura, além de uma visão crítica de sua realidade. O público-alvo do projeto são pessoas a partir de 15 anos que não tiveram acesso à alfabetização em idade apropriada. As aulas são ministradas por educadores da comunidade, treinados e capacitados pelas equipes técnico-pedagógicas do Instituto Paulo Freire. A metodologia pedagógica adotada é inspirada nos ensinamentos do educador Paulo Freire e utiliza elementos do cotidiano do aluno para alfabetizá-lo. As salas de aula estão montadas em espaços da própria comunidade (escolas, igrejas, associações, clubes etc). Em Silva Jardim, há 14 turmas em andamento, 14 monitores em formação e 278 educandos atendidos.

Outro fator mencionado que desestimula os estudantes é a *má localização e a dificuldade de acesso à biblioteca municipal*, que também sofre com a *falta de investimento e de capacitação de profissionais*.

No atendimento às pessoas com necessidades especiais (PNEs), observa-se que 126 crianças fazem o acompanhamento na Educação Especial. Desse total, apenas 54 alunos foram incluídos no Ensino Fundamental Regular.

Também é preciso ampliar o atendimento na educação de jovens e adultos (EJA), a fim de colaborar para corrigir o fluxo escolar, atendendo àqueles que não puderam ser escolarizados em idade própria.

A Educação Técnico-Profissional, que não era oferecida no município, agora deverá ser contemplada, em função do cenário econômico da região e das novas exigências do mercado. Preocupados com essa situação, os participantes do Fórum afirmaram que *faltam escolas técnicas (não há nenhuma) e programas continuados de inclusão produtiva. Não há variedade de cursos profissionalizantes que atendam às demandas atuais e futuras do município, e a escola profissionalizante que existe é registrada, mas não funciona*.

Destacou-se que o município conta com *a presença e atuação de apenas uma instituição de Ensino Superior privada (Unigranrio), que oferece cursos de formação e capacita mão de obra qualificada disponível (jovens graduados), mas sem articulação com a prefeitura*. Os participantes do Fórum declararam que *sentem falta de mais incentivos para que jovens estudem nas universidades, seja na que existe no município ou fora dele*.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Educação como base para melhor qualidade de vida

■ Gestão pública

1. Estimular a integração das redes de ensino (pública e privada) do município.
2. Criar um sistema de bolsas de estudo para atender crianças e jovens.
3. Buscar subsídios para adaptar o currículo escolar, visando inserir os alunos de áreas rurais em novos mercados.

■ Articulação

4. Estabelecer parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para fomentar a criação de novos cursos, que atendam à demanda do município.

■ Capacitação

5. Realizar cursos de capacitação e qualificação para os profissionais de educação.
6. Incentivar a criação de cursos profissionalizantes na área ambiental.
7. Criar escolas de Ensino Médio, regionalizando-as para ampliar o atendimento da rede pública municipal.

■ Comunicação

8. Promover um sistema de divulgação das atividades relacionadas à educação municipal.

■ Planejamento

9. Fortalecer os grêmios estudantis, articulando alianças institucionais e sociais.

● Melhoria do acesso ao ensino superior

■ Elaboração de projetos

1. Incentivar a elaboração de projetos que alinhem as vocações e talentos do município com a universidade e as escolas técnicas, visando o desenvolvimento de convênios.

■ Articulação

2. Estabelecer um convênio da prefeitura com universidades.

■ Infraestrutura

3. Estimular a formação de um sistema de transporte universitário.

● Estímulo ao ensino técnico

■ Infraestrutura

1. Criar uma escola técnica para atender à demanda do Comperj.

■ Capacitação

2. Criar cursos técnicos diversificados, como de padeiro, informática, soldador, torneiro mecânico, técnicos de instalações elétricas e hidráulicas, entre outros.

■ Infraestrutura

3. Construir escolas técnicas, com educação de qualidade e criar um banco de empregos para alunos recém-formados.

● Adequação da infraestrutura das creches

■ Infraestrutura

1. Construir creches municipais, regionalizadas.
2. Melhorar a infraestrutura das creches existentes (alimentação balanceada, técnicos qualificados e brinquedoteca).

● Melhoria da infraestrutura das bibliotecas públicas

■ Gestão pública

1. Contratar bibliotecários.

■ Infraestrutura

2. Criar mais bibliotecas públicas acessíveis à população.

Possíveis parceiros

Empresas associadas ao Comperj . MEC . ONGs . Secretaria Municipal de Educação . Seeduc . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Coca – Cola Company . Embaixada da Alemanha . FNDE . Fundação Educar Dpaschoal . MEC.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trata-se de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente e dos bens de uso comum, essenciais à qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Seu papel é educar e conscientizar as populações sobre a importância da preservação do meio ambiente, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, opções de subsistência e oportunidades para melhorar sua qualidade de vida, mostrando que as comunidades locais são as principais beneficiárias das atividades de conservação.

No Brasil, para que esses objetivos sejam atingidos, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99 e Decreto 4.281/02) estabelece que os temas ambientais devem estar presentes durante todo o processo de escolarização, até o Ensino Superior, de forma transversal, em todos os níveis e disciplinas.

Para que uma Agenda 21 Local seja bem-sucedida, é necessário um amplo entendimento dos propósitos e do conteúdo da Agenda 21. Assim, a Educação Ambiental tem uma importância central neste processo. É por meio dela que se pode promover a capacidade de compreensão das questões ambientais e do desenvolvimento, que levam à participação no processo e à mudança de valores necessários à construção de um mundo sustentável.

Em Silva Jardim, a Educação Ambiental é aplicada na rede de ensino pública e nos órgãos públicos. O grupo afirmou que a Educação Ambiental na matriz curricular perpassa todas as disciplinas das escolas municipais.

Nas escolas, são realizados os seguintes projetos: Projeto Oliver (em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente e a ONG Reciclar), a Caravana Ambiente Legal (Secretaria Municipal de Educação), Nas Ondas do Capivari (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), Redescobrimo a Mata Atlântica (Associação Mico-Leão-Dourado) e Agenda Água (parceria entre o Consórcio Intermunicipal Lagos São João e o Grupo de Educadores para o Meio Ambiente), cujo o objetivo consiste em formar educadores ambientais

Algumas entidades, instituições e Unidades de Conservação (UC) desenvolvem atividades de Educação Ambiental. Entre elas, destaca-se o Curso de Educação Ambiental (oferecido pela Associação Mico-Leão-Dourado), o projeto Pensando e Praticando Educação Ambiental (ambos oferecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente) e o projeto Aprendiz de Fazendeiro (desenvolvido pelo Instituto Anda Brasil), voltado para crianças.



Van utilizada em atividades de educação ambiental pelas secretarias de Meio Ambiente e de Educação

Na definição das medidas compensatórias do Comperj, Silva Jardim conseguiu a construção de um Centro de Referência Ambiental, que tem a previsão de funcionamento até o final de 2011. O Centro abrigará a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o Fórum da Agenda 21 local, e terá espaço para a realização de seminários e exposições.

Os integrantes do Fórum informaram que falta integração das diversas Secretarias no *desenvolvimento dos programas* de Educação Ambiental e também *implantação dos ensinamentos adquiridos nos cursos realizados no município, assim como atuação junto à população para construção de uma consciência ecológica* em Silva Jardim.

O Centro Educativo Adelmar Faria Coimbra Filho, instalado na Reserva Biológica de Poço das Antas, desenvolve várias atividades de educação ambiental.



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Educação Ambiental, meio ambiente, sustentabilidade e conscientização na gestão social

■ Gestão pública

1. Integrar os projetos das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Educação e Planejamento para discutir questões relativas ao desenvolvimento sustentável.

■ Planejamento

2. Promover atividades de Educação Ambiental nas áreas rurais.
3. Ampliar a iniciativa dos cursos de Educação Ambiental para o público em geral.
4. Intensificar as ações de Educação Ambiental, por meio de palestras, seminários, trabalhos em grupo e debates abertos à comunidade.
5. Promover ações demonstrativas de Educação Ambiental, como limpeza de córregos e rios, junto à comunidade.
6. Sensibilizar a comunidade sobre a importância da conservação da diversidade biológica.
7. Incentivar a criação de Coletivos Jovens de Meio Ambiente na região, articulando alianças institucionais e sociais, visando a preservação ambiental

■ Capacitação

8. Incentivar a multiplicação dos conhecimentos adquiridos com capacitações sobre Educação Ambiental, meio ambiente e sustentabilidade.

■ Comunicação

9. Desenvolver ações estratégicas que fomentem a formação cidadã, promovendo o aumento da consciência ecológica (divulgação do poder da sociedade na tomada de decisões sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável).
10. Promover maior divulgação dos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
11. Estimular a difusão dos conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável em Silva Jardim.

■ Infraestrutura

12. Criar na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente uma “Sala Verde”, dotada de infraestrutura adequada (salas de reuniões, multimídia, Biblioteca, entre outros), com o objetivo de viabilizar o acesso as informações relacionadas a educação e meio ambiente.
13. Disponibilizar nas escolas públicas um Centro de Referência (espaço multidisciplinar) para a prática de atividades de Educação Ambiental.

Possíveis parceiros

Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) . Associações de Moradores . Consórcio Intermunicipal Lagos de São João (CILSJ) . Empresas associadas ao Comperj . Firjan . Instituições governamentais estrangeiras . Instituto Anda Brasil . Instituto Chico Mendes . Ministérios (Educação, Cultura, Meio Ambiente) . MP . ONGs . Oscips . Câmara Municipal . Sebrae . Senac . Senai.

Possíveis fontes de financiamento

Empresas associadas ao Comperj . Fundação Iochpe . Volkswagen.

CULTURA

Segundo a Unesco, a diversidade cultural, produto de milhares de anos de história e fruto da contribuição coletiva de todos os povos, é o principal patrimônio da humanidade. As civilizações e suas culturas também resultam da localização geográfica e das condições de vida que cada uma oferece, o que se traduz na riqueza e diversidade de formas de viver e sobreviver da espécie humana.

A cultura representa as formas de organização de um povo, seus costumes e tradições, que são transmitidos de geração a geração, como uma memória coletiva, formando sua identidade e, muitas vezes, mantendo-a intacta, apesar das mudanças pelas quais o mundo passa.

A identidade cultural é uma das mais importantes riquezas de um povo, pois representa um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos, historicamente compartilhados, que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Trata-se de um conceito de tamanha complexidade, que pode ser manifestado de várias formas e envolver situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos.

A diversidade cultural é um dos pilares da identidade brasileira e fator de sustentabilidade do desenvolvimento do País. O maior desafio nesta área é enfrentar a pressão que o desenvolvimento exerce sobre as estruturas tradicionais – sejam físicas, como sítios arqueológicos ou patrimônios históricos, sejam imateriais, como conhecimentos e práticas das populações.

Em Silva Jardim, os participantes do Fórum da Agenda 21 Local sentem *falta de um centro de cultura* onde possam compartilhar e divulgar sua arte. O município não tem teatro, sala cinema, nem equipamento multicultural. Conta apenas com uma biblioteca, localizada no Ciep Professora Vera Lúcia Pereira Coelho.

Há preocupação com a *pouca participação e falta de interesse* da população em atividades culturais.

Não há uma Secretaria específica para a cultura, apenas uma Divisão de Cultura na Secretaria de Educação. Ao longo de 2010, os gestores da cultura formaram o Conselho Paritário de Cultura e vêm pleiteando a criação de uma fundação cultural.

Não há registro de bens tombados em Silva Jardim, nem pelo Iphan, nem pelo Inepac. Está sendo elaborada uma lei de proteção dos bens materiais e imateriais do município, como igrejas, prédios públicos, praças, casas de farinha e engenhos, e casas de fazendas.

Desigualdades no acesso à produção cultural

Entretenimento – Apenas 13% dos brasileiros vão ao cinema alguma vez no ano; 92% nunca frequentaram museus; 93,4% jamais visitaram uma exposição de arte; 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar. Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso.

Acesso à internet – 82% dos brasileiros não possuem computador em casa; destes, 70% não têm acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola).

Livros e bibliotecas – O brasileiro lê, em média, 1,8 livro per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população. O preço médio do livro de leitura corrente é de R\$ 25,00, elevadíssimo quando comparado com a renda do brasileiro nas classes C/D/E. Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste.

Profissionais da cultura – 56,7% da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalham por conta própria.

(Fonte: <http://www.unesco.org/pt/brasil/cultura/access-to-culture/#c37219>).



O grupo de Mineiro-Pau de Silva Jardim é um dos poucos que ainda restam dessa dança folclórica brasileira

O município está inserido no projeto Ponto de Cultura, pleiteado pela Instituição Cultural Bantu Brasil, que faz parte do projeto Caipira da Mata Atlântica, em Aldeia Velha. Além disso, existe o projeto Era uma vez... Vozes do São João, com contadores de história, vídeos e teatro, executado pelo Grupo de Educadores para o Meio Ambiente.

Na cultura popular, destacam-se algumas atividades, como o Grupo de Mineiro-Pau de Silva Jardim, único representante desta manifestação no município e um dos últimos remanescentes da região.

Em vários distritos, há artistas ligados a música, literatura, dança e teatro. Há também artesãos, alguns de renome, em Mato Alto, Imbaú, Boqueirão, Bananeiras e Aldeia Velha.

As principais festas regionais e religiosas são a Festa da Nossa Senhora da Lapa (padroeira da cidade), a Festa da Cavalgada, a Festa do Aniversário do município, a Festa dos Padroeiros das Capelas Locais, o tapete nas ruas durante *Corpus Christi* e o Festival da Primavera do distrito da Aldeia Velha.

Em todos os distritos, há os tradicionais Arraiás de Bairro, nos meses de junho e julho. Em Aldeia Velha, o Festival de Forró ocorre anualmente. As novas manifestações são a Festa do Aipim, a do Palmito de Pupunha, o autêntico Carnaval de rua e os blocos carnavalescos, que têm atraído cada vez mais turistas.

O grupo que integra o Fórum da Agenda 21 afirma que *falta* reunir e *identificar* toda a *informação histórico-cultural de Silva Jardim* para criar, junto com os atores sociais da cultura local, uma política adequada ao fortalecimento da cultura no município.

A Igreja Matriz de Nsa. Sra. da Lapa, construída em 1801, a partir de uma pequena capela dedicada à Sant'Ana, ao redor da qual se desenvolveu o povoado.



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Formação cultural para o desenvolvimento social**

■ **Gestão pública**

1. Elaborar políticas públicas de fortalecimento da cultura, visando ao desenvolvimento social.

■ **Planejamento**

2. Fortalecer a identidade popular e promover o resgate da autoestima dos munícipes.
3. Potencializar e fortalecer a vocação e os talentos do município, desenvolvendo fóruns e debates que possibilitem valorizá-los.
4. Identificar, com a participação das comunidades, os valores culturais locais.
5. Estimular a criação do Conselho de Cultura.
6. Estimular a criação do calendário cultural anual.

■ **Infraestrutura**

7. Construir um teatro municipal.
8. Criar centros culturais, em especial no prédio desativado da antiga estação ferroviária de Juturnaíba.
9. Reativar o cinema rural.
10. Criar um Centro de Memória da cidade de Silva Jardim.
11. Organizar a sinalização da cidade, para facilitar a todos o acesso às atrações culturais.
12. Ampliar a estrutura das bandas das escolas, associações e grupos folclóricos (ex.: Banda Honório Coelho, Sérvulo Mello e Mineiro-Pau).

■ **Comunicação**

13. Divulgar informações sobre cultura e história locais, de forma continuada, para a comunidade.
14. Incentivar a preservação e a valorização do patrimônio histórico-cultural do município.
15. Conscientizar a população para o cuidado com o patrimônio público.

■ **Fiscalização**

16. Aplicar medidas de punição aos que degradam o patrimônio público.

● **Preservação da memória histórica**

■ **Estudos técnicos**

1. Resgatar a história do município mantida pela tradição oral.

■ **Capacitação**

2. Formar equipe técnica local para monitorar e promover a continuidade dos programas de levantamento histórico.

■ **Comunicação**

3. Incentivar a produção de um documentário sobre a fundação de Silva Jardim.

■ **Articulação**

4. Criar parcerias com o Iphan/Inepac para o tombamento do patrimônio local.

Possíveis parceiros

Associações . Câmara Municipal . Conselho Municipal de Cultura . Empresas associadas ao Comperj . Firjan . Fundações . Instituições governamentais estrangeiras . Iphan . Minc . MP . OAB . ONGs . Oscips . Instituições Religiosas . SEC . Secretarias municipais e estaduais.

Possíveis fontes de financiamento

Ashoka . Auto São Cristóvão . Banco do Brasil . Empresas associadas ao Comperj . Fundação Educar DPaschoal . Fundo Nacional Audiovisual . Instituto Itaú Cultural . Minc . Rockwell Automation do Brasil.

SAÚDE

A Agenda 21 brasileira afirma em seu objetivo 7 – “Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS” – que a origem ambiental de diversas doenças é bem conhecida e que o ambiente natural e as condições de trabalho, moradia, higiene e salubridade, tanto quanto a alimentação e a segurança, afetam a saúde, podendo prejudicá-la ou, ao contrário, prolongar a vida.

Segundo a Agenda 21 Global, o desenvolvimento sustentável depende de uma população saudável. No entanto, os processos de produção e de desenvolvimento econômico e social interferem nos ecossistemas e podem colaborar para a existência de condições ou situações de risco que influenciam negativamente o padrão e os níveis de saúde das pessoas.

As principais questões ambientais que afetam a saúde humana envolvem a poluição decorrente da falta de saneamento, a contaminação do meio ambiente por poluentes químicos, a poluição atmosférica e os desastres ambientais.

Atualmente, além de se reconhecer a interdependência entre saúde, desenvolvimento econômico, qualidade de vida e condições ambientais, aumenta a consciência de que a capacidade humana de interferência no equilíbrio ambiental acarreta responsabilidades da sociedade sobre seu destino e o da vida no planeta.

Silva Jardim tem apenas uma policlínica municipal entre seus 20 estabelecimentos de saúde (18 públicos municipais e 2 particulares), dos quais alguns apresentam *deficiências na infraestrutura e no atendimento médico*. São *insuficientes os profissionais e equipamentos* (um eletrocardiógrafo e um equipamento de Raio X de 100 a 500m⁴).

Tabela 2: Leitos de hospital geral (por mil habitantes) em Silva Jardim e nos municípios do Conleste de 2000 a 2008

Município	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Silva Jardim	0,66	0,65	0,64	0,63	0,61	0,60	0,59	0,59	0,63
Conleste	4,75	4,59	4,04	4,15	3,99	3,91	3,65	3,57	3,49

Fonte: UFF/ONU-Habitat (2009).

No município, faltam *programas de prevenção* voltados para a área da saúde (ex.: falta de acompanhamento e orientação pré-natal, entre outros) e *investimentos na infraestrutura da vigilância sanitária*.

O Programa de Assistência Integral à Família (Paif) possui atendimento precário, segundo os participantes do Fórum da Agenda 21 Local. Também são insufi-

⁴ Fonte: IBGE, 2005.

Estratégia Saúde da Família –

O Programa de Saúde da Família (PSF/PACs) foi criado em 1994 para ampliar a atenção básica em saúde no Brasil. Entre seus objetivos está a prevenção da gravidez na adolescência. Atualmente, é definido como Estratégia Saúde da Família (ESF), ao invés de programa, visto que este termo aponta uma atividade com início, desenvolvimento e finalização. O PSF é uma estratégia de reorganização da atenção primária à saúde e não tem prazo para terminar.

cientes os programas de conscientização voltados para a prevenção da gravidez indesejada e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). Há preocupação com a grande ocorrência de Aids, câncer e consumo de drogas (ex.: álcool, tabaco etc.)⁵ entre os habitantes. Foi apontado o aumento dos casos de desemprego, o que pode ser um dos fatores que levam ao alcoolismo e uso de drogas.

O Programa de Saúde da Família (PSF) funciona no município, embora de maneira inadequada, e há três novos Projetos de Especialidade Regional: gravidez na adolescência, uso de drogas lícitas e ilícitas, e violência intrafamiliar. Há também o Programa Odontomóvel, um consultório odontológico sobre rodas, montado em um veículo dotado de modernos aparelhos para tratamento dentário gratuito. Segundo o grupo, porém, o programa não atende a todo o município, nem funciona o ano inteiro.

A Secretaria Municipal de Saúde e o Conselho Municipal da Saúde vêm promovendo iniciativas para envolver a população nas decisões sobre o setor a partir da Conferência da Saúde, que levou à formação de grupos temáticos para elaborar propostas que farão parte do Plano Municipal de Saúde nas seguintes áreas: Atenção Básica, Saúde Mental, Atenção Especializada, Vigilância em Saúde e Controle Social.

Os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessitam de tratamento em outras cidades são transportados em cinco vans da prefeitura. Um desses veículos foi adaptado para transporte exclusivo de cadeirantes e seus acompanhantes. Cerca de 60 usuários são transportados diariamente, também no município, para tratamentos locais. O serviço de transporte de saúde é deficiente e existem apenas duas vans públicas para cadeirantes/deficientes⁶.



Silva Jardim conta com onze postos de Saúde da Família

⁵ Estas afirmações não estão baseadas em dados oficiais que as comprovem.

⁶ Idem.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Melhoria na infraestrutura da saúde**

■ **Articulação**

1. Criar convênio para a realização de atividades voltadas ao pronto atendimento médico da população.

■ **Infraestrutura**

2. Implantar um posto de atendimento da farmácia popular.
3. Dotar o município de infraestrutura médica adequada, com capacidade para atendimentos médicos emergenciais.
4. Ampliar o atendimento nos postos de saúde para 24 horas por dia.
5. Construir um hospital regional para atender a necessidades emergenciais 24 horas por dia.
6. Melhorar a infraestrutura da Vigilância Sanitária, com aquisição de novos equipamentos.

■ **Gestão pública**

7. Contratar, por meio de concurso público, médicos, funcionários e técnicos.
8. Ampliar o programa de entrega domiciliar de medicamentos para pessoas com dificuldades de mobilidade.

■ **Capacitação**

9. Promover cursos de auxiliar de enfermagem.
10. Realizar a capacitação contínua de médicos e funcionários da área de saúde.

● **Acesso ao atendimento de saúde**

■ **Gestão pública**

1. Ampliar e reestruturar o Programa de Assistência Integral à Família.

■ **Articulação**

2. Estabelecer convênios com universidades para dar assistência às comunidades (miniprojeto Rondon).

● **Investimento na saúde preventiva**

■ **Comunicação**

1. Orientar os homens sobre a importância da saúde preventiva.

■ **Planejamento**

2. Valorizar o trabalho dos agentes de saúde.

3. Divulgar os programas de saúde preventiva existente no município.

■ **Capacitação**

4. Sensibilizar e capacitar os profissionais da educação para uma política preventiva de saúde.

● **Apoio às gestantes**

■ **Gestão pública**

1. Ampliar os programas de prevenção para a saúde da mulher (pré-natal, preventivo, mamografia, entre outros).

■ **Infraestrutura**

2. Facilitar o acesso das parturientes e munitas aos centros urbanos.

● **Prevenção das DSTs**

■ **Comunicação**

1. Divulgar ações preventivas de DSTs.
2. Desenvolver meios de informação, conscientização e divulgação sobre DSTs.

● **Auxílio aos dependentes químicos**

■ **Planejamento**

1. Criar novos grupos de ajuda para dependentes químicos.

■ **Comunicação**

2. Divulgar a existência do posto de atendimento de Alcoólicos Anônimos.

Possíveis parceiros

Empresas associadas ao Comperj . Escolas Técnicas de Saúde . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Saúde) . Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil . Universidades .

Possíveis fontes de financiamento

Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Saúde) . Pibic . Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil.

GRUPOS PRINCIPAIS

A Agenda 21 Global define como grupos principais as mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, ONGs, autoridades locais, trabalhadores e seus sindicatos, comerciantes e industriários, a comunidade científica e tecnológica, agricultores e empresários. É desses grupos que o documento cobra comprometimento e participação para a implementação dos objetivos, políticas e mecanismos de ação previstos em seu texto.

Sendo um processo democrático e promotor da cidadania, a construção da Agenda 21 Local não pode deixar de considerar as necessidades e interesses de outros grupos, como afrodescendentes, ciganos, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, travestis e outras minorias.

A Agenda 21 brasileira vai além e destaca como uma de suas prioridades a necessidade de diminuir as desigualdades sociais no País para garantir as condições mínimas de cidadania a todos os brasileiros, enfatizando a importância de proteger os segmentos mais vulneráveis da população: mulheres, negros e jovens.

É na Seção III, dedicada ao fortalecimento do papel dos grupos principais, que a Agenda 21 Global propõe o desenvolvimento de processos de consulta às populações locais para alcançar consenso sobre uma “Agenda 21 Local” para a comunidade. No Capítulo 28, recomenda que os países estimulem todas as suas autoridades locais a ouvirem cidadãos e organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais para obter as informações necessárias para formular as melhores estratégias, aumentando a consciência em relação ao desenvolvimento sustentável. Para a legitimidade e sucesso deste processo, é fundamental a inclusão de representantes de todos os grupos sociais.

Em Silva Jardim, há preocupação com a deficiência nas políticas públicas voltadas às crianças e jovens (educação, saúde, lazer, emprego e renda, entre outros). Entre os problemas, foram destacados a violência e o aumento do número de casos de DST.

Por outro lado, a juventude é vista como uma potencialidade, pois, conforme destacado, *o município tem uma comunidade jovem para ajudar no crescimento sustentável.*

O município vem buscando superar esses problemas por meio de programas como o Pró-Jovem Urbano, para pessoas de 18 a 29 anos (uma parceria dos governos estadual e federal), que oferece 310 vagas em cursos profissionalizantes. Em 2009, foram realizados o Pró-Jovem Adolescente, o Bolsa-Família, o Pró-Jovem Trabalhador e a Diretoria de Programas para a Juventude, que permanecem em atividade.

Doença Sexualmente Transmissível (DST) – Doenças infecciosas transmitidas principalmente pelo contato sexual. Diversos tipos de agentes infecciosos (vírus, fungos, bactérias e parasitas) estão envolvidos na contaminação por DST, gerando diferentes manifestações, como feridas, corrimentos, bolhas ou verrugas. O uso de preservativo (camisinha) é a medida mais eficiente para prevenir a contaminação e impedir sua disseminação.

Ainda em parceria com os governos estadual e federal, há o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Atendimento a Vítimas de Violência, executado por intermédio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), responsáveis pelo desenvolvimento das ações do Programa de Atenção Integral à Família (Paif). Existem, ainda, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), que orientam e acompanham indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos.

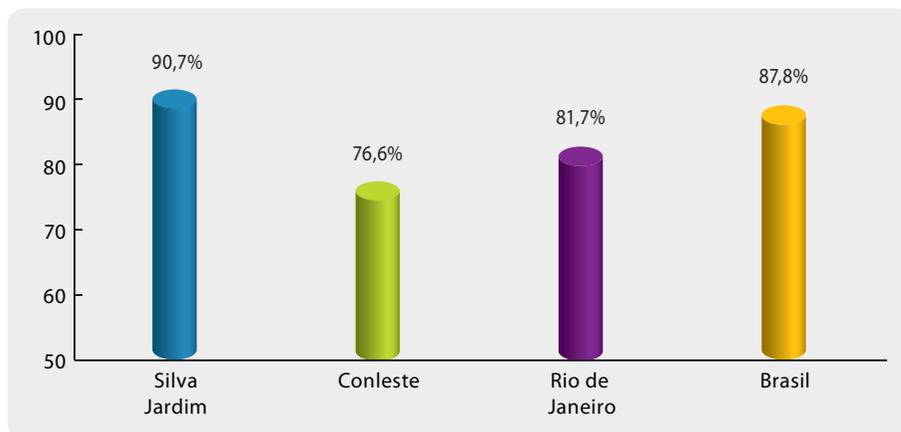
O Caia na Rede é um projeto de inclusão digital voltado para a infância e juventude, que funciona numa sala equipada com nove computadores de última geração e ar-condicionado, e oferece aos alunos camisetas, cadernos, pastas e *mouse pad*.

Quanto às ações voltadas às mulheres, existem as *ações do Cras, em parceria com o governo federal, realizadas desde 2005*. Dentre elas, destacam-se a *I Conferência Municipal da Mulher* e o *crescente protagonismo das mulheres em cargos de importância* no município – na última eleição municipal, em 2008, uma mulher foi eleita. Também existe o Núcleo da Mulher na Secretaria Especial dos Direitos das Mulheres e das Minorias, com uma assistente social e uma psicóloga que orientam as mulheres e as encaminham, quando necessário, à delegacia local.

Com relação ao mercado de trabalho, segundo dados da ONU-Habitat/UFF, em 2007, o percentual de mulheres no mercado de trabalho formal no município era de 37,2%, inferior ao observado no Conleste (38,6%), no Estado do Rio de Janeiro (40,4%) e no Brasil (40,8%).

Quanto ao diferencial de remuneração entre os admitidos femininos e masculinos em Silva Jardim, em 2009, esse valor (90,7%) superava o observado no Conleste (76,6%), no Estado do Rio de Janeiro (81,7%) e no Brasil (87,8%).

Gráfico 5: Diferencial de remuneração feminina (em %) no município de Silva Jardim, comparado aos do Conleste, Estado do Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: UFF/ONU Habitat (2010)



Curso de informática oferecido pelo Programa Pró-Jovem Trabalhador de Silva Jardim



Curso de artesanato oferecido pelo Cras

Ainda *faltam políticas públicas voltadas para a mulher, bem como a divulgação dos projetos elaborados para esse grupo e a continuidade dos iniciados*, a fim de melhorar e ratificar a participação da mulher como importante e atuante membro da sociedade civil.

Aos idosos, a prefeitura oferece alfabetização, salão de jogos, dinâmicas de grupo, educação física e oficinas de bordado. Porém, *falta criar trabalhos na área de meio ambiente para os jovens e para as pessoas da terceira idade*.

Existem ONGs no município, tendo a maioria delas objetivos *preservacionistas*, embora *lhes falte informação e apoio do poder público*. Ainda assim, essas instituições realizam *trabalhos em conjunto com o Instituto Chico Mendes (ICMBio), o Ibama e o município para a conservação dos recursos naturais*.

Uma potencialidade identificada foi a *possibilidade de conscientização dos empresários para parcerias com ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) locais*.

No que se refere aos trabalhadores, a *política sindical não é atualizada, e o comércio e a indústria são pouco representados*. Segundo os participantes do Fórum da Agenda 21 Local, *embora existam quatro sindicatos – dois rurais (o patronal e dos trabalhadores), o sindicato dos funcionários públicos e o sindicato do comércio/pousadas/outros – falta apoio, incentivo e organização, pois eles não possuem políticas próprias e não estão entrosados com os trabalhadores*.

As comunidades tradicionais são importantes para a manutenção das origens históricas e culturais da população do município. Contudo, segundo os participantes do Fórum da Agenda 21, *faltam profissionais para realização de um levantamento histórico que caracterize a existência de povos tradicionais (quilombolas, mateiros, indígenas, pescadores artesanais, entre outros)*. Esse resgate cultural fica impossibilitado pela *deficiência da aplicação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento destas populações*.

Foi lembrado que *as Secretarias Municipais de Saúde e de Promoção Social desenvolvem atividades de valorização de grupos principais, com o destaque para o projeto Grupo da Melhor Idade, destinados aos idosos*.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Construindo o futuro sustentável de jovens e adolescentes

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas voltadas ao fortalecimento e à valorização do protagonismo juvenil na sociedade, reforçando a identidade cultural local.
2. Implementar políticas de valorização da autoestima local, com foco nos adolescentes e jovens.
3. Incentivar os poderes Executivo e Legislativo a investir verbas específicas nas Secretarias de Promoção Social, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e no Conselho Tutelar.

■ Elaboração de projetos

4. Desenvolver projetos de serviços voluntários, com promoção da ação social, convocando a juventude local.

■ Comunicação

5. Criar campanhas que divulguem valores éticos, morais, socioculturais e familiares.
6. Estimular o voto consciente dos jovens eleitores.
7. Promover a divulgação das atividades dos programas que estimulem o protagonismo juvenil.

■ Capacitação

8. Realizar cursos preparatórios gratuitos em ecologia, estimulando os jovens a desenvolver projetos e trabalhos na área.

■ Articulação

9. Fortalecer os grupos de jovens nas Associações de Moradores.

● Controle de gravidez na adolescência

■ Comunicação

1. Estruturar campanhas de conscientização nas escolas, em todos os segmentos, para prevenir e orientar sobre gravidez precoce e planejamento familiar.
2. Estimular a divulgação do tema orientação sexual, para que seja trabalhado nas unidades escolares.

3. Fornecer informações e orientações às adolescentes, com o objetivo de prevenir a gravidez precoce, por meio de atividades lúdicas e palestras.

4. Elaborar campanhas educativas de esclarecimento sobre métodos contraceptivos e riscos do aborto.

■ Planejamento

5. Solicitar a montagem de uma tenda itinerante (em todos os distritos), priorizando a temática, com atendimento à família.

■ Gestão pública

6. Incluir o tema gravidez na adolescência no projeto político-pedagógico das escolas municipais.
7. Elaborar um programa municipal de planejamento familiar.

● Promoção e fortalecimento do papel das ONGs

■ Capacitação

1. Atrair o Sebrae e outras instituições afins para promover a capacitação contínua em empreendedorismo.

■ Articulação

2. Articular parcerias entre o poder público e ONGs para viabilizar projetos e otimizar a execução dos mesmos.
3. Incentivar a criação de parcerias entre sociedade e poder público.

■ Planejamento

4. Realizar um levantamento das ONGs e Oscips que atuam na região.

■ Comunicação

5. Divulgar e esclarecer as reais necessidades de ONGs e Oscips, visando à arrecadação de contribuições sociais.
6. Informar os atores locais sobre as diferenças entre ONGs, Oscips, associações e cooperativas.

■ Elaboração de projetos

7. Elaborar projetos para a conscientização dos empresários e da sociedade civil, com incentivos fiscais e divulgação na mídia, em *outdoors*.

● Sindicato organizado e atuante: garantia dos direitos dos trabalhadores

■ Articulação

1. Buscar junto ao Sebrae o apoio técnico necessário ao fortalecimento dos sindicatos.
2. Estimular o fortalecimento dos sindicatos, por meio cursos de capacitação em empreendedorismo e associativismo.
3. Buscar maior incentivo e apoio dos sindicatos aos sindicalizados.
4. Ampliar a oferta de benefícios aos trabalhadores sindicalizados.

● Participação dos grupos principais nas tomadas de decisões

■ Gestão pública

1. Ampliar a participação dos grupos principais nos Conselhos Municipais.

■ Capacitação

2. Realizar cursos de capacitação que promovam o empreendedorismo, o protagonismo social, o empoderamento e a governança democrática.

■ Elaboração de projetos

3. Elaborar projetos destinados a melhorar a autoestima dos grupos principais, tanto na dimensão política quanto na social.

● Preservação das populações tradicionais

■ Estudos técnicos

1. Realizar um levantamento acerca da existência de povos tradicionais.
2. Catalogar as ervas e outros produtos com propriedades medicinais.
3. Estudar os possíveis remanescentes e descendentes indígenas, sítios arqueológicos e comunidades tradicionais da região, visando preservar e valorizar essas culturas.

■ Planejamento

4. Garantir a preservação da cultura dos medicamentos naturais e da cultura de plantio.
5. Criar uma farmácia homeopática com a preservação desses remédios naturais.
6. Realizar o levantamento de profissionais dedicados à valorização dos grupos tradicionais existentes no município.

■ Capacitação

7. Realizar cursos para ensinar a preparar remédios naturais.

● Ações para pessoas com deficiência

■ Gestão pública

1. Apoiar a associação de pessoas com deficiência e idosos.
2. Regularizar a realização de concursos públicos de dois em dois anos, possibilitando a inserção de pessoas com deficiência.

■ Capacitação

3. Fomentar a realização de cursos específicos para pessoas com deficiência (ex.: Braille).

■ Planejamento

4. Fortalecer as ações do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), para proporcionar a inclusão social de pessoas com deficiência.

● Reafirmação do espaço da mulher na sociedade

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas voltadas à mulher.

■ Planejamento

2. Mobilizar especialistas da Secretaria Municipal de Promoção Social e da Subsecretaria Municipal dos Direitos da Mulher e Minorias para a necessidade da elaboração de projetos voltados à inserção da mulher na sociedade.
3. Estimular a participação das mulheres nas tomadas de decisão do município.
4. Ampliar a participação de mulheres nos Fóruns municipais e regionais, estabelecendo um percentual de vagas para as mesmas.
5. Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Comdim), através da publicação das pessoas e instituições que compõem o respectivo conselho.
6. Executar as propostas da Primeira Conferência Municipal da Mulher.

■ Capacitação

7. Capacitar os funcionários efetivos da Subsecretaria Municipal dos Direitos da Mulher e Minorias para serem os gerenciar projetos voltados para a valorização da mulher na sociedade.
8. Realizar cursos de capacitação visando à melhoria da escolaridade das mulheres do município.
9. Realizar cursos em elaboração de projetos para as lideranças femininas.

10. Criar cursos e palestras para estimular a inserção das mulheres que se encontram em situação de risco social no mercado de trabalho.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Centros de Referência de Assistência Social (Cras) . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Inepac . Instituições religiosas . Iphan . Minc . Ministérios (Saúde, Ciência e Tecnologia, Educação, Cultura) . MP . OAB . ONGs . Osciperj . Prefeitura Municipal . Rits . Sebrae . Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil . Secretaria Municipal de Cultura . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco JP Morgan . Basf . BNDES . Cáritas do Brasil . Coca-Cola Company . Comissão Europeia . Empresas associadas ao Comperj . FAT . Finep . FNDE . Fundação Acesita para o Desenvolvimento Social . Fundação Educar DPaschoal . Fundação Ford . Ministérios (Saúde, Ciência e Tecnologia) . Prêmio Itaú Unicef Educação e Participação . Richard e Rhoda Goldman Fund Public Welfare Foundation . Secretarias Estaduais (Assistência Social e Direitos Humanos, Saúde e Defesa Civil) . Unesco . Unicef.

PADRÕES DE CONSUMO

Consumo responsável – Significa adquirir produtos eticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos e animais e não provoque danos ao meio ambiente.

A pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionadas. Enquanto a primeira tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, segundo a Agenda 21, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.

É muito comum confundir “consumir” com “fazer compras”. Consumir é um ato muito mais presente em nossas vidas. Todos os dias consumimos água, alimentos, combustíveis etc. Como cada um desses elementos se origina do planeta e nele permanece depois de usado, o consumo interage diretamente com a sustentabilidade e pode ser um poderoso instrumento para alcançá-la.

Tomar consciência dos hábitos de consumo, pensar sobre todos os materiais presentes em cada objeto, sua origem e destinação final requer uma revisão de hábitos, costumes e valores. A fim de atingir a escala necessária para fazer a diferença, todas as esferas sociais precisam estar envolvidas nesta transformação: governos, empresas, ONGs e cidadãos. As mudanças necessárias são profundas, mas o movimento do consumo consciente afirma que o poder de promovê-las está ao alcance de cada um, em sua própria vida, em seus atos cotidianos.

Em Silva Jardim, município de economia voltada ao comércio, agricultura, pecuária e ao turismo, há *desvalorização dos produtores locais e falta de acesso aos produtos*. Segundo os participantes do Fórum da Agenda 21, *falta divulgação de informações em relação ao padrão de consumo, tecnologia e interesse de investimento externo na produção local* voltada à sustentabilidade do município.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Consumo consciente para a sustentabilidade local

■ Gestão pública

1. Cobrar a melhoria da qualidade nutricional da merenda escolar.

■ Planejamento

2. Incentivar a criação de campanhas educativas de combate ao desperdício.

■ Capacitação

3. Capacitar merendeiras em temas relacionados à segurança alimentar.
4. Promover cursos que estimulem a elaboração de novos cardápios, principalmente com receitas regionais e típicas.

■ Articulação

5. Estabelecer parcerias com representantes de ONGs, Emater, Embrapa, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o Con-

selho Municipal de Meio Ambiente para desenvolver ações de estímulo ao consumo consciente.

6. Estimular a criação de cooperativas.
7. Propor parcerias a grandes empresários para incentivar a divulgação dos produtos ecologicamente corretos (que não causam danos ao meio ambiente) e sua distribuição em grandes centros consumidores.

Possíveis parceiros

Ampla . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cedae . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Firjan . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Senac . Senai . Sesc . Veículos de comunicação local.

Possíveis fonte de financiamento

BNDES . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . LOA.

ESPORTE E LAZER



O União Futebol Clube é um time tradicional de Silva Jardim



Coreto na praça Amaral Peixoto

O conceito de qualidade de vida, embora subjetivo, independentemente da nação, cultura ou época, relaciona-se a bem-estar psicológico, boas condições físicas, integração social e funcionalidade.

O esporte e o lazer são fatores de desenvolvimento local pelos benefícios que proporcionam à saúde física e mental dos seres humanos e pela oportunidade que oferecem de desenvolvimento individual e convivência social. São atividades reconhecidas pelas Nações Unidas como direitos humanos e, portanto, devem ser promovidas em todo o mundo.

Atividades esportivas são uma ferramenta de baixo custo e alto impacto nos esforços de desenvolvimento, educação e combate à violência em várias sociedades, e o lazer é fundamental para a qualidade de vida dos indivíduos.

Ambos têm o poder de atrair e mobilizar a juventude, promovendo a inclusão e a cidadania, valores como respeito ao outro e à natureza, aceitação de regras, trabalho de equipe e boa convivência social. Além disso, atividades de esporte e lazer geram empregos e renda.

Em Silva Jardim, existem projetos e trabalhos voluntários, como os realizados pela Sociedade Pestalozzi de Silva Jardim, pelo Programa de Assistência de Integração a Família (Paif), pela Unigranrio, entre outros. São exemplos dessas ações o projeto Rio 2016 (antigo projeto Vida Longa), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, direcionado para crianças, jovens, adultos e idosos, visando a prática de várias modalidades esportivas, além do treinamento de jovens talentos para as Olimpíadas, além de aulas de balé e jazz para crianças e jovens de 6 a 16 anos. A prefeitura incentiva a participação de adolescentes e jovens nos campeonatos de atletismo, ginástica e artes marciais.

Atualmente, o município conta com um calendário anual de eventos esportivos.

Há eventos como o *trail* turístico (passeio de motocicleta nas trilhas de Imbaú), o Campeonato Municipal de Futsal, o Brincando na Praça e outros, organizados às margens da Lagoa de Juturnaíba, rios e cachoeiras, assim como nos vários roteiros de ecoturismo.

A Liga de Esportes de Futebol está sendo ativada e regularizada, e há um pequeno estádio de futebol patrocinado por associados.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Esporte e lazer: incentivo a educação, conservação e desenvolvimento social sustentável**

■ **Gestão pública**

1. Elaborar políticas públicas de esporte e lazer.
2. Criar opções de lazer para toda a população (cinema, teatros, centros culturais, caminhadas ecológicas, espaços para dança e música, praças públicas estruturadas, clubes etc.).
3. Fomentar e promover esportes náuticos na Lagoa de Juturnaíba.

■ **Planejamento**

3. Criar atividades extracurriculares, como lazer e esportes (natação, ginástica, atletismo, entre outros).

■ **Infraestrutura**

4. Equipar as praças públicas para atender à população.
5. Construir quadras poliesportivas.

■ **Articulação**

6. Realizar parcerias com instituições privadas para estruturar as ações de esporte e lazer.
7. Estabelecer parcerias com clubes.

■ **Comunicação**

8. Divulgar amplamente as caminhadas ecológicas no município.

Possíveis parceiros

Fundações . Empresas associadas ao Comperj . Instituições governamentais estrangeiras . Instituições religiosas . Marinha do Brasil . Ministérios (Cultura, Educação, Esportes) . ONGs . Oscips . Secretarias municipais, estaduais, clubes e associações esportivas . Sebrae . Senac . Senai . Sesc .

Possíveis fontes de financiamento

Auto São Cristóvão . Banco do Brasil . Bom Preço Bazar . Caixa Econômica Federal . Comissão Europeia . Fundação Ford . Instituto Anda Brasil . Ministério dos Esportes . Unicef.

balho e renda



MINISTÉRIO DO
de
eiro



SECRETARIA DE ESTADO
TRABALHO E REND



4

Ordem Econômica

GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E INCLUSÃO SOCIAL

Princípios dos Empreendimentos Sustentáveis

- Substituem itens produzidos nacional ou internacionalmente por produtos criados local e regionalmente;
- Assumem responsabilidade por seus efeitos no mundo natural;
- Não exigem fontes exóticas de capital para se desenvolver e crescer;
- Empenham-se em processos de produção humanos, dignos e intrinsecamente satisfatórios;
- Criam objetos duráveis e de utilidade em longo prazo, cujo uso ou disposição final não prejudicarão as futuras gerações;
- Transformam seus consumidores em clientes por meio da educação.

(Paul Hawken)

Royalties – Uma das compensações financeiras relacionadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural que as companhias petrolíferas pagam aos estados e municípios produtores. A legislação prevê regras diferentes para a distribuição dos *royalties* em função da localização do campo produtor, se em terra ou no mar.

As mudanças climáticas e seus impactos, e a degradação do meio ambiente em geral, têm implicações significativas para o desenvolvimento econômico e social, para os padrões de produção e de consumo e, portanto, para a criação de empregos e geração de renda.

Ao contrário do que muitos afirmam, a transição para a sustentabilidade pode aumentar a oferta de emprego e a geração de renda. A relação direta entre o mundo do trabalho e o meio ambiente constitui a essência dos chamados empregos verdes – trabalhos e atividades que contribuem para a preservação ou restauração da qualidade ambiental, com remuneração adequada, condições de trabalho seguras e respeito aos direitos dos trabalhadores.

Os empregos verdes podem ser o caminho para enfrentar tanto a degradação ambiental, reduzindo os impactos da atividade econômica, quanto o desafio social representado por 1,3 bilhão de pessoas no mundo em situação de pobreza. Eles podem beneficiar trabalhadores com diferentes níveis de qualificação e são encontrados em uma ampla gama de setores da economia, tais como os de fornecimento de energia, reciclagem, agrícola, construção civil e transportes.

Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, em 2008, o Brasil tinha aproximadamente 2,6 milhões de empregos verdes – o que representava 6,73% do total de postos formais de trabalho – e que a oferta desse tipo de emprego no País vem crescendo a uma taxa anual de cerca de 2%.

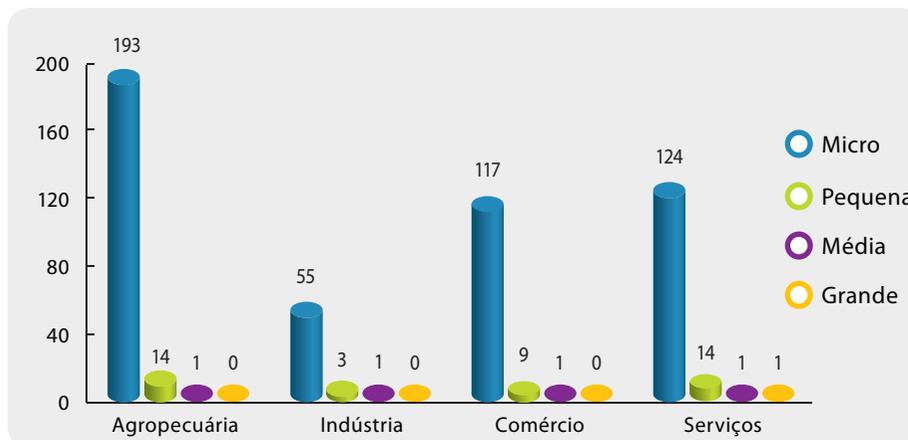
A economia de Silva Jardim, no período 2002-2007, correspondia a 1,35% do PIB da região das baixadas litorâneas. Em relação ao Comperj, o município correspondeu, no período, a 0,08%⁷ do PIB da região e, em 2007, ocupava a 69ª posição no *ranking* do PIB entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Silva Jardim é um dos 87 municípios do Estado do Rio de Janeiro que recebem *royalties* pela exploração e produção de petróleo.

O perfil do setor produtivo do município se encontra no Gráfico 6. Em todos os setores da economia, o porte predominante de estabelecimento é a microempresa.

⁷ IBGE, em parceria com órgãos estaduais de estatística (Fundação Cide), Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

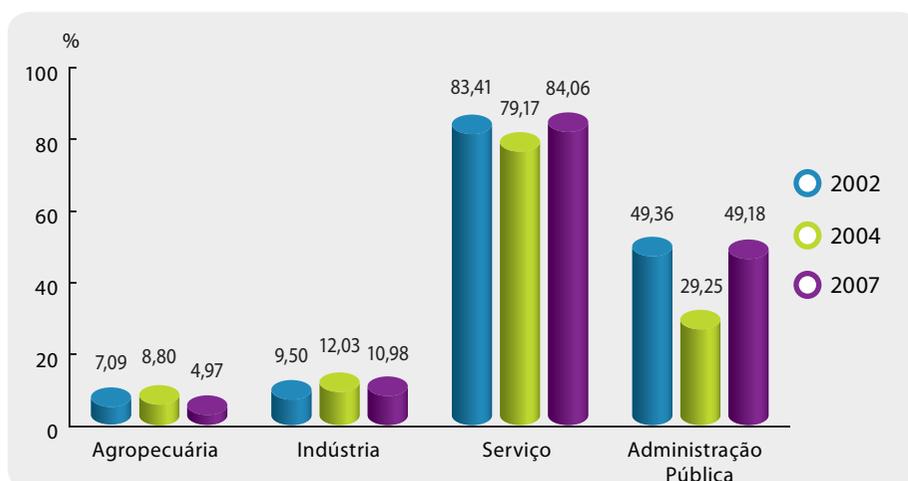
Gráfico 6: Número de estabelecimentos por setor conforme tamanho



Fonte: Sebrae, base de dados Rais/Estab. (2007).

Entre 2002 e 2007, o setor de serviços foi o principal responsável pela geração da renda do município. Em 2002, este valor respondeu por cerca de 83%, obtendo ligeira queda em 2004, quando o valor foi de 79,17% e em 2007 houve uma nova retomada, onde registrou-se 85% da participação (Gráfico 7). A indústria, por sua vez, manteve sua posição relativa em torno de 10% do PIB em todo o período analisado. A participação da agropecuária girou em torno de 8% em 2002 e 2004, mas caiu para a casa dos 5% em 2007.

Gráfico 7: Participação relativa dos setores no PIB do município em 2002, 2004 e 2007



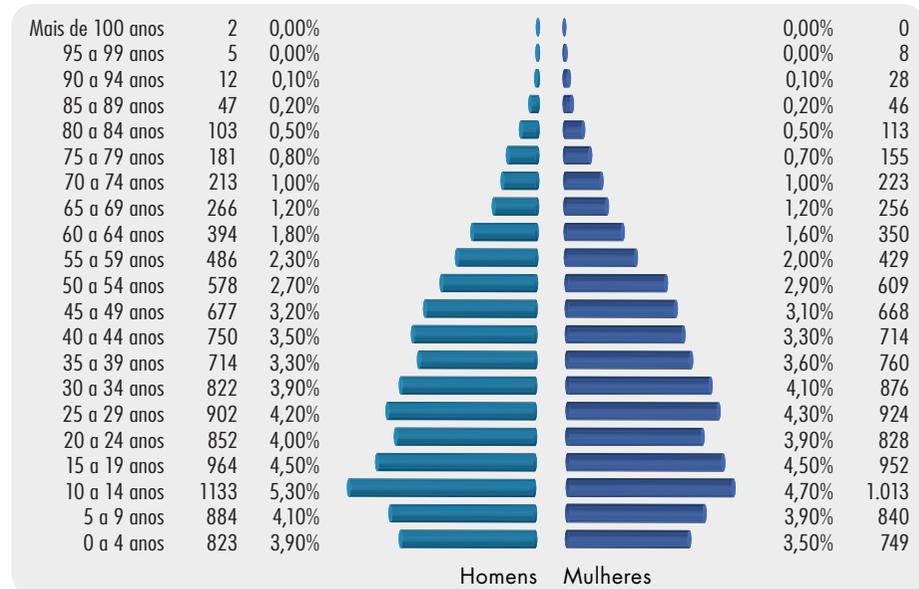
Fonte: IBGE (2007).

Em 2010, a população total apurada foi de 21.349 habitantes, sendo que 75% residiam na área urbana e 25%, na área rural. A maior parcela dessa população tem idade entre 10 e 14 anos (Gráfico 8).



Ônibus da Caravana do Trabalho, projeto da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda que tira dúvidas trabalhistas, emite Carteiras de Trabalho e oferece balcão de vagas

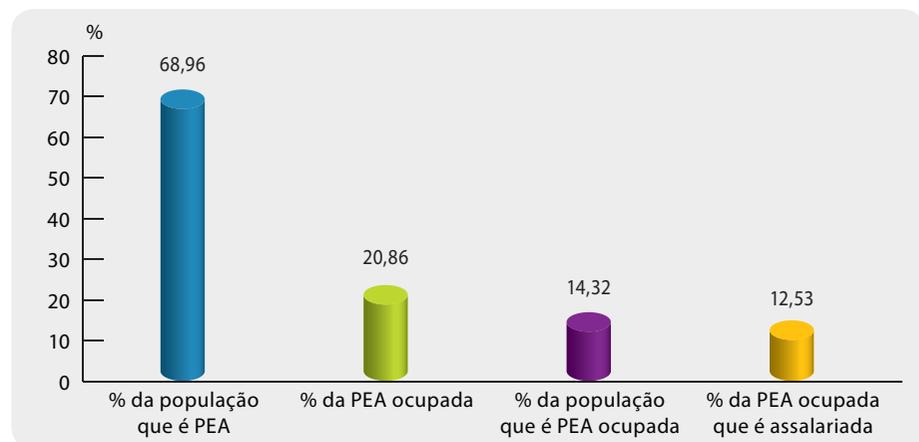
Gráfico 8: Porcentagem da população, segundo a faixa etária em 2010



Fonte: IBGE (2011)

Considerando-se a idade estimada para a População Economicamente Ativa, a PEA do município de Silva Jardim, em 2007, correspondia a 68,96% de sua população. Apenas 20,86% da PEA estavam ocupados com carteira assinada nesse ano. Os dados indicam ainda que quase 13% eram assalariados (Gráfico 9).

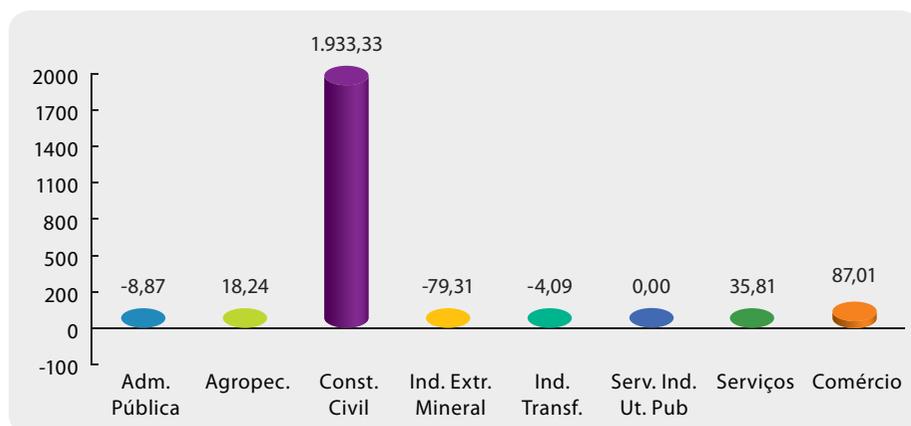
Gráfico 9: Porcentagem da população economicamente ativa em 2007



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (2008).

O salário médio das ocupações que mais admitiram em Silva Jardim, no período 2003-2007, foi de R\$ 410,94⁸. Este valor corresponde a 1,34 salário mínimo⁹. O Gráfico 10 apresenta as taxas de variação de emprego com carteira assinada.

Gráfico 10: Taxa de variação de emprego com carteira assinada por setor de atividade de 2001 a 2008



Fonte: IBGE (2009).

De acordo com o gráfico, à exceção da construção civil, os demais setores da economia do município não apresentaram crescimento na taxa de variação de emprego no período analisado. Nesse contexto, as preocupações dos participantes do grupo de Silva Jardim em relação ao desemprego, à *pobreza* e à desigualdade social no município parecem procedentes.

Segundo dados da Fundação Cide, em 2002, o PIB *per capita* do município era de R\$ 4.407,00 e, em 2007, chegou a R\$ 6.855,00, o que representa um aumento de 55,6%. Na região das baixadas litorâneas, nesse período, o PIB cresceu 103,9%.

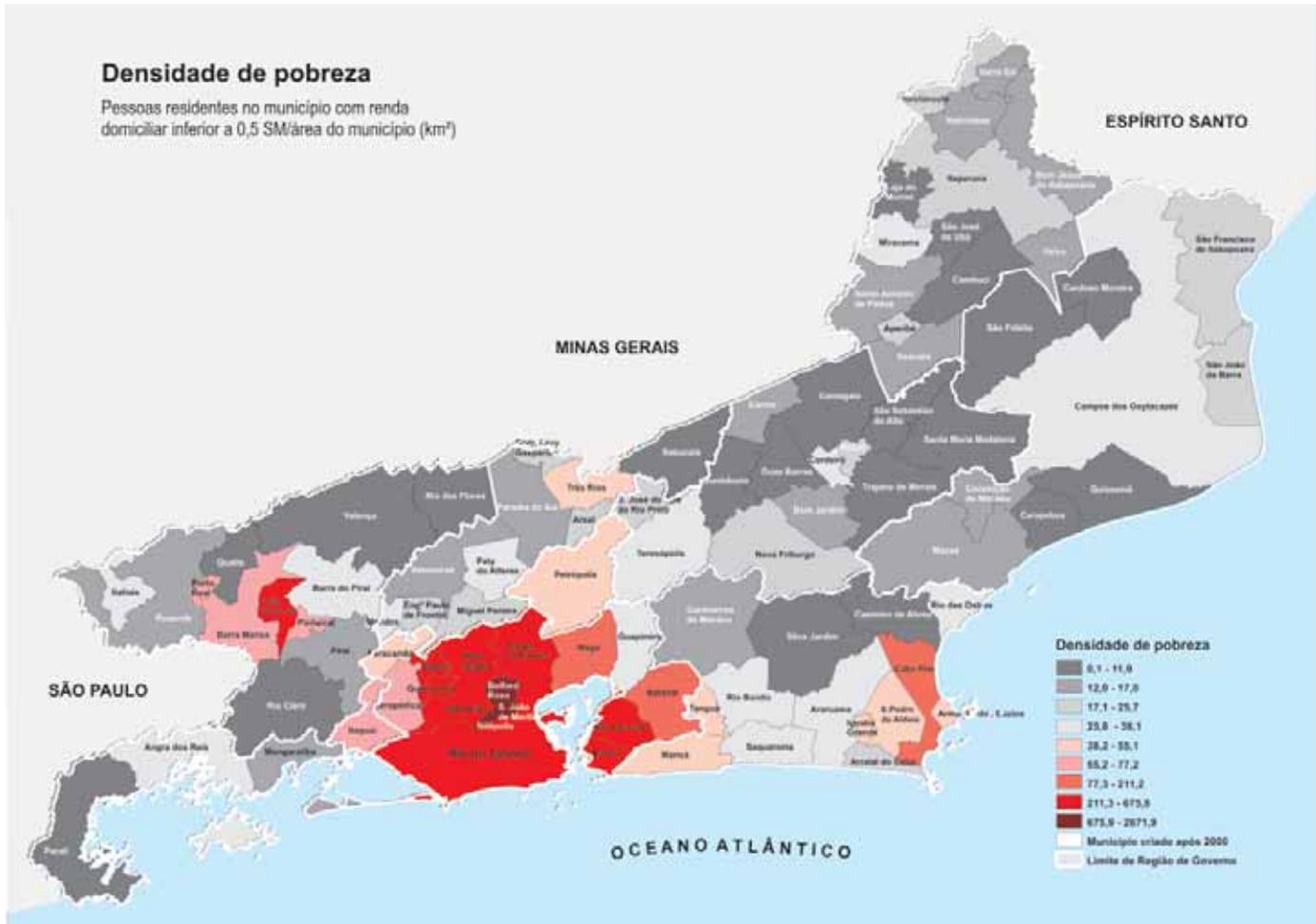
No mapa da densidade de pobreza no estado, Silva Jardim apresenta um índice na faixa de 0,1 a 11,9, que indica o número de pessoas residentes no município com renda domiciliar inferior a 0,5 salário mínimo (SM)/km². Embora a concentração da pobreza seja baixa, devido à grande extensão territorial do município, a taxa de pobreza é alta. Considerando o número de pessoas residentes com renda domiciliar inferior a 0,5 SM/total de habitantes, esta taxa em Silva Jardim fica na faixa de 31,33% a 50,19%.

Moeda Social - Moeda paralela, restrita a um território, criada e administrada por seus próprios usuários. Os descontos oferecidos nas compras feitas com este dinheiro alternativo movimentam a economia local, aumentam as vendas e geram mais empregos.

⁸ Corresponde à média aritmética dos salários das 20 ocupações que mais empregaram no período 2003-2007.

⁹ Valor obtido da média aritmética dos salários mínimos do período 2003-2007.

Mapa 11: Densidade de pobreza no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Estratégias de ação para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro (2009), in Anuário Estatístico do Rio de Janeiro, Fundação Ceperj (<http://www.ceperj.rj.gov.br/>).



O Capivari é a primeira moeda social do estado do Rio de Janeiro

A ausência de programas sociais que combatam a pobreza é citada pelos participantes, mas começa a ser superada. Um exemplo recente foi a criação da moeda social, o Capivari, realizado por representantes da sociedade civil com auxílio da prefeitura, com o objetivo de incentivar a geração de emprego e renda.

O grupo mencionou a existência de empreendedores locais interessados no desenvolvimento do município. Também apontou o interesse em capacitar o cidadão, formando associações e cooperativas para profissionalizar os projetos sociais e culturais, visando à geração de renda, como o Projeto Teartesanatos, que utiliza fibra de bananeira.

O grupo lembrou ainda que a posição geográfica de Silva Jardim é estratégica, pois o município está situado à margem da BR-101, e também privilegiada, entre o Comperj e o Polo Petrolífero do Norte Fluminense. Essas características podem atrair um expressivo número de empresas ligadas ao Comperj.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Estímulo à geração de emprego e renda

■ Planejamento

1. Estimular a criação de uma marca (*branding*) que caracterize a identidade local e gere vantagem competitiva.

■ Comunicação

2. Criar campanhas de divulgação sobre a produção local.

■ Planejamento

3. Fomentar a realização de eventos regionais para criar um ambiente favorável à troca de experiências.

■ Gestão pública

4. Cobrar o apoio ao desenvolvimento de pequenas empresas, criando vantagens fiscais e logísticas para gerar oportunidades de emprego.
5. Criar incentivos como o microcrédito ou o crédito comunitário.

■ Capacitação

6. Criar cursos de empreendedorismo para a comunidade que atendam à demanda local.

● Alinhamento para aproveitamento das oportunidades na área agrícola

■ Infraestrutura

1. Estabelecer um local para concentrar as informações sobre oportunidades e recursos humanos e materiais existentes.

■ Planejamento

2. Acompanhar a execução das ações propostas nos vários processos participativos realizados no município (Plano Diretor, Conselhos Municipais, PPA, entre outros).
3. Criar um banco de dados sobre os empreendimentos, associações e mão de obra locais.

■ Comunicação

4. Divulgar regularmente as oportunidades locais, usando vários meios.

■ Articulação

5. Estabelecer parcerias com diversas entidades de fomento e apoio ao desenvolvimento local (Sistema S, Sebrae, Firjan, entre outros).
6. Promover encontros periódicos com as Secretarias e os Conselhos Municipais para alinhar e integrar suas propostas e ações.

■ Capacitação

7. Promover a capacitação continuada dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento dos projetos e pela implementação das políticas públicas municipais.
8. Realizar a qualificação contínua da mão de obra local para atender às novas demandas, principalmente nas áreas de construção civil, agricultura, turismo e serviços.

■ Elaboração de programas

9. Elaborar programas de geração de renda em turismo, pesca, artesanato, plantas ornamentais e outros.

Possíveis parceiros

Associação Comercial Local . Concessionária Autopista Fluminense . Cooperativas . Empresas associadas ao Comperj . Firjan . Ministérios (Cultura, Cidades, Trabalho e Emprego, Turismo) . ONGs . Sebrae . Secretaria Estadual de Turismo . Secretarias Municipais (Mulher, Agricultura, Educação, Cultura, Meio Ambiente, Turismo) . Senac . Senai . Sesc . Sindicato Rural de Silva Jardim . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Concessionária Auto Pista Fluminense . Empresas associadas ao Comperj . FAT . Proger.

AGRICULTURA

A Agenda 21, em seu Capítulo 32, afirma que a agricultura ocupa um terço da superfície da Terra e constitui a atividade central de grande parte da população mundial. Segundo o documento, as atividades rurais ocorrem em contato estreito com a natureza – a que agregam valor com a produção de recursos renováveis –, ao mesmo tempo em que a tornam vulnerável à exploração excessiva e ao manejo inadequado.

A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque holístico. Este modelo de agricultura respeita a diversidade e a independência, utiliza os conhecimentos da ciência moderna para se desenvolver e não marginaliza o conhecimento tradicional acumulado ao longo dos séculos por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo.

Um modelo sustentável de agricultura produz alimentos saudáveis para os consumidores e os animais, não prejudica o meio ambiente, é justo com seus trabalhadores, respeita os animais, provê sustento digno aos agricultores e apoia e melhora as comunidades rurais. Além disso, deve manter nossa capacidade futura de produzir alimentos, distribuindo-os com justiça, mantendo a qualidade do meio ambiente e preservando a diversidade cultural e biológica das variedades tradicionais de plantas cultiváveis.

Embora Silva Jardim apresente queda da produção agrícola e o êxodo rural seja significativo, para os participantes do Fórum, a principal atividade econômica do município é a agricultura – *somos um município agrícola*.

O município tem reflorestamentos comerciais de: seringueira, eucalipto, teca, guanandi, acácia mangió, e a Secretaria de Agricultura vem *incentivando a cultura de palmito pupunha, e o plantio orgânico de aipim, inhame, além de diversas olerícolas*. A fruticultura também se destaca, assim como: banana, goiaba, maracujá, frutas cítricas, entre outros.

A produção agrícola do município é expressiva, e existem várias *pequenas propriedades rurais produtivas no município*, pertencentes a *pessoas qualificadas e com acesso a tecnologia e recursos a partir de financiamentos oficiais*. Segundo informou o grupo, *muitos proprietários rurais estão envolvidos somente com a pecuária e, apesar de a atuação do Sindicato Rural ser considerada positiva, falta mobilização entre os proprietários*. No entanto, alguns já estão diversificando a sua atividade econômica com a introdução da cultura do palmito pupunha.

Também foram citadas iniciativas de aproveitamento de *recursos relevantes do município* que ainda são *pouco explorados, como a piscicultura, por*



O cultivo do palmito pupunha vem sendo incentivado pela Secretaria Municipal de Agricultura

exemplo, com criação de *camarão* de água doce no século passado e, mais recentemente, de *tilápias* e *carpas*.

O município conta com um Conselho de Agricultura atuante e também com a *Secretaria de Agricultura, que trabalha em parceria com a Emater-Rio*. O grupo considera que *existe sinergia de atuação entre a Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a Cooperativa do Produtor Rural e os pequenos agricultores locais*. Da mesma forma, avaliou como relevantes as ações da atual gestão das *Secretarias Municipais de Turismo, Agricultura e Meio Ambiente*.

Um destaque positivo é a atuação da *Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD)*, que *realiza trabalho voltado ao fortalecimento dos agricultores*.

Os integrantes do Fórum afirmam que ainda existe a necessidade de um plano de *investimento* na agricultura local, bem como a ampliação de *programas de incentivo aos produtores rurais*. Também citaram que *os técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura precisam ser capacitados para atrair novos programas e projetos (estaduais e federais, inclusive) para a região*.

Apontaram, ainda, que é comum o *uso indevido de agrotóxicos por empresa de cultivo de grama*, com o uso excessivo de herbicidas, embora tenham *orientação técnica particular e própria sobre o tema, ou de pecuaristas que controlam ervas daninhas com produtos já proibidos no mercado do Rio de Janeiro, como alguns herbicidas para folhas largas*. Além disso, *faltam tecnologias limpas e sustentáveis no manejo da terra*.

Considerando que existem *distritos com capacidade para produção agrícola sustentável, o estímulo ao desenvolvimento do agronegócio sustentável, utilizando os recursos naturais locais*, poderia trazer bons resultados.

Os participantes apontaram a *falta de concorrência como uma das causas dos altos preços dos produtos agrícolas*. O município não conta com um mercado municipal, mas foi criada uma feira semanal do pequeno produtor e sugerida a criação de *um calendário de eventos municipais para incrementar o comércio local*. Uma das potencialidades identificadas para fortalecer a agricultura familiar é a *utilização de produtos agrícolas locais para a merenda escolar*.

As queixas dos produtores locais estão relacionadas à falta de orientação quanto ao escoamento da produção, que atualmente ainda é insuficiente.

Outra preocupação é a *má conservação das estradas, que prejudica o escoamento e a comercialização da produção agropecuária, com perda de mercados*. Esta situação começa a ser superada com a parceria do estado, que está oferecendo maquinário para a construção e manutenção de estradas vicinais, com o programa Estradas da Produção.



A aquicultura é uma potencialidade a ser explorada em Silva Jardim



A criação de bovinos de corte destaca-se na pecuária de Silva Jardim

No ano de 2010, a laranja e a banana em cacho foram os principais produtos agrícolas das lavouras do município de Silva Jardim, com uma produção de 16.560 toneladas e 7.400 toneladas, respectivamente. As áreas plantadas chegaram a 460 hectares, no caso da laranja, com rendimento médio de 36 mil kg/ha; e a 740 hectares de banana, com 10.000 kg/ha. O município cultivava ainda tangerina (4.000 t), limão (6.000 t), mandioca (2.000 t), maracujá (1.000 t) e coco-da-baía (1.650 mil frutos).

A pecuária no município destacou-se, ainda em 2010, com a criação de bovinos de corte (60.000 cabeças), aves (5.000), vacas ordenhadas (4.000) e suínos (500). Silva Jardim também tem criação de caprinos, equinos e bubalinos, entre outros, além de produzir leite (2.600 mil litros) e mel de abelha (1.616 quilos). Os dados são da Emater-Rio (2011).

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Estratégias para o Desenvolvimento Agrícola e Rural

■ Articulação

1. Envolver o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), o Conselho Municipal de Merenda Escolar (CMME) e as Secretarias Municipais de Agricultura, de Obras, de Transporte, de Meio Ambiente, de Turismo e de Educação, para a realização de um evento que marque a criação do Fórum.
2. Convidar todos os parceiros e integrantes da cadeia produtiva local para identificar as maiores preocupações do setor.

■ Capacitação

3. Capacitar os produtores rurais nas questões relacionadas ao associativismo e empreendedorismo (legalização dos empreendimentos, microcrédito, marketing, escoamento da produção, entre outros).

■ Planejamento

4. Encontrar soluções para a falta de continuidade dos projetos de agricultura iniciados.
5. Desenvolver mecanismos para planejar o desenvolvimento do setor.
6. Integrar redes e atores sociais para participar da merenda escolar.
7. Incentivar o escoamento da produção para outras localidades do município.
8. Atrair proprietários rurais para capacitá-los quanto às possibilidades econômicas da utilização dos recursos naturais.
9. Incentivar a criação de hortas orgânicas nas escolas e em áreas comunitárias.
10. Estabelecer espaços permanentes para ampliar as feiras populares.
11. Criar um projeto de incentivo aos produtores locais, com garantia de escoamento dos produtos e melhoria das estradas vicinais.
12. Criar um mercado municipal onde os produtos regionais sejam valorizados e comercializados.
13. Criar um calendário de eventos para promoção dos produtos locais.
14. Fomentar a criação de Associações Comerciais em torno das diferentes vocações agropecuárias locais (produtores de leite, cachaça, apicultores, aquicultores, produtores de

eucalipto, flores, seringueira, pupunha, artesanato, entre outras), por intermédio de parcerias entre órgãos públicos e empresas privadas.

● Centro de apoio ao visitante e de exposição da produção local

■ Estudos técnicos

1. Realizar um estudo para definir a localização do centro de exposição da produção local.

■ Infraestrutura

2. Criar um Centro de Apoio ao Visitante, para dar visibilidade à produção local.
3. Criar um serviço de informação turística no local.

■ Capacitação

4. Capacitar os empreendedores em cursos que fomentem a qualidade de produtos e serviços, para agregar valor à produção local.

■ Comunicação

5. Estabelecer e divulgar um calendário de eventos locais associado ao Centro de Apoio ao Visitante.

● Criação de política para fixação das pessoas no campo

■ Estudo técnico

1. Realizar um zoneamento que permita a implantação de empreendimentos agrícolas sustentáveis e indústrias ambientalmente corretas e socialmente justas.

■ Gestão pública

2. Ampliar o apoio técnico e financeiro, bem como a regularização de associações de produtores rurais (CNPJ, estatutos, custos cartoriais).
3. Elaborar políticas públicas de geração de emprego e renda voltadas ao desenvolvimento de agronegócios em bases sustentáveis, favorecendo a agricultura orgânica, os projetos agrícolas e florestais e a agricultura familiar.
4. Desenvolver políticas de incentivo ao agricultor familiar (como o programa federal Compra Direta).
5. Promover o desenvolvimento sustentável da área rural por meio de melhorias dos recursos humanos e materiais.

■ Infraestrutura

6. Criar núcleos específicos de capacitação profissional nas diferentes atividades rurais, no artesanato e no turismo, de acordo com as vocações estabelecidas nas localidades.

■ Capacitação

7. Qualificar o trabalhador rural para a melhoria de sua produção, fortalecendo a abordagem integrada do manejo agrícola e florestal.

■ Articulação

8. Criar parcerias para fortalecer o cultivo dos produtos orgânicos.
9. Realizar parcerias com órgãos de fiscalização para atendimento e adequação das normas fitossanitárias dos pequenos empreendimentos.
10. Realizar novas parcerias com a Emater- Rio, , Incra, Banco do Brasil e BNDES, para fortalecer o apoio técnico e financeiro aos agricultores.

● Enfrentamento dos problemas causados por agrotóxicos

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas de uso e descarte adequados de agrotóxicos e suas embalagens, articulando as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Agricultura, Educação e Saúde.
2. Criar mecanismos para fiscalizar melhor a venda ilegal de agrotóxicos.

■ Comunicação

3. Ampliar a divulgação de práticas alternativas ao uso do agrotóxico.
4. Gerar um diálogo permanente entre as autoridades competentes e os produtores rurais, para minimizar os impactos causados pelos agrotóxicos.
5. Orientar produtores sobre o uso correto de agrotóxicos envolvendo toda a comunidade.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Cartórios . Comerciantes locais . Cooperativas . Cartórios . Comerciantes locais . Emater-Rio . Firjan . Ibama . ICMBio . Incra . Inea . Mapa . Prefeitura Municipal . Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais (RBPA) . Sebrae . Seeduc . Secretarias Municipais (Agricultura, Educação, Meio Ambiente, Saúde) . Sindicato de Trabalhadores Rurais . Sindicato Rural de Silva Jardim.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . CT-Agro . FAT . FNE Verde . FNMA . Planfor . Prodetab . Pronaf.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em seu Capítulo 30, a Agenda 21 reconhece que a prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento, resulta principalmente das atividades do comércio e da indústria. Mas alerta que o setor econômico deve reconhecer a gestão do meio ambiente como uma de suas mais altas prioridades. Não é possível ter uma economia ou uma sociedade saudável num mundo com tanta pobreza e degradação ambiental. O desenvolvimento econômico não pode parar, mas precisa mudar de rumo para se tornar menos destrutivo.

As políticas e operações empresariais podem desempenhar um papel importante na redução do impacto sobre o uso dos recursos e o meio ambiente por meio de processos de produção mais eficientes, estratégias preventivas, tecnologias e procedimentos mais limpos de produção ao longo do ciclo de vida de um produto. É necessário estimular a inventividade, a competitividade e as iniciativas voluntárias para estimular opções mais variadas e efetivas.

A competitividade também exige das indústrias e do comércio a adequação a esta tendência, o que está propiciando o surgimento de produtos e serviços ambientais que visam à diminuição dos danos ao meio ambiente.

A contribuição deste setor para o desenvolvimento sustentável pode aumentar à medida que os preços de bens e serviços reflitam cada vez mais os custos ambientais de seus insumos, produção, uso, reciclagem e eliminação, segundo as condições de cada local.

Silva Jardim conta com pequenas indústrias locais que atuam principalmente nos segmentos de *embutidos (linguiças), doces (bananada), temperos (ketchup), polpa de frutas, pescados e couro de jacaré, bem como no envasamento de palmito pupunha, produção de água mineral, cerâmica, artesanato e calçados. A produção local é considerada de primeira qualidade no estado.*

Há um polo moveleiro que está se fortalecendo no município. Pelo menos sete marcenarias produzem móveis para todo o estado do Rio de Janeiro e alguns outros estados.

O grupo tem *esperança de que novas indústrias sejam instaladas no município. Entretanto, falta implantar o distrito industrial, previsto no Plano Diretor, assim como falta um estudo de viabilidade para definir as empresas (indústrias e comércio) que o município quer atrair e os incentivos que devem ser criados. Para os participantes, também falta um estudo de identidade que ofereça ao município opções de desenvolvimento que não afetem o meio ambiente.*

No comércio, já se faz sentir a diferença com a implantação da moeda social, o Capivari, que muito vem contribuindo para que a clientela volte a comprar



Silva Jardim vem se estabelecendo também como polo moveleiro

no comércio local, abandonando a prática de fazer compras nos municípios vizinhos, sendo esta uma parceria do poder público municipal com a associação comercial.

Quanto à qualificação dos trabalhadores, o grupo considera que *falta capacitar pessoas da localidade para a indústria, comércio e serviços locais, e capacitar empresários em meio ambiente e desenvolvimento sustentável*. Os participantes ressaltam a *existência de pessoas qualificadas no município que podem capacitar outros municípios*.

A realidade industrial da região deverá ser alterada devido à instalação do Comperj. Um estudo elaborado pela Firjan (Comperj – potencial de desenvolvimento produtivo) mostra que há grande probabilidade de Silva Jardim ser um dos municípios mais beneficiados pela atração de empreendimentos, segundo a tendência de desconcentração industrial na região. O valor adicionado a ser gerado pelos empreendimentos, durante a fase de operação do Complexo Petroquímico, com relação ao PIB do município, se encontra na Tabela 3.

Tabela 3: Projeções para a relação entre Valor Adicionado e PIB a partir da instalação do Complexo Petroquímico

Valor Adicionado/PIB (2015)		
Município	Cenário Conservador	Cenário Otimista
Silva Jardim	14,55%	29,10%
Rio de Janeiro	0,02%	0,05%

Fonte: Fundação Getulio Vargas (2008).

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Incentivo à produção artesanal

■ Planejamento

1. Reativar a Cozinha Escola em Cambucaes, para a realização de cursos de produção de compotas, doces, bolos, pães, embutidos e conservas.
2. Mapear e reunir os artesãos do município.
3. Definir a identidade da produção artesanal local.
4. Buscar soluções para subsidiar viagens de negócios para a promoção da produção artesanal.
5. Fomentar o artesanato com escama e pele de peixe (associação de pescadores), e desfibramento e tecelagem com fibra de bananeira.

■ Capacitação

6. Capacitar os artesãos locais para agregar valor a seus produtos (empreendedorismo, associativismo, qualidade, formação de preço).

■ Articulação

7. Realizar parcerias com o poder público local para facilitar a exposição e o escoamento da produção local.
8. Buscar apoio técnico de instituições de ensino em *design* para agregar valor à produção local.

■ Comunicação

9. Divulgar o trabalho dos artesãos locais.

● Fortalecimento dos setores de comércio, indústria e serviços

■ Planejamento

1. Mapear as empresas existentes.

2. Identificar o estágio de “legalidade” das empresas.

3. Definir a identidade comercial e industrial do município diante das potencialidades geradas pelo Comperj.

4. Identificar o perfil socioeconômico dos funcionários contratados.

5. Definir o tipo de incentivo a usar para atrair empresas para o município.

6. Promover um esforço institucional para legalizar e regularizar as empresas existentes.

7. Identificar a área a ser utilizada como condomínio empresarial, solicitando o fornecimento de infraestrutura adequada para instalação, de acordo com o Plano Diretor.

8. Facilitar a associação entre pequenas fábricas locais (polpa, linguiça, cerâmica, queijo, mariola, *ketchup*) para incentivar boas práticas em higiene e segurança alimentar.

■ Capacitação

9. Capacitar a população local para que seja aproveitada nas empresas.

10. Capacitar os representantes do comércio local para melhoria no atendimento e qualidade.

■ Comunicação

11. Criar campanhas de divulgação para ampliar o consumo local.

Possíveis parceiros

Associação Comercial . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . Prominp . Fórum Regional Comperj . MP .

Possíveis fontes de financiamento

FAT . Sebrae . Secretarias Municipais (Fazenda, Obras, Turismo, Indústria e Comércio) . Sindicato Rural

TURISMO

O turismo está entre as atividades econômicas que mais dependem da conservação e valorização do meio ambiente natural e construído, especialmente para os destinos cujo destaque são os atrativos relacionados à cultura e às belezas naturais. É considerado sustentável quando consegue alcançar os resultados econômicos desejados respeitando o meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades locais.

Os turistas, cada vez mais, favorecem empreendimentos que minimizam a poluição, o desperdício, o uso de energia, de água e de produtos químicos tóxicos. Visitantes satisfeitos, que levam consigo novos conhecimentos e recomendam aos amigos que tenham a mesma experiência, são a garantia de sucesso de um destino turístico.

Um ambiente saudável e preservado, no qual há respeito pela diversidade humana, natural e cultural é o ideal para a prática sustentável do turismo. Se essas condições não são asseguradas, o destino começa a declinar e deixa de gerar os benefícios a que se propõe.

O desenvolvimento do turismo sustentável deve respeitar a legislação vigente, garantir os direitos das populações locais, conservar o ambiente natural e sua biodiversidade, considerar o patrimônio cultural e os valores locais, e estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos.

Negócios turísticos sustentáveis empregam e capacitam a população local, compram produtos da região e usam serviços também locais. Cooperam com a manutenção de habitats naturais, sítios históricos e lugares que se destacam pela beleza da paisagem.

Silva Jardim, segundo a divisão criada pela Secretaria de Turismo do Estado, faz parte da região turística denominada Caminhos da Mata, que inclui os municípios de Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí e São Gonçalo.

No município existe uma Secretaria de Turismo, e o Conselho de Turismo é legalmente constituído e se reúne periodicamente. Há também um Fundo para o Turismo, que trabalha com orçamento do município. Não existem ações de captação de recursos de outras fontes.



Os serviços ligados ao turismo estão se tornando cada vez mais importantes para a economia de Silva Jardim.



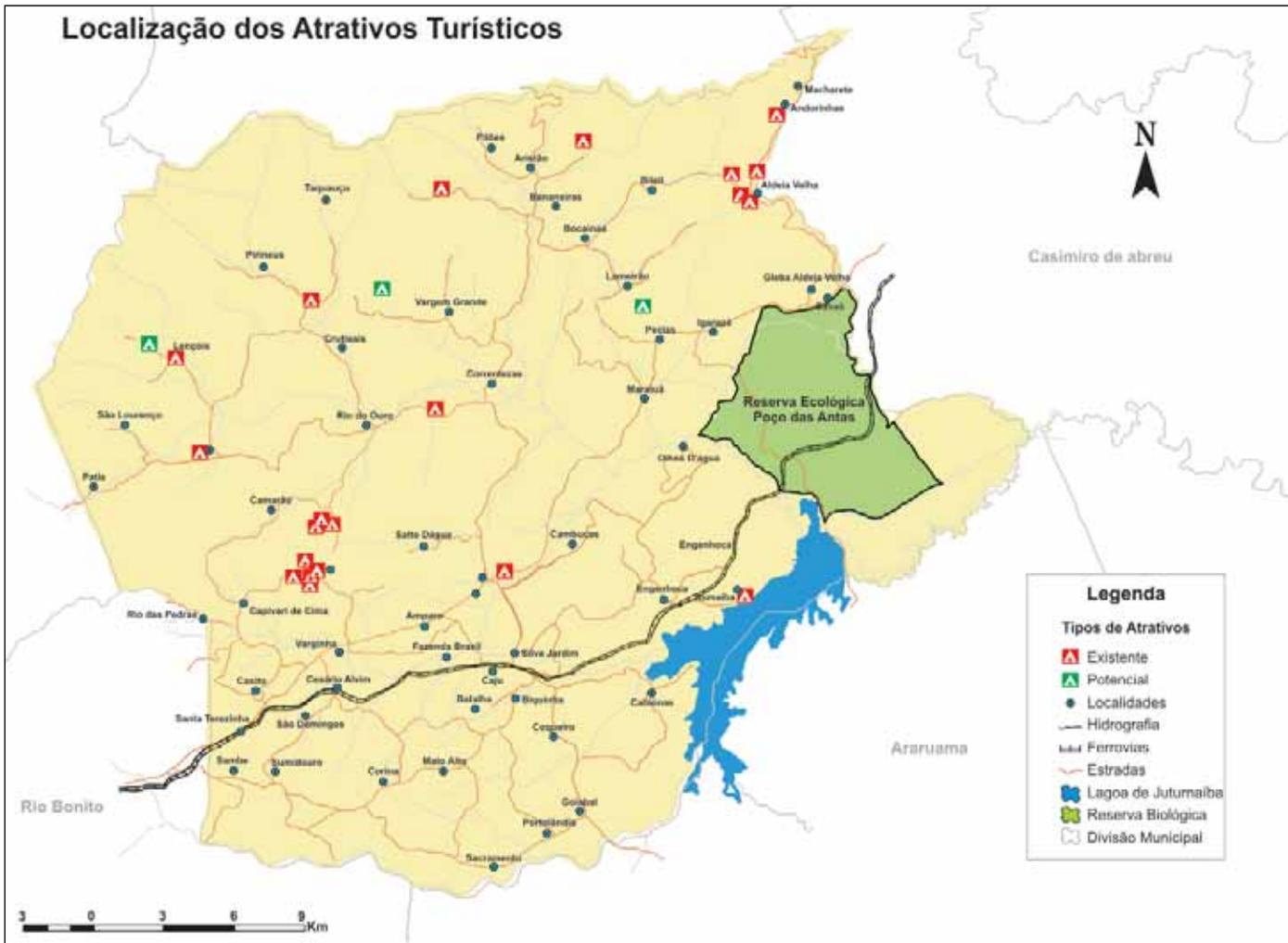
Silva Jardim atrai praticantes de motocross

Entre as atrações de turismo está a *visitação aos rios, às cachoeiras, à Represa de Juturnaíba, à Gruta Santa Edwiges e à Pedra do Amor*. As Caminhadas da Natureza, desde 2004, levam turistas aos circuitos turísticos de Aldeia Velha, Escola Mata Atlântica e Reservas Naturais. Há ainda atividades de turismo pedagógico nas RPPNs e na Associação do Mico-Leão-Dourado.

A *Festa da Farinha* (Comunidade São Lourenço) e as atividades de *motocross* – trilhas e campeonatos – atraem, a cada ano, mais turistas à região.

Segundo os integrantes da Agenda, *falta reunir os moradores interessados em promover o turismo local* e criar e implantar uma *política pública* que estruture e fortaleça o turismo de Silva Jardim. O objetivo é promover o potencial turístico *do patrimônio natural do município, incentivar os proprietários rurais* a ingressarem no *turismo rural* e criar *atrativos e infraestrutura para explorar o ecoturismo e o turismo de aventura*.

Mapa 12: Localização dos atrativos turísticos do município



Fonte: Associação Mico-Leão-Dourado – Laboratório de Geoprocessamento (2003).

Segundo o grupo, já se faz ecoturismo no município e no Parnaso existem guias formados em curso promovido pelo Ibama.

Foi lembrada a existência de uma linha ferroviária que, segundo o grupo, apesar de sucateada, pode vir a ser um atrativo cultural.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Dinamização rumo ao turismo sustentável**

■ **Gestão pública**

1. Buscar soluções para dinamizar a área rural, realizando investimentos em políticas de turismo rural sustentável.
2. Elaborar um plano de desenvolvimento do turismo sustentável junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Fórum da Agenda 21 Local e Secretarias Municipais e Estaduais, bem como junto aos ministérios do Turismo e do Meio Ambiente.

■ **Planejamento**

3. Promover visitas a fazendas, áreas de produção rural, Unidades de Conservação, cidades históricas, entre outros, para que as autoridades locais conheçam empreendimentos turísticos de sucesso.
4. Montar um roteiro cultural e histórico de visitação.
5. Fomentar o turismo pedagógico para difundir o conhecimento tradicional.

■ **Capacitação**

6. Capacitar munícipes, membros do Fórum da Agenda 21 Local, funcionários públicos, de bancos locais, prepostos e proprietários de RPPNs sobre temas que envolvam a valorização da natureza, como “sequestro de carbono” e pagamento por serviços, entre outros.

■ **Elaboração de programas**

7. Elaborar um programa de turismo rural ecológico que integre circuitos turísticos e proprietários rurais, para criar oportunidades e gerar renda.

● **Melhoria de produtos turísticos locais**

■ **Articulação**

1. Realizar parcerias entre os setores público e privado para fomentar o turismo e o comércio.
2. Envolver as escolas locais na divulgação e valorização dos patrimônios histórico, cultural e ambiental do município.
3. Criar parcerias com empresas para facilitar a visitação da comunidade escolar aos pontos turísticos.

■ **Planejamento**

4. Desenvolver um plano de marketing, envolvendo a população para valorizar os produtos turísticos.

5. Mapear os pontos turísticos existentes e potenciais.

6. Promover caminhadas e passeios ecológicos para que moradores conheçam os locais.

7. Criar facilidades para o acesso de pessoas com deficiência aos pontos turísticos.

8. Investir na sinalização turística.

9. Investir em infraestrutura para uso turístico da Lagoa de Juturnaíba (reativar a praia que existia).

10. Incentivar a pesca esportiva e outros esportes náuticos (natação, iatismo).

11. Elaborar calendário de eventos esportivos para a Lagoa de Juturnaíba.

■ **Infraestrutura**

12. Adequar o patrimônio local para uso turístico e revitalizá-lo (Biquinha, Estação Ferroviária, Casa de Zezé Macedo, Igreja Matriz, antiga delegacia).

■ **Capacitação**

13. Promover cursos de capacitação profissional e aperfeiçoamento para atender às novas demandas (empresarial e mão de obra).

14. Promover cursos de idiomas para a população, visando ao atendimento a turistas.

■ **Gestão pública**

15. Incentivar o estabelecimento e a regularização de hotéis, pousadas, albergues e restaurantes, por meio da redução de impostos e da abertura de linhas de crédito apropriadas.

16. Buscar maiores investimentos em infraestrutura viária para melhorar os fluxos interno e externo.

■ **Comunicação**

17. Criar parceria com a concessionária das estradas para divulgar a cidade ao longo da via.

18. Divulgar a Lagoa de Juturnaíba e seus serviços ambientais.

Possíveis parceiros

Associação Mico-Leão-Dourado (AMLDD) . Conselho de Desenvolvimento Rural . Ministérios (Meio Ambiente, Turismo) . Prefeitura Municipal . Secretarias Estaduais (Agricultura, Ambiente, Turismo).

Possíveis fontes de financiamento

FNMA . Fundo Municipal de Turismo . LDO . LOA . Mtur.

GERAÇÃO DE RESÍDUOS

As atividades industriais, agroindustriais, hospitalares, de transportes, serviços de saúde, comerciais e domiciliares produzem grandes volumes de resíduos sólidos sob a forma de plásticos, metais, papéis, vidros, pneus, entulhos, lixo eletrônico, substâncias químicas e alimentos. Para piorar este quadro, a maioria dos municípios não conta com mecanismos de gerenciamento integrado desses resíduos.

Substâncias químicas perigosas de origem orgânica, como os organoclorados, ou inorgânica, como metais pesados (chumbo e mercúrio, entre outros), provocam doenças e não se degradam na natureza. Pilhas, baterias de telefones celulares, lâmpadas de mercúrio e outros resíduos perigosos têm em sua composição metais pesados, altamente tóxicos, não biodegradáveis e que se tornam solúveis, penetrando no solo e contaminando as águas.

Já os resíduos infectantes gerados pelos serviços de saúde constituem risco pelo potencial de transmissão de doenças infectocontagiosas, uma vez que nem sempre são coletados, tratados, eliminados ou dispostos corretamente. É urgente a diminuição, o gerenciamento, a reciclagem e a reutilização dos resíduos gerados ao longo de todas as fases do processo econômico, considerando que muitos deles podem ser reaproveitados, beneficiando a todos.

Classes dos resíduos

1 – Perigosos – Apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, exigindo tratamento e disposição especiais;

2 – Não inertes – Não apresentam periculosidade. (ex.: lixo doméstico);

3 – Inertes – Não contaminam a água, não se degradam ou não se decompõem quando dispostos no solo (se degradam muito lentamente). Muitos deles são recicláveis (ex.: entulhos de demolição, pedras e areias retirados de escavações).

Tabela 4: Relação entre origem e classes de resíduos e responsáveis por seu descarte

Origem	Possíveis Classes	Responsável
Domiciliar	2	Prefeitura
Comercial	2, 3	Prefeitura
Industrial	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Público	2, 3	Prefeitura
Serviços de saúde	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Portos, aeroportos e terminais ferroviários	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Agrícola	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Entulho	3	Gerador do resíduo

Fonte: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/residuos/classes_dos_residuos.html

Em Silva Jardim, segundo os participantes do Fórum, tem havido descaso das autoridades com a política de manejo de resíduos perigosos. Não há local específico para controle, armazenamento e descarte deste tipo de resíduo, e a população não tem informações sobre o assunto.

Recentemente, um incinerador de resíduos hospitalares foi reativado, embora funcione com algumas deficiências e de forma intermitente. O município está providenciando licitações para terceirizar os serviços de coleta dos resíduos hospitalares e de descarte final adequado.

Os participantes do Fórum se preocupam com a possibilidade de ocorrerem despejos de substâncias tóxicas em caso de acidentes na BR-101, uma vez que o fluxo, já intenso, continua aumentando. *Faltam orientação e capacitação* de funcionários da prefeitura para atuar adequadamente quando necessário.

Também foi apontado *o uso de herbicidas e adubos químicos em pastagens próximas a Unidades de Conservação (UCs)* – o que é proibido pela legislação brasileira num raio de 10 quilômetros no entorno das UCs.

Falta fiscalização dos eventuais recolhimentos, transporte e destino final dos resíduos radioativos. Segundo o grupo, *o problema envolve principalmente o desconhecimento sobre o manejo deste tipo de lixo no município.*

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Gerenciamento adequado dos resíduos perigosos

■ Planejamento

1. Buscar soluções para dar destino apropriado ao lixo hospitalar e laboratorial, obedecendo à legislação específica.
2. Qualificar pessoal para operar o incinerador.

■ Capacitação

3. Capacitar o quadro de funcionários das Secretarias Municipais para o cumprimento desses planos de ação.

■ Comunicação

4. Informar a população sobre os riscos da manipulação inadequada dos resíduos perigosos (embalagem de agrotóxicos, lixo hospitalar etc.).

■ Articulação

5. Criar parcerias com universidade, órgãos fiscalizadores e outras instituições para monitorar a passagem de caminhões, o transporte e o descarte das substâncias tóxicas na região.

■ Infraestrutura

6. Criar uma brigada para solucionar problemas relacionados a acidentes com substâncias perigosas.

● Gerenciamento adequado de resíduos químicos e acidentes no entorno de Unidades de Conservação e Áreas de Proteção Permanentes

■ Estudo técnico

1. Realizar um inventário da cadeia alimentar da Lagoa de Juturnaíba sob o risco de contaminação do lençol freático.

■ Comunicação

2. Criar um programa de conscientização e orientação para os agricultores e a população, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e a Emater-Rio, para evitar o uso inadequado de produtos químicos.

3. Divulgar a legislação existente sobre o tema.

■ Infraestrutura

4. Criar uma base do Corpo de Bombeiros no município e uma Brigada de Incêndio.

● Implantação de política de controle, uso, manuseio e destino final de substâncias tóxicas

■ Infraestrutura

1. Criar uma Central de Emergência para atender a eventuais acidentes.
2. Criar postos de recolhimento de resíduos tóxicos em parceria com empresas instaladas no município.

■ Gestão pública

3. Gerenciar os resíduos químicos e tóxicos.

■ Planejamento

4. Desenvolver campanhas de separação de pilhas, baterias e substâncias químicas tóxicas que são destinadas ao lixo comum.
5. Criar campanhas de recolhimento de óleo (mineral e vegetal), com conscientização da importância de separá-lo para reciclagem.

■ Comunicação

6. Divulgar a ação da Pastoral da Criança sobre recolhimento e reutilização de óleo para fabricação de sabão.

● Gerenciamento adequado de resíduos radioativos

■ Capacitação

1. Capacitar os funcionários públicos sobre o tema.

■ Comunicação

2. Criar canais de comunicação com a Comissão Nacional de Energia Nuclear para divulgar a legislação e os riscos à saúde da população em caso de acidente.

Possíveis parceiros

Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cnen . Concessionária Auto Pista Fluminense . Corpo de Bombeiros . Defesa Civil . Emater-Rio . Escolas . Guarda Municipal . Igrejas . Inea . ONGs . Pastoral da Criança . Petrobras . SEA . Secretarias Municipais (Agricultura, Meio Ambiente, Saúde) . Vigilância Sanitária.

Possíveis fontes de financiamento

Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) . Associações de Moradores . Cnen . Concessionária Auto Pista Fluminense . Empresas associadas ao Comperj . Empresas de transportes que atuam no município . Escolas, Igrejas, Fecam . LOA . ONGs que atuam no município . Pastoral da Criança . Petrobras . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Saúde).



PREFEITURA MUNICIPAL



5

Meios
de Implementação

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Segundo a Agenda 21, o desafio relacionado a este tema é utilizar o conhecimento científico e tecnológico em busca de soluções inovadoras em prol do desenvolvimento sustentável. E um dos papéis da ciência é oferecer informações que permitam desenvolver políticas adequadas à gestão cautelosa do meio ambiente e ao desenvolvimento da humanidade.

A ciência e a tecnologia devem colaborar para a adoção de técnicas de manejo e uso adequado dos recursos ambientais, melhorando a qualidade de vida das populações e permitindo sua participação na elaboração de estratégias de desenvolvimento local.

A fim de alcançar esses objetivos são necessárias ações para melhorar, atualizar e ampliar, ao longo do tempo e de forma permanente, as bases de dados científicos existentes. Isto exige o fortalecimento das instituições de pesquisas, o estímulo aos cientistas e a ampliação das fontes de financiamento, além de uma aproximação das instituições científicas e tecnológicas e dos cientistas com a população.

Segundo a Unesco, o Brasil aplica aproximadamente 1,4% do PIB em ciência e tecnologia, sendo que 1,02% do PIB são investimentos diretos em pesquisa e desenvolvimento. Mas observa que o País enfrenta o desafio de fazer com que os investimentos cheguem de forma mais homogênea à população e possam efetivamente melhorar sua qualidade de vida.

Em Silva Jardim, os moradores consideraram relevante a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, e apontaram, como uma barreira a superar, *a falta de interesse, ação e esforços para que o município tenha uma 'comunidade científica e tecnológica'*.

Os participantes do Fórum entendem que a *existência de técnicos* capacitados nas *Secretarias Municipais* é essencial para ampliar e qualificar as discussões sobre o tema e manifestaram preocupação quanto à *indisponibilidade de centros de pesquisa* no município. Apesar da *existência da Unigranrio*, eles afirmam que os equipamentos nela existentes são pouco utilizados e estão desgastados. Assim, devido à falta de investimentos, predomina o uso de *tecnologias que prejudicam o meio ambiente* em detrimento de outras mais sustentáveis.

Uma das potencialidades apontadas para a conservação ambiental e para a realização de pesquisas é a presença de *RPPNs, da Reserva Biológica Poço das Antas, da APA Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado, do Parque Estadual Três Picos e do Parque Natural Municipal da Biquinha*.

O papel da Associação Mico-Leão-Dourado (AMDLD) no intercâmbio tecnológico é um dos destaques do município. Apesar disso, faltam conhecimento e integração das informações geradas pelo Projeto Mico-Leão-Dourado, desenvolvido em parceria com as 14 nações que nele investiram, indicando que as possibilidades de compartilhamento das informações ambientais com a população são pouco aproveitadas.

De forma geral, faltam acesso e informação sobre as tecnologias disponíveis ao município, além de programas de incentivo aos jovens para inserção científica e tecnológica.

Também falta comunicação (divulgação e participação) social nos projetos ambientais desenvolvidos no município e, apesar da existência de estudos de tecnologias ambientais, estes necessitam também de divulgação. Falta, por exemplo, catalogação dos estudos e pesquisas realizados pelas universidades e outras instituições sobre Silva Jardim.

O grupo chamou a atenção para o desconhecimento sobre o tema da biotecnologia no município. Além de carência de mão de obra qualificada e de infraestrutura adequada à realização de pesquisas nessa área, não há orientação e conhecimento sobre as técnicas de modificação genética.

A ampliação das pesquisas, da capacitação da população local e da divulgação de informações sobre biotecnologias poderia levar a um maior aproveitamento dos recursos naturais, por exemplo, para a produção de defensivos agrícolas não tóxicos e de medicamentos populares de baixo custo.

Biotechnologia – Aplicação tecnológica que usa organismos vivos ou seus derivados para fabricar ou modificar produtos ou processos. Especialmente utilizada na agricultura, nas ciências dos alimentos e na medicina.



O Horto Municipal de Silva Jardim produz mudas para o reflorestamento do município

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Promoção da inclusão tecnológica dos jovens

■ Planejamento

1. Incluir a disciplina Informática nas escolas do município, utilizando os laboratórios de informática existentes.

■ Infraestrutura

2. Construir laboratórios de Biologia, Física e Química nas escolas de Ensino Fundamental e Médio.
3. Criar uma Casa do Futuro (informática, divulgação de tecnologias, entre outros).

● Promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no município

■ Capacitação

1. Capacitar os técnicos das Secretarias Municipais, com o objetivo de estabelecer metodologias e estratégias a serem aplicadas por grupos de trabalho referentes aos temas ciência e tecnologia.
2. Oferecer cursos de capacitação em tecnologias sustentáveis, voltadas para os jovens e adultos.

■ Planejamento

3. Propor o uso de tecnologias inovadoras, em favor do meio ambiente, sem agredi-lo (ex.: ervas medicinais, energia solar, reciclagem).

■ Articulação

4. Propor, em parceria com universidades e outras instituições de pesquisa, a criação de um centro de pesquisa no município, para compartilhar informações e integrar os projetos científicos junto à comunidade.

● Iniciativas para divulgar a Associação Mico-Leão-Dourado no município

■ Planejamento

1. Solicitar maior abertura dos projetos da Associação Mico-Leão-Dourado para aumentar a participação da comunidade.
2. Envolver o Fórum da Agenda 21 Local nas articulações com as instituições que participam do intercâmbio tecnológico junto à Associação Mico-Leão-Dourado.

■ Comunicação

3. Aproveitar a exposição do Mico-Leão-Dourado para divulgar outros produtos e serviços do município.
5. Buscar maiores informações sobre os projetos desenvolvidos pela Associação Mico-Leão-Dourado.

● Valorização das pesquisas biotecnológicas

■ Capacitação

1. Promover a capacitação em assuntos de biotecnologia em conjunto com os demais municípios do Comperj.
2. Incentivar a capacitação dos profissionais da área biotecnológica, mediante cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu e strictu sensu*).

■ Planejamento

3. Solicitar às instituições de pesquisa a elaboração de planos de trabalho relacionados ao manejo saudável da biotecnologia.

■ Estudo técnico

4. Estudar os princípios ativos de origem vegetal para substituir os defensivos agrícolas de origem química, patenteados posteriormente.

● Viabilizando o acesso à tecnologia

■ Comunicação

1. Realizar eventos periódicos (como seminários e palestras) para ampliar os conhecimentos sobre temas associados à ciência e tecnologia.
2. Divulgar nas escolas os projetos que estão sendo realizados no município.
3. Promover visitas orientadas às áreas onde são desenvolvidos projetos de pesquisa.
4. Obter e divulgar informações sobre as tecnologias disponíveis.
5. Identificar e divulgar as pesquisas e teses científicas desenvolvidas sobre o meio ambiente de Silva Jardim.

● Conhecer para preservar: divulgação das pesquisas realizadas sobre o município

■ Planejamento

1. Catalogar todas as pesquisas (monografias, dissertações e teses) realizadas no município, elaborar uma cartilha com as informações básicas e divulgá-las na internet.
2. Exigir dos pesquisadores e das suas instituições de pesquisa uma cópia dos resultados de suas pesquisas no município.
3. Estimular a divulgação, dentro e fora do município, da existência de bancos de sementes e plantas, com suas características originais (sem modificações genéticas).

■ Elaboração de projetos

4. Elaborar projetos de pesquisa na região.

■ Articulação

5. Articular com os proprietários de RPPNs a possibilidade de realizar pesquisas científicas nessas áreas.

● Tornando a Unigranrio um centro de excelência em tecnologia

■ Articulação

1. Articular com a Unigranrio a discussão de assuntos de interesse da comunidade, estabelecendo termos de cooperação e parcerias.

2. Estreitar as relações entre a Prefeitura e a Universidade para assegurar a permanência da mesma no município.

Possíveis parceiros

Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cooperativas . Emater-Rio . Empresas da área de informática (fabricantes e distribuidores de equipamentos de informática) . Escolas . Meios de Comunicação local . Ministérios (Educação, Ciência e Tecnologia) . ONGs . Sebrae . Secretarias Estaduais (Educação, Meio Ambiente) . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Turismo, Planejamento, Educação, Obras, Planejamento) . Sindicatos . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . Banco JP Morgan . Basf . BNDES . BVS&A . Caixa Econômica Federal . CIID . Comissão Europeia . Finep . FNMA . Fundação Bradesco . Fundação Otacílio Coser . Fundação Roberto Marinho . Fundação Telefônica . Fundação Vale do Rio Doce . MCT . Pronasci.

RECURSOS FINANCEIROS

O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 Global exige um fluxo substancial de recursos financeiros, sobretudo para os países em desenvolvimento, que ainda necessitam resolver questões estruturais para que sejam construídas as bases de um desenvolvimento sustentável.

No plano local, o fortalecimento da capacidade das instituições para a implementação da Agenda 21 também exige financiamento, e um dos principais desafios enfrentados nesse processo é a identificação de mecanismos para obter recursos financeiros que viabilizem a execução dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A busca de financiamento deve não só considerar os recursos conhecidos como também buscar novas fontes, ampliando e diversificando as alternativas existentes para os diferentes processos e localidades. Essa tarefa demanda competências e capacidade técnica para quantificar de forma adequada as necessidades, planejar e desenvolver projetos que permitam a captação, além de monitorar e controlar a aplicação dos recursos e o andamento das ações contempladas.

Nesse sentido, destaca-se a importância de processos de capacitação e formação de quadros locais que possam desenvolver de forma adequada os projetos e atuar de forma transparente na utilização dos recursos disponibilizados. Já para o monitoramento e controle, é importante implementar mecanismos eficientes e criar estratégias que promovam a transparência na prestação de contas à sociedade.

A participação da sociedade deve permear todo o processo, desde a escolha da destinação dos recursos obtidos, visando à eficácia de sua aplicação, até seu acompanhamento ao longo da utilização.

Em Silva Jardim, há dificuldades em obter recursos para o desenvolvimento de projetos locais, dentre eles aqueles que garantiriam a continuidade da Agenda 21. A falta de continuidade dos projetos iniciados é uma preocupação recorrente.

Na opinião do grupo, é necessária a capacitação de equipes locais para captação de recursos (inclusive para a Agenda 21) e para organização, implantação, monitoramento e avaliação dos resultados de projetos. O grupo informou que ONGs, associações sem fins lucrativos e entidades de ensino e pesquisa podem ser parceiras para a captação de recursos financeiros.

Há preocupação com a fiscalização e o monitoramento dos recursos captados, visando evitar o desvio de verbas provenientes de fontes de financiamento.

ICMS Ecológico – A legislação tradicional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevê que 25% dos recursos arrecadados pelo governo estadual do Rio de Janeiro sejam repassados às prefeituras, segundo critérios como número de habitantes e área territorial. Com a aprovação da Lei do ICMS-Verde, o componente ecológico foi incorporado a essa distribuição, tornando-se um dos seis índices estabelecidos para o cálculo do imposto. Dependendo do tipo de política que adotar em favor do meio ambiente, o município terá direito a maior repasse do imposto. O índice de repasse do ICMS Ecológico é composto da seguinte forma: 45% para áreas conservadas (Unidades de Conservação, reservas particulares e áreas de proteção permanentes); 30% para qualidade da água; e 25% para a administração dos resíduos sólidos. As prefeituras que criarem suas próprias Unidades de Conservação terão direito a 20% dos 45% destinados à manutenção de áreas protegidas. Os índices para a premiação dos municípios são elaborados pela Fundação Cide.

(Fonte: Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro)

A falta de incentivos fiscais para a instalação de projetos e empresas dificulta a atração de novos recursos ao município.

Em 2009, as receitas de Silva Jardim foram reforçadas pelo repasse de R\$ 29 milhões em *royalties* do petróleo, segundo o *site* da prefeitura – o repasse mensal a que o município faz jus é de pouco mais de R\$ 2 milhões.

No âmbito municipal, as receitas totais somaram R\$ 68,47 milhões em 2009, enquanto que as despesas totais foram de R\$ 62,99 milhões, constituindo um aumento de 9,13 % em receita entre 2003 e 2009, e um aumento de 14,94 % em despesas no mesmo período. A tabela a seguir traz alguns dos indicadores do TCE para 2009 em Silva Jardim.

Já em 2010, embora os dados das receitas e despesas totais do município ainda não estejam disponíveis, foi verificado que Silva Jardim recebeu, naquele ano, R\$ 2.927.546,00 referentes ao ICMS ecológico, que foram distribuídos da seguinte maneira: mananciais de abastecimento (R\$803.679,00), Unidades de Conservação (R\$ 1.477.414,00) e tratamento de esgoto (R\$646.453,00).

Tabela 5: Índices econômicos do município de Silva Jardim

Índice	Nomenclatura	Fórmula	Valor	Descrição	Série Histórica
1	Indicador de equilíbrio orçamentário	Receita realizada/ despesa executada	1,0871	Há R\$ 108,71 para cada R\$ 100,00 executados. Superávit execução	Ver Gráfico 11
2	Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	Despesas de custeio/ receitas correntes	0,80	De toda a receita corrente, 80% estão comprometidos com o custeio do funcionamento da máquina administrativa	Ver Gráfico 12
3	Autonomia financeira	Receita tributária própria/despesas de custeio	0,154	A autonomia do município para as despesas de custeio é de 15,5%	Ver Gráfico 13
4	Esforço tributário próprio	Transferências correntes e de capital/receita realizada	0,159	Do total de receitas, 15,9% são provenientes da atividade tributária municipal	Ver Gráfico 14
5	Carga tributária <i>per capita</i>	Receita tributária própria + cobrança dívida ativa/população	394,74	Ao longo de 2008, cada habitante contribuiu, em média, com R\$ 394,74 para o fisco municipal	Ver Gráfico 15
6	Investimentos <i>per capita</i>	Investimentos/população do município	315,74	Cada habitante recebeu da administração pública, R\$ 315,74 em forma de investimentos	Ver Gráfico 16
7	Grau de investimento	Investimentos/receita total	0,103	Os investimentos públicos representam 10,3% da receita total do município	Ver Gráfico 17
8	Liquidez corrente	Ativo financeiro/passivo financeiro	3,9	Para cada parte devida, há 3,9 vezes mais receita para pagar	Ver Gráfico 18

Fonte: TCE, Estudo Socioeconômico do Município de Silva Jardim (2010).

Gráfico 11: Indicador de equilíbrio orçamentário

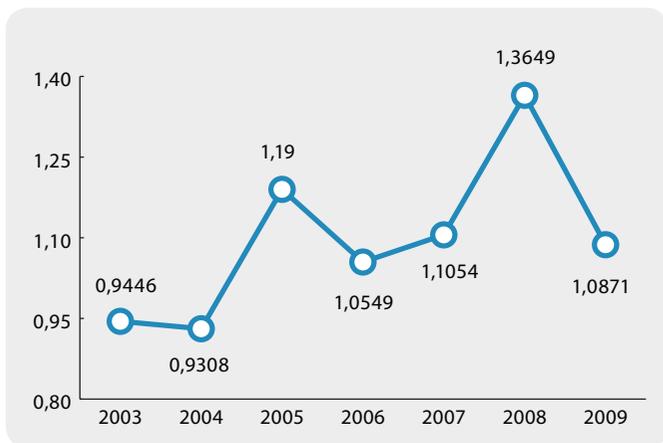


Gráfico 14: Esforço tributário próprio

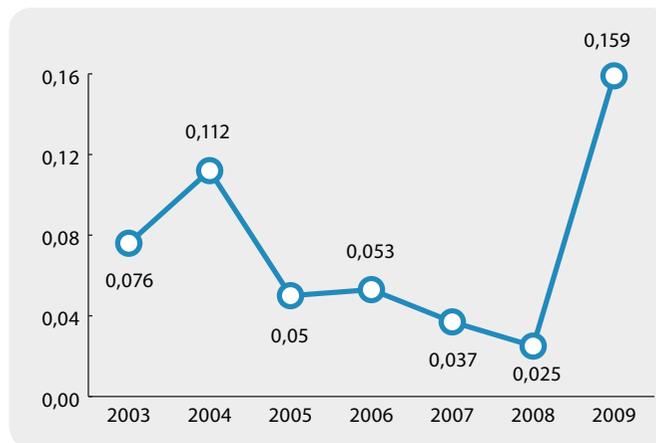


Gráfico 12: Despesas de custeio

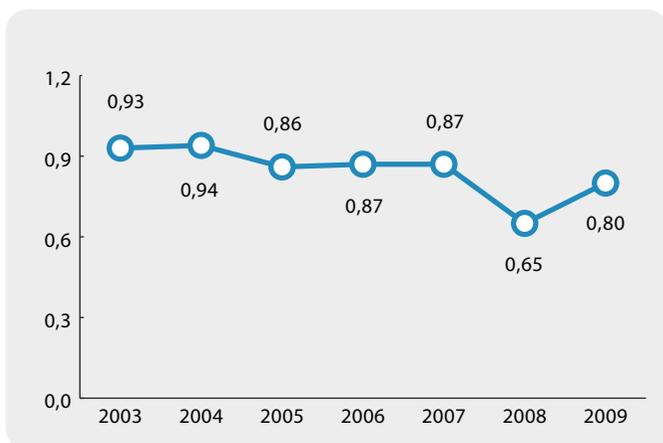


Gráfico 15: Carga tributária per capita

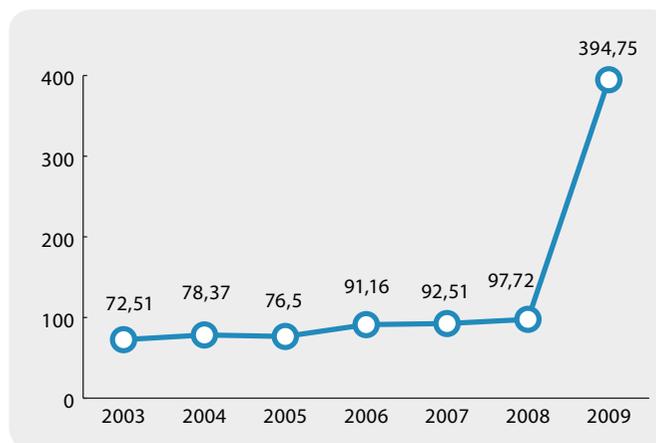


Gráfico 13: Autonomia financeira

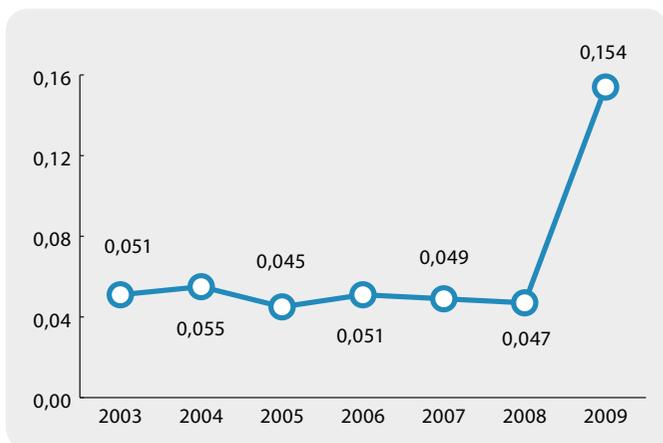


Gráfico 16: Investimentos per capita

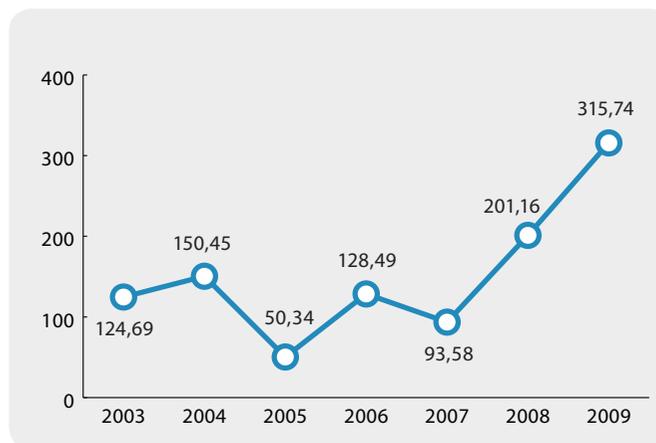


Gráfico 17: Grau de investimento

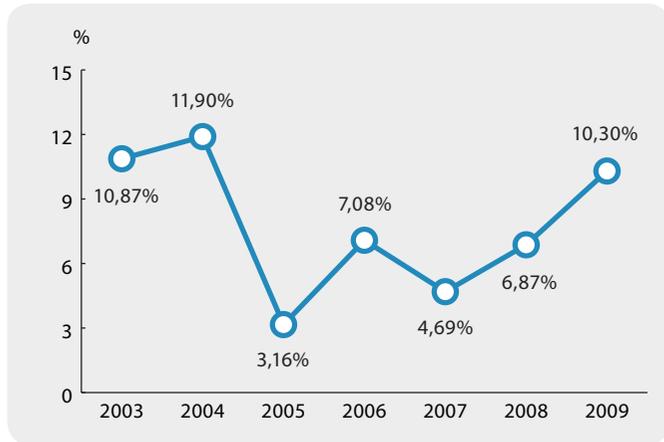
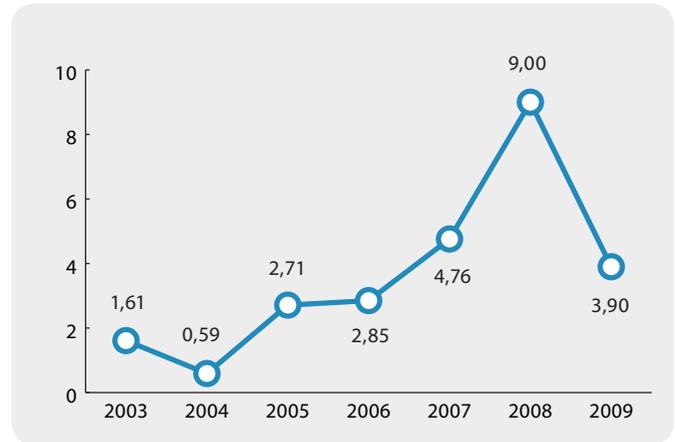


Gráfico 18: Liquidez corrente



PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Obtenção de recursos financeiros**

■ **Capacitação**

1. Capacitar a equipe técnica da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento e a equipe do Fórum da Agenda 21 Local para realizar o trabalho de captação de recursos para o desenvolvimento de projetos sustentáveis.

■ **Comunicação**

2. Sensibilizar a população para fiscalizar o destino dado aos recursos financeiros.

■ **Planejamento**

3. Incentivar a criação do Conselho Fiscal.

■ **Fiscalização**

4. Fiscalizar as possíveis irregularidades relacionadas à improbidade administrativa no uso de recursos financeiros, punindo rigorosamente os infratores.
5. Monitorar o cumprimento da legislação existente.

● **Fortalecimento das políticas de cooperação internacional**

■ **Comunicação**

1. Divulgar os resultados dos projetos em andamento no município.

■ **Capacitação**

2. Capacitar profissionais que trabalhem na elaboração de projetos de captação de recursos, principalmente mediante cooperação internacional.
3. Capacitar o quadro técnico das Secretarias Municipais, visando acessar os mecanismos de cooperação internacional.

■ **Recursos financeiros**

4. Buscar fontes de financiamento para executar projetos previstos, mas ainda não implementados.

● **Atração de novas empresas**

■ **Gestão pública**

1. Criar incentivos fiscais para a instalação de projetos e empresas no município, inclusive com a isenção de impostos, com prazo determinado, para novos empreendimentos.

■ **Planejamento**

2. Atrair empresas e pesquisadores para projetos de sequestro de carbono.

■ **Articulação**

5. Retomar ações interrompidas junto aos órgãos competentes.
6. Estabelecer parcerias com a Associação Mico-Leão-Dourado e o Consórcio Intermunicipal Lagos São João, visando à troca de informações sobre seus projetos em Silva Jardim.

Possíveis parceiros

Associação Mico-Leão-Dourado (AMDL) . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cooperativas . Empresas associadas ao Comperj . FGV. Inea . Instituições governamentais estrangeiras . Meios de Comunicação local . Ministérios (Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, entre outros) . MP . OAB . ONGs. Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Planejamento) . Sindicatos . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . BNDES . BVS&A . CIID . Comissão Europeia . Conservação Internacional do Brasil . Finep . FNMA . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Banco do Brasil . Caixa Econômica Federal . Ministério (Ciência e Tecnologia, Minas e Energia) . Pronasci . Química Amparo (produtos Ypê)

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A participação, essencial em um processo de Agenda 21 Local, tem a função de aproximar o cidadão da gestão e das políticas públicas. Dessa maneira, ele conquista espaço, garante a elaboração de um planejamento que reflita as necessidades locais e acompanha sua implantação.

A mobilização social é parte importante do processo de fomento à participação. Ela acontece quando um grupo de indivíduos se reúne e decide agir para um bem comum. Fazer parte de um processo de mobilização é uma escolha que depende das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de transformar sua realidade.

O desenvolvimento local depende do acesso a informações organizadas e disponibilizadas com transparência a todos os interessados. Para que possam participar efetivamente dos processos decisórios e influenciar as políticas locais, os cidadãos devem estar bem informados sobre os problemas, oportunidades e potenciais da região.

Embora haja uma quantidade considerável de dados produzidos, é preciso sistematizá-los e atualizá-los para que se transformem em informação útil para as populações e que sua divulgação seja ampla e democrática entre os diferentes segmentos sociais.

O desafio é promover formas de organizar, disponibilizar e divulgar as informações de modo integrado, coerente e acessível a todos, para que elas se tornem ferramentas eficazes de participação social.

Em Silva Jardim, o grupo apontou a necessidade de aperfeiçoar e dinamizar a gestão da informação. Segundo os participantes, o gerenciamento de dados é feito de maneira insuficiente e desatualizada, tendo como consequências a falta de circulação de informações e dados no município e a falta de conhecimento da população sobre o Plano Diretor e a Agenda 21.

Os participantes do Fórum também alegaram que *falta detalhamento de dados sobre a realidade das camadas sociais menos favorecidas do município. Apontaram ainda a falta de uma política de comunicação participativa, que integre os veículos de mídia impressa e televisiva, e a ausência de profissionais para desenvolver e gerenciar um banco de informações do município.*

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Dinamização da gestão da informação local**

■ **Comunicação**

1. Informar a população sobre os dados e as ações em andamento no município (inclusive a Agenda 21), por meio da publicação de cartilhas e realização de palestras e seminários, entre outros.
2. Elaborar uma política de comunicação sobre as questões ambientais para todo o município.

■ **Infraestrutura**

3. Criar um Centro de Referência em Informação, informatizado, voltado para estudantes, turistas e funcionários públicos, entre outros, facilitando o acesso aos dados do município, inclusive no processo de tomada de decisões.

■ **Capacitação**

4. Ampliar a capacidade técnica do quadro funcional para produzir e gerir esses dados, com a contratação de novos funcionários mediante concurso público.

■ **Planejamento**

5. Atualizar a base de dados do município e integrá-los.

Possíveis parceiros

Associação Mico-Leão-Dourado (AMDL) . Associações . Câmara Municipal . Cooperativas . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Igrejas . Meios de Comunicação local . Secretarias municipais (Meio Ambiente, Turismo, Planejamento, Saúde, Educação, Obras) . Sindicatos . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . BVS&tA . Caixa Econômica Federal . CIID . Finep . FNMA.

GESTÃO AMBIENTAL

Nos últimos anos, os municípios brasileiros vêm assumindo um papel cada vez mais efetivo na gestão das políticas públicas, dentre elas a política ambiental. Desde 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) define o papel do poder local dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, transformou o município em ente autônomo da federação e lhe facultou o poder de legislar suplementarmente sobre a política ambiental, em especial sobre questões de interesse local.

Gestão é o ato de administrar, ou seja, usar um conjunto de princípios, normas e funções para obter os resultados desejados. A gestão ambiental de um território deve cuidar para que este não se deteriore, conservando as características que se deseja e aprimorando aquelas que necessitam de melhoria. Para isto, é preciso conscientizar e capacitar administradores e funcionários para que possam desempenhar seu papel, suas responsabilidades e atribuições.

Uma gestão participativa, como pede a Agenda 21, entende que poder local não é apenas a Prefeitura, mas o conjunto de poderes instituídos, a sociedade civil organizada, outras esferas sociais, o poder público estadual e federal e as relações que estabelecem entre si. Uma boa gestão ambiental depende do bom funcionamento deste conjunto e tem como atribuições cuidar das áreas importantes para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos.

Em Silva Jardim, o processo da Agenda 21 Local foi iniciado com o apoio do poder público municipal e posteriormente contou com o apoio do estado (SEA-RJ). Existe uma grande motivação local para levar a sério os projetos, uma vez que há desejo de mudança na sociedade.

O projeto de lei para a criação do Fórum da Agenda 21 Local foi aprovado, e o regimento interno está sendo elaborado. Em Silva Jardim, é possível contar com o poder público como parceiro na construção da Agenda 21 e também com a Câmara dos Vereadores.

Uma fragilidade para o desenvolvimento do processo é a *falta de circulação de informações no município sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável, Conselho de Meio Ambiente, Fórum da Agenda 21 (poder público, ONGs, empresários, distritos e escolas).*

O grupo considerou necessária *maior participação, interesse e esclarecimento da comunidade escolar e da população nas reuniões da Agenda 21, bem como a realização de um processo de capacitação sobre meio ambiente e Agenda 21.*

Com relação à estrutura de gestão ambiental, apesar da *existência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com 12 funcionários, falta um corpo de fiscais municipais para trabalhar em questões como queimadas, caça e pesca.*

Comitê de Bacias Hidrográficas

– Colegiados instituídos por lei, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais. Considerados a base da gestão participativa e integrada da água, tais comitês têm papel deliberativo, são compostos por representantes do poder público, da sociedade civil e de usuários de água, e podem ser oficialmente instalados em águas de domínio da União e dos estados.



Placa de demarcação dos limites da APA S. João

A gestão envolve:

- Escolha inteligente dos serviços públicos oferecidos à comunidade;
- Edição de leis e normas claras, simples e abrangentes de defesa ambiental local;
- Aplicação das leis, penalizando quem causa algum tipo de dano ambiental;
- Formação de consciência ambiental;
- Geração de informações que deem suporte às decisões;
- Democratização das instituições, para que permitam e estimulem a participação de cidadãos e cidadãs;
- Planejamento do desenvolvimento sustentável local;
- Implementação das políticas necessárias para realizá-lo.

Fonte: Programa Nacional de Capacitação – volume 1 – MMA.

Há pouca integração entre as Secretarias Municipais e falta infraestrutura para que funcionem adequadamente. Outra fragilidade da gestão ambiental no município é a falta de um Plano de Cargos e Salários (ex.: falta de incentivo aos funcionários públicos e efetivos para que fiquem em suas áreas e em Silva Jardim).

Outra preocupação é que faltam profissionais com formação dirigida à elaboração de projetos, captação de recursos e implantação de projetos.

No entanto, o Sistema de Gestão Ambiental Municipal está em processo de consolidação, o Código Ambiental está em processo de aprovação, e o ICMS Ecológico será investido na manutenção de Unidades de Conservação (públicas e RPPNs).

O sistema de licenciamento ambiental municipal também está em fase de implementação (os recursos depositados serão revertidos para o Fundo de Meio Ambiente).

Apesar de certa falta de interesse da população nas políticas públicas, o Plano Plurianual da Prefeitura foi revisto (governo participativo) e aprovado.

Do ponto de vista das articulações locais e do estabelecimento de parcerias, falta capacitação para o desenvolvimento de mecanismos de cooperação e jurídicos para alianças nacionais e para garantir que os vínculos existentes de cooperação permaneçam no município – como as cooperações internacionais já existentes, a exemplo da estabelecida com a Associação Mico-Leão-Dourado.

O grupo se mostrou preocupado com a inexistência de um órgão específico para realizar as cooperações e também com a necessidade de maior transparência das ações realizadas pelas instituições internacionais na Reserva Biológica Poço das Antas.

O grupo vê a possibilidade de parcerias com o Comperj, para acesso aos mecanismos de cooperação, com a organização WWF e com a Associação Mico-Leão-Dourado.

Uma potencialidade a explorar é a participação no Comitê de Bacia Lagos São João (CILSJ), que vem trabalhando com uma abordagem integrada, o que fortalece a visão de gestão ambiental focada na sustentabilidade. O Comitê abrange 13 municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim e Maricá. Oito desses municípios, entre eles, Silva Jardim, têm seu território integralmente situado na área do comitê de bacias.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Gestão ambiental**

■ **Gestão pública**

1. Criar um órgão municipal de fiscalização.
2. Integrar as demais Secretarias Municipais, viabilizando a elaboração de ações estratégicas para a gestão dos recursos naturais do município.

■ **Infraestrutura**

3. Qualificar, permanentemente, a Guarda Ambiental Municipal.

■ **Capacitação**

4. Realizar capacitação em captação de recursos a fim de atrair investidores para a região.

● **Conscientização para o fortalecimento da Agenda 21 Local**

■ **Comunicação**

1. Sensibilizar a população para as questões de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente (Município Verde).
2. Divulgar em todos os distritos o andamento das atividades da Agenda 21 Local, por meio de palestras nas escolas, associações e cooperativas, e de campanhas em veículos de comunicação.

■ **Capacitação**

3. Capacitar as lideranças locais, formando um grupo de agentes multiplicadores, levando em conta a realidade local.
4. Capacitar os membros do Fórum da Agenda 21 Local sobre o conteúdo do Plano de Bacias.

■ **Articulação**

5. Integrar as Agendas 21 Comperj e municipal, fortalecendo o processo de desenvolvimento local.

■ **Planejamento**

6. Criar um programa de voluntariado para dar suporte às ações do Fórum da Agenda 21 Local.

■ **Infraestrutura**

7. Identificar equipamentos e materiais que faltam para desenvolver as atividades do Fórum da Agenda 21 local, de maneira adequada (mobiliário, computadores, internet, entre outros).

● **Fiscalização ambiental: ações para garantir a preservação do meio ambiente**

■ **Comunicação**

1. Realizar campanhas de sensibilização nas escolas e nas comunidades, em parceria com os fiscais ambientais.

■ **Gestão pública**

2. Desenvolver instrumentos legais que definam a destinação prioritária dos recursos oriundos do ICMS-Verde e do licenciamento ambiental.
3. Criar a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).
4. Revisar o Plano Plurianual proposto, sob o ponto de vista da Agenda 21 Local.
5. Criar um Plano de Cargos e Salários que tenha como objetivos:
 - resgatar o plano existente e estudá-lo;
 - debatê-lo com a classe;
 - adequá-lo à realidade atual;
 - sensibilizar o Executivo e o Legislativo para implantá-lo.
6. Criar um posto avançado do Batalhão Florestal no município.

■ **Fiscalização**

7. Fomentar a atuação da comunidade na fiscalização e denúncia de crimes ambientais através do serviço Disque-Denúncia.
8. Fiscalizar o combate das queimadas, por meio da atuação da Brigada Ambiental (em processo de criação).
9. Implementar programas de fiscalização, coibindo as atividades de caça e pesca predatórias.

● **Conscientização dos estudantes – desenvolvimento da Agenda 21 Escolar**

■ **Planejamento**

1. Estimular a divulgação da Agenda 21 Escolar.

■ **Divulgação**

2. Continuar a realizar palestras em escolas e comunidades.
3. Criar um boletim da Agenda 21 Escolar, com circulação periódica.

● Viabilização de parcerias

■ Comunicação

1. Facilitar o contato da comunidade com as oportunidades oferecidas pelas instituições internacionais.
2. Promover a troca de experiências entre os pesquisadores da Associação Mico-Leão-Dourado e a população local.

■ Gestão pública

3. Promover ações que fortaleçam a Agenda 21 Local junto à Secretaria do Estado do Ambiente, Inea, Ministério do Meio Ambiente e à Rede Brasileira de Agenda 21 Local.

● Adequação da gestão pública municipal

■ Gestão pública

1. Exigir o compromisso do poder público de informar a sociedade civil sobre suas responsabilidades na formulação de políticas públicas, garantindo um modelo de gestão mais transparente.
2. Criar um Fórum local, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento, para promover uma integração entre as Secretarias Municipais.

■ Articulação

3. Buscar parceiros na iniciativa pública e privada para desenvolver um modelo de gestão participativa.

● Fortalecimento institucional do município

■ Capacitação

1. Capacitar os funcionários das Secretarias Municipais para organizar, obter recursos, implantar projetos e cobrar resultados, visando, inclusive, à criação de um banco de projetos.

2. Adquirir conhecimento para se habilitar na obtenção de certificação ambiental (ISO 14.000).
3. Adquirir conhecimento técnico sobre formalização de parcerias, a fim de desenvolver projetos.

■ Planejamento

4. Identificar as lideranças locais com perfil para elaboração de projetos e captação de recursos.
5. Cobrar transparência nas decisões e ações dos agentes envolvidos nos projetos de cooperação, buscando atingir os resultados esperados.
6. Integrar as ações desenvolvidas na Reserva e no município.
7. Integrar o Comitê de Bacias e o Fórum da Agenda 21 Local.

■ Articulação

8. Articular junto ao governo municipal a criação de uma equipe intersetorial voltada à gestão de projetos a serem propostos pela Agenda 21 Local.

Possíveis parceiros

Associação Mico-Leão-Dourado (AMDL) . Associações . Batalhão Florestal . Câmara Municipal . Comitê de Bacias Lagos São João . Cooperativas . Escolas . ICMBio . Emater-Rio . Inea . Meios de Comunicação local . Ministérios (Educação, Meio Ambiente) . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . SEA . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Planejamento, Educação, Saúde, Turismo) . Sindicatos . Universidades . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

American Express Foundation . Banco do Brasil . Banco Itaú . Banco JP Morgan . Banco Real . Basf . BVS&A . Caixa Econômica Federal . CIID . Conservação Internacional do Brasil . Finep . FNMA . Fundação Ford . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação Telefônica . Fundação Vale do Rio Doce . Public Welfare Foundation . Química Amparo (produtos Ypê) . Unesco.

AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO

Com base na avaliação de todas as questões levantadas e discutidas com os representantes da Agenda 21 dos municípios localizados na área de influência do Comperj, a Petrobras desenvolveu diversos planos e programas para a região, tanto de medidas compensatórias quanto de responsabilidade ambiental e social, para minimizar eventuais impactos causados pelo empreendimento.

Programas ambientais

■ Monitoramento dos corpos hídricos superficiais e sedimentos

Acompanhar a evolução da qualidade das águas dos rios Macacu e Caceribú, verificando alterações nas características e na qualidade das águas. Essa iniciativa dará origem a um banco de dados que orientará o monitoramento da água em fases futuras do empreendimento, assegurando que não haja degradação de corpos hídricos pelas atividades do Complexo.

■ Monitoramento das águas subterrâneas

Monitorar as variações e interferências na quantidade e qualidade das águas subterrâneas durante a realização das obras de infraestrutura de urbanização do Comperj.

■ Monitoramento dos efluentes líquidos

Monitorar os efluentes líquidos gerados pelas obras na fase de infraestrutura de urbanização e verificar se o tratamento de efluentes é realizado de forma adequada, não só em consonância com as leis pertinentes, mas também em relação aos parâmetros básicos necessários para sua reutilização.

■ Monitoramento de emissões atmosféricas e da qualidade do ar

Monitorar o teor de gases e particulados a serem gerados durante a fase de infraestrutura de urbanização e dar continuidade ao programa de monitoramento da qualidade do ar, iniciado na fase de licenciamento prévio.

■ Monitoramento de manguezais da APA de Guapimirim e Esec da Guanabara

Diagnosticar e monitorar as principais características nas áreas de florestas de mangue da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara.

■ Monitoramento da biota aquática

Caracterizar e monitorar possíveis alterações do ecossistema aquático, tanto fluvial quanto marinho, a partir de informações sobre seres vivos e condições do ambiente na fase de terraplanagem do Comperj.

■ Monitoramento da biota terrestre

Realizar o levantamento e monitoramento da composição da fauna terrestre da área de influência direta do Comperj.

■ Revegetação e apoio ao desenvolvimento, divulgação e implantação de práticas agroflorestais sustentáveis

Promover atividades de reflorestamento que contribuam para a recuperação e manutenção da biodiversidade dos ecossistemas das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribú.

■ Fortalecimento das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental de Itaboraí

Prover subsídios para que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Itaboraí possa cumprir as condições para celebração de convênio com o governo do Estado do Rio de Janeiro que visa à descentralização do licenciamento ambiental.

■ Apoio ao Parque Municipal Paleontológico de São José de Itaboraí

Apoiar a implantação de infraestrutura do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, contribuindo para que ele se torne referência enquanto espaço de pesquisa, educação patrimonial-ambiental e entretenimento para a comunidade do entorno.

Projetos sociais

■ Educação Ambiental

O objetivo do programa de Educação Ambiental é desenvolver ações nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, visando capacitar diversos setores da sociedade para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

■ Comunicação social

O programa de Comunicação Social do Comperj visa difundir e monitorar continuamente as informações sobre a implantação do empreendimento, informando riscos, situações específicas e evitando criar expectativas irreais entre os diversos públicos de interesse envolvidos.

■ Centro de Integração do Comperj

O local foi planejado para permitir a qualificação de mão de obra e o desenvolvimento das vocações locais nos municípios de influência do empreendimento. O objetivo é promover o desenvolvimento socioeconômico por meio da capacitação de micro e pequenas empresas da região, de forma a diminuir o impacto gerado pela mobilização e desmobilização de mão de obra em virtude das fases de construção e montagem do Comperj.

■ Centro de Informações do Comperj

O Centro de Informações do Comperj tem por missão coletar, sistematizar e disponibilizar dados e informações socioeconômicos e ambientais georreferenciados sobre os municípios membros do Conleste.

■ Apoio e cooperação às políticas públicas para adequação dos serviços públicos locais

O objetivo deste plano é apoiar as administrações públicas municipais e incentivar a articulação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na região, de modo a adequar a estrutura dos serviços públicos regionais às demandas oriundas da implantação do Comperj.

■ Capacitação de fornecedores e serviços locais para gestão de resíduos sólidos e insumos para obras

O objetivo deste plano é capacitar e apoiar os municípios da região do Comperj para disposição final de resíduos sólidos, assim como qualificar os fornecedores locais para suprimento de areia, em virtude das obras de urbanização.

■ Monitoramento da evolução demográfica e das demandas por serviços públicos

O objetivo do plano é acompanhar impactos socioeconômicos e ambientais provocados pelo aumento da população e da demanda dos serviços públicos, disponibilizando informações que permitam o planejamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

■ Valorização da cultura local

O objetivo geral deste programa é apoiar iniciativas para a valorização do patrimônio cultural material e imaterial dos municípios na região do Comperj, em alinhamento à Política de Responsabilidade Social da Petrobras.

■ Acompanhamento epidemiológico

Acompanhamento analítico da evolução de enfermidades e agravos na área de abrangência do Comperj – com foco nos municípios de Itaboraí, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, São Gonçalo e Guaxindiba –, contribuindo para quantificar e informar possíveis mudanças no comportamento epidemiológico no decorrer do processo de implantação do Complexo.

■ Atitude sustentável

O projeto, desenvolvido no parque ambiental Praia das Pedrinhas, em São Gonçalo, visa oferecer atividades esportivas e culturais, em sua maioria a crianças e adolescentes. O projeto traz ainda benefícios ao meio ambiente, já que a água que abastece o lago artificial (piscinão) é captada por uma balsa localizada na Baía de Guanabara e tratada com fins de purificação, tornando-se própria para o banho.

■ Mova-Brasil

O objetivo do projeto é promover a dignidade humana por meio da alfabetização de jovens e adultos, utilizando a metodologia criada por Paulo Freire.

■ Convivência Positiva

Visa fortalecer a autoestima e os vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes com HIV e AIDS, por meio de atividades socioeducativas.

■ Reciclando Vidas

Contribui para a inclusão social e o desenvolvimento humano e econômico da comunidade de catadores de resíduos de Itaoca.

■ Agricultura Familiar Periurbana

O objetivo do projeto é ampliar as oportunidades de ocupação socioeconômica e de geração de renda para os agricultores familiares periurbanos de Nova Iguaçu, Queimados, Magé e Rio de Janeiro.

■ Matrizes que Fazem

Tem como objetivo a qualificação profissional de jovens de São Gonçalo, por meio de oficinas de corte e costura, cerâmica, artesanato, entre outras.

■ Projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)

Visa promover a empregabilidade e o aumento de renda de agricultores familiares, por meio da inserção de técnicas de produção agrícola, dispensando o uso de adubos químicos e agrotóxicos.

■ Projeto CataSonhos

O projeto tem como principal objetivo fortalecer a rede de catadores da região e suas atividades de coleta e comercialização de material reciclável e de óleo vegetal usado.

GLOSSÁRIO / SIGLAS

Abav – Associação Brasileira de Agências de Viagens	Cenpes – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello
Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	CIID – Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento
Abrae – Associação Brasileira de Assistência ao Excepcional	CIIE – Centro de Integração Empresa Escola
Abratur – Associação Brasileira de Turismo Rural	CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Coapi-Rio – Cooperativa de Apicultores do RJ
Apherj – Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Estado do Rio de Janeiro	COB – Comitê Olímpico Brasileiro
APPBLRJ – Associação de Produtores de Palmito da Baixada Litorânea do Rio de Janeiro	Codin – Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos
Asdi – Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Commads – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	Conade – Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência
BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico Social	Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
BVS&A – Bolsa de Valores Sociais e Ambientais	Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	COREN – Conselho Regional de Enfermagem
CBB – Confederação Brasileira de Basquete	Crea – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Cbratur – Congresso Brasileiro da Atividade Turística	CRM – Conselho Regional de Medicina
CBV – Confederação Brasileira de Voleibol	CRT – Concessionária Rio-Teresópolis
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas	CT-Energ – Fundo Setorial de Energia
Cedae – Companhia Estadual de Água e Esgoto	CT-Hidro – Fundo Setorial de Recursos Hídricos
Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	CT-Infra – Fundo Setorial de Infraestrutura

CT-Transporte – Fundo Setorial de Transportes Terrestres

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

Detran – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

Detro – Departamento de Transportes Rodoviários

Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento

Emater-Rio – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro

Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

Febracoop – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio de Janeiro

Fecam – Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano

Fenape – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

Fetranspor – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro

FGV – Fundação Getulio Vargas

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente

Frida – Fundo Regional para a Inovação Digital na América Latina e Caribe

Funama – Fundação Nacional do Meio Ambiente

Funbio – Fundo Brasileiro para Biodiversidade

Fundescab – Fundo de Desenvolvimento

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Idec – Instituto de Defesa do Consumidor

Ieca – Instituto de Estudos Científicos Ambientais

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inea – Instituto Estadual do Ambiente

Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISP – Instituto de Segurança Pública

Iterj – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Pais – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

Parnaso – Parque Nacional da Serra dos Órgãos

PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental

Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor

Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo

Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor

Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sesi – Serviço Social da Indústria

Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil

Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais

SUS – Sistema Único de Saúde

TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil

WWF – World Wildlife Fund for Nature

PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental

Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo

Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor

Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor

Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

Seeduc – Secretaria de Estado de Educação

SEC – Secretaria de Estado de Cultura

Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sesi – Serviço Social da Indústria

Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil

Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais

SUS – Sistema Único de Saúde

TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil

WWF – World Wildlife Fund for Nature

PARTICIPANTES

Primeiro Setor

- Alcenir da Silva Carvalho
- Alexandra Aparecida Machado
- Ana Beatriz Lima Cordeiro - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Ana Claudia Xavier
- Ana Paula de Amorim Santiago - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Andrea de Barros Gomes - Subsecretaria Municipal de Promoção Social
- Antonio Carlos F. Lacerda - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Antonio Carlos Vairo dos Santos - Emater-Rio
- Antônio Henrique Barreto - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
- Bianka C. Alvim Santos Leite - E. M. Omar F. Alfradique
- Camila Maia Franco - Secretaria Municipal de Saúde
- Carlos A. C. Moscon - Secretaria Municipal da Fazenda
- Carlos A. Jenny - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
- Cíntia Araújo Pereira Victor - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Daniel S. Nascimento - Secretaria Municipal de Transportes
- Danilo José Coelho - Secretaria Municipal de Transportes
- Darci Matias Gomes - Sistema de Controle Interno
- Eliane G. R. Rangel - Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE)
- Eryca Correia do Nascimento - Secretaria Municipal de Promoção Social
- Evaldo Nascimento - Prefeitura Municipal Silva Jardim
- Ezequiel Moraes dos Santos - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Fernando Augusto Bastos da Conceição - Secretaria Municipal de Saúde
- Flávia Rocha Coelho - C. E. São Sebastião
- Gustavo Oberlaender - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Henrique Riquinho - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
- Helder Espedito Costa de Abreu - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Inácio Gomes Campos de Araújo - Secretaria Municipal de Saúde
- Isaias F. Ferreira - Secretaria Municipal de Saúde
- Jaime Ferreira Rodrigues - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Jalmir Pereira da Costa - Secretaria Municipal de Agricultura
- Jane Ferreira Lopes - Secretaria Municipal de Saúde
- Jaqueline Cardoso G. de Lacerda - Secretaria Municipal de Saúde
- Jaucirene Santana Cruz Rangel - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- João Alysio Pereira de Mattos - Emater
- Joelma Santana Cruz - C. E. Sérvulo Mello
- Jonas Moraes dos Santos - Câmara Municipal
- Jorge Alves - Prefeitura Municipal Silva Jardim
- José Américo E. da Silva - Câmara Municipal
- Leandro de Abreu Lima - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

- Leandro Viana Antunes Pinheiro - Secretaria Municipal de. Fazenda
- Lelita Cardoso de Carvalho - Secretaria Municipal de Promoção Social
- Manoel Ricardo
- Marcelo Massao Osava - Secretaria Municipal de Promoção Social
- Marco Antonio Moraes - Secretaria Municipal de Promoção Social
- Maria Ângela M. Espínola - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Maria Dalva S. Nascimento - Secretaria Municipal de Promoção Social
- Maria Laura de A. Moura - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Marineiva Cardoso - Secretária Municipal de Saúde
- Mário Jorge C. R. da Silva - Secretaria Municipal de Obras
- Marla Regina D. de Moraes - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Marla Regina Domingues de Moraes
- Marly Oliveira C. da Fonseca - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Mauro Fernando de Carvalho Peixoto - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Miriam Freire Barros - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Neusa Maria Moura de Abreu - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Oberlan C. Cabral Costa - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
- Paulo Eduardo A. Santiago - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Rafael Badia - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Regina M. da C. Xavier - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Renata Cruz da Silva - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Renata Machado Ribeiro - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Ricardo Oliveira de Souza - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Ronaldo de Castro Silva - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Roseli Guedes - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Rosilane Brum Cler - Instituto de Previdência
- Sandro C. de Andrade - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Sergio da Conceição - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Taísa Magdalena - Prefeitura Municipal de Silva Jardim
- Uberlan de Oliveira Miro - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Vanessa B. Oliveira Neves - Secretaria Municipal de Promoção Social
- Vilma Sodré Melo - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Wander Luis Borges Braga - Secretaria Municipal de Fazenda
- Wellington John Costa - Banco do Brasil S.A.
- Wladimir Delphino da Silva - Prefeitura Municipal de Silva Jardim

Segundo Setor

- Alcimar Simões Menezes - União FC
- Alexandro Machado Marinho
- Altamiro Duarte da Silva
- Alvacir Carvalho - Nutrisilva
- Amaro Viana
- Ana Lúcia Castelo Branco Carvalho - Nutrisilva
- Ângela Falcão Carvalho - Sítio e Ranário Nirvana
- Antônio C. F. Lacerda - Sercom Informática
- Antônio de Oliveira Gil

- Aulus Plautius S. Mello de Macedo - Sena Decorações
- Carlos Alberto de A. Moura - Calfer
- Carlos Alberto Picorelli - Fazenda Santa Luzia
- Carlos Eduardo Jardim Moura - Educas. Com. Dist. Ltda.
- Cíntia Pereira Victer
- Cristiane dos Santos Mesquita
- Dalva da Penha L. do Nascimento - Sítio Águas Limpas
- Elizabeth S. da Silva
- Elza Coutinho de Amorim
- Eros Campello de Queiroz - Pousada da Aldeia - Fazenda Jaraguá
- Estefânia Maria Ferreira - Point do Camarão
- Evaldo Nascimento
- Expedito de Barros Coelho - Unigranrio
- Fátima Oliveira
- Gilson da Fonseca Ribeiro - GF Ribeiro Vidraçaria
- Heliomar Ferreira B. de Campos - Onix Serviço Ltda.
- Ildete Alves Reis Freire - Salão Raio de Luz
- Jaredo Hilario Ramos - Reserva Biológica Poço das Antas
- Jesuíno Andrade Filho - Loja Maçônica
- Jorge Ribeiro Rosa - Point do Camarão
- José do S. Filho - Siena Grill
- José Francisco Machado Filho - Sítio São Francisco
- José Manoel Marinho
- José H. de Oliveira Silva
- Juliane dos Santos Ramos
- Jurema Maria da Conceição
- Lúcia P. Alfradique
- Luciana Ribeiro da Cunha Santos - J. L. Buffet
- Luciano Alfradique - Bom Preço Bazar
- Luis Fernando Egger - Cerâmica Uniplan

- Luiz Antônio Costa - Lac Costa Me.
- Luiz Nelson Faria Cardoso - RPPN Fazenda Bom Retiro
- Manoel Ricardo Alves de Paulo - Fazenda São Francisco
- Márcio Canellas
- Marcos Antônio Alves de Souza - Pão da Hora
- Margareth Vieira Xavier - Sholl Laje Com. e Ind. Ltda
- Maricelma R. da Fonseca - Restaurante Aldeia Velha
- Paulo de Souza do Nascimento - Sítio Águas Limpas
- Rafael Badia Campos de Rezende - Armazém Rural Agropecuário
- Ricardo Oliveira de Souza
- Ronaldo Pone - Lanchonete Mineira
- Rubens João Castellano - Águas de Juturnaíba S.A.
- Rute Nery dos Santos
- Sandra Maria Alfradique da Penha - Bom Preço Bazar
- Sydney Torres - Fazenda Santa Helena
- Vanderléa de Oliveira Moraes - Point do Camarão
- Walcy Rodrigues Madeira
- Wemerson Pires Xavier - Mercado Mansur
- Zelita Cardoso de Carvalho

Terceiro Setor

- Agnes Gomes - Teartesanatos
- Aline Leite Nunes - Associação Mico-Leão-Dourado
- Amaro Viana - Sindicato Rural Silva Jardim
- Ana Lucia P. Gonçalves
- Andressa Cardoso
- Carlila Silva B dos Santos
- Célia Maria S. Pereira - Teartesanatos
- Celso Ferreira de Abreu
- Dandara Xavier
- Delcélia Ferreira

- Denise S. Pena
- Elsemiro Silva - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Jaqueline Alexandra R. Viana
- Joel Moraes dos Santos
- Josué Carlos - Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Silva Jardim
- Jurema Maria da Conceição - Associação de Pescadores da Lagoa de Juturnaíba
- Leydiane Soares
- Luana Souza
- Maria Cristina da S. Toledo - Pastoral da Criança
- Marilda Pereto - Teartesanatos
- Naide de Pinho Pereira dos Santos - Oscip Empreender
- Nandia Magalhães Xavier - Associação Mico-Leão-Dourado
- Nicanor P. Brandt
- Pastor Helder
- Patricia Curi
- Paulo César Vergara Lopes - Associação de Produtores de Palmito da Baixada Litorânea do Rio de Janeiro
- Penha Perassoli
- Ricardo Guinsburg
- Samara Ferreira
- Vanessa Boucinha
- Verônica M. da Rosa Borges Costa
- Vicência Pedro da Silva
- Alcenir da Silva Carvalho
- Aldiméia Luiza Paraíso Carvalho
- Alexandre Junger Neves
- Alfredo Ferreira
- Aliandro de Oliveira Rosa - Associação de Moradores de Aldeia Velha
- Aline de Castro Valadão - C. E. Sérvulo Mello
- Aline Silva de Jesus - C. E. Sérvulo Mello
- Allan da Fonseca
- Allana Soares Wilson de Vasconcellos
- Alvaro Fernando S. Costa
- Amaro Viana
- Ana Beatriz Coutinho de Amorim Lara
- Ana Claudia Correa Sena - Associação de Moradores de Varginha e Cesário Alvim
- Ana Cristina Silva Oliveira
- Andréa de Fátima dos Santos
- Andreia Ricardo de Motta
- Andressa de Fátima dos Santos
- Ary Machado
- Auxílio Rodrigues Soares
- Bonifácio Roberto Ferreira
- Bruno da Fonseca Martins
- Cacilda da Silva
- Camila da Silva Cardoso
- Carla Marcelle dos Santos Fagundes - C. E. Sérvulo Mello
- Carolyne Machareth Branco Gomes
- Célia Lamy
- Celi Aparecida Gonçalves
- Claudiomiro Alves de Mello
- Cleber da Rocha
- Cleusimar Nunes Cardoso dos Santos
- Crislaine Viana das Mercês
- Daiana Vieira da Silva

Comunidade

- Adailton Carvalho Pires Junior - C. E. Des. José Augusto
- Adriana dos S. Caldas Neves
- Adriana Lucia Barrozo
- Aguinaldo Alexandrino Carvalho
- Aila Silva de Jesus - C. E. São Sebastião

- Daniel Jerônimo de Carvalho
- Daniele Silva e Souza
- Danielle Bragança de Oliveira
- David Silva
- Delcimar Xavier Rodrigues
- Denise Junger Neves
- Denise Ribeiro Magalhães
- Diego Leal
- Dilceia Ferreira Kort Camp
- Edienilson Nunes da Silva
- Edinélia Pires da Rocha
- Edmilson de Abreu
- Edson Luiz Leite Gomes
- Eduardo Paraíso de Carvalho
- Elizete da Cruz Gomes
- Elza Helena Costa Pereira
- Emanuelle do Carmo Ferreira
- Emil Ferreira
- Evelyn Gomide
- Evilin Nascimento Camargo
- Ezequiel Moraes dos Santos
- Fabiane da Silva
- Fany Beigler
- Filipe Alves Tostes
- Gabriela Viviane Martins - C. E. Sérvulo Mello
- Gabrielle de Souza Marques
- Gessica Freitas da Silva
- Giliard Rodrigues
- Gisela Vieira Macedo
- Gualter do Nascimento
- Guilherme Augusto Gartner - Associação de Moradores de Cesário Alvim
- Helder Expedito Costa Abreu - Igreja Evangélica Assembleia de Deus
- Helen Nascimento Camargo - C. E. Sérvulo Mello
- Ilza Carla Fischer Espíndola
- Inarajadassa A. de Sena
- Izaias Espíndola Sardinha
- Jacqueline Carlile Holanda Arruda
- Jeane de Souza Ferreira
- Jessé de Siqueira Leonel
- Jessica Saraiva da Silva - C. E. Sérvulo Mello
- Jocasta Oliveira Conceição
- Johny de Figueiredo Silva
- José Antônio Ferreira - Igreja Evangélica Assembleia de Deus
- José Augusto de Mattos
- José de Souza Herdy
- José Guilherme Ribeiro de Souza
- Jose Manoel Marinho
- Josiane Conceição da Silva - C. E. Sérvulo Mello
- Josiane Fagundes Vitória
- Josias Teodoro Correia
- Josué Carlos
- Juarez Campos Lima
- Juarez Sardinha
- Juliana da Conceição Rangel
- Juliana Marcia Fabiano Dias - C. E. Sérvulo Mello
- Juliete Pires de Oliveira - C. E. Sérvulo Mello
- Julio Cesar Pereira do Nascimento
- Jurandi Dias Teixeira - Associação de Moradores de Lucilândia
- Juseli alves da Silva
- Karine Pereira Gomes - C. E. Sérvulo Mello
- Karina Paula Florentina
- Karine Glaser Vieira
- Kassia Domingues Dias
- Kassia Nazare de Oliveira Benevides
- Laurení Rodrigues da Silva - C. E. Sérvulo Mello
- Licencia Pedro da Silva

- Livia Ferreira de Mendonça
- Lorena da Silva Costa - C. E. Sérvulo Mello
- Lorrara Joice da Silva Oliveira
- Luana Maria Nascimento Jaques
- Luciane Ferreira Lopes Santos
- Luciene Maria de Azevedo - C. E. Sérvulo Mello
- Luiz Carlos Garcez Marques
- Luiz Gonzaga das Chagas
- Lurielle de Souza Marques
- Manoel Altino Klein
- Manoel Silva Soares
- Manuela Santos Theodoro - C. E. Sérvulo Mello
- Mara Dalila de Araújo Lemos
- Mara Ribeiro Antunes - C. E. Sérvulo Mello
- Marcello Moreira
- Marco Antonio Costa
- Marco Antônio Gomes Nascimento
- Marcos Antonio da Silva
- Marcus Reis de Queiroz
- Maria Bethania Magalhães Marina
- Maria das Graças Bachemeyer
- Maria de Torres Pelito
- Mariana da Silva Oliveira Rocha
- Mariani Pires Miranda - C. E. Sérvulo Mello
- Marilda de Torres Pelito
- Mário Rosa Chavre
- Michele de Oliveira Rosa
- Miria Ferreira Lopes
- Miriam Grijó Gonçalves
- Mirlene Parreira Rosa - C. E. Sérvulo Mello
- Mislaine Gessica da Silva
- Mislene da Silva Freitas - C. E. Sérvulo Mello
- Moisés da Silva
- Moisés Schumacker Lemos
- Monique Oliveira da Silva
- Moyses Teodoro Correia - Associação de Moradores e Produtores de Mato Alto
- Naide de Pinho Pereira dos Santos
- Nair Martins Fontenelle
- Nasciet Teixeira Leite
- Natanael Peres do Nascimento
- Natane Quintanilha Correia - C. E. Des. José Augusto
- Nathany do Carmo Ferreira
- Nayara da Silva Vieira Mattos - C. E. Sérvulo Mello
- Nayla Pereira dos Santos
- Nelson Fernandes Kort Camp
- Nelson Luiz Rodrigues Pereira
- Nelson Pires Moreira
- Nívea Fernandes da Silva
- Odilon de Oliveira Pelito
- Oraci Freire de Mota Machado
- Osemar Espíndola Moreira
- Otávio Soares de O. Filho - Sindicato dos Servidores Municipais de Silva Jardim
- Otuide Vieira de Matos
- Pâmela Alves Sabino
- Paulo Cezar Ribeiro
- Paulo Sergio Martins
- Plancacio Lira Diniz
- Priscila Silva da Conceição - C. E. Sérvulo Mello
- Rachel da Silva Gomes
- Raquel A. de Souza
- Raquel Oliveira da Conceição
- Reginaldo do Paraíso Carvalho
- Renata de Mesquita Magalhães
- Rivelino Alves Melo
- Roberta Lacerda de Souza e Silva - C. E. Sérvulo Mello

- Roberto Castro Teixeira
- Roberto Cesar Ribeiro Lara
- Rodrigo Neves da Silva
- Rogério Martins da Mota
- Rosana Oliveira da Conceição
- Rosângela da Silva Oliveira
- Roseli Fonseca de M. Guedes
- Rosiane Coimbra de Freitas
- Rosiléia Neves da Silva
- Rosimar Peres de Moraes - C. E. Sérvulo Mello
- Rozeli Alves da Silva
- Ruan das Flores Azevedo - Associação Mico-Leão-Dourado
- Rute Nery dos Santos - Instituto Inovando com Art - Reciclagem
- Ruth da Silva Costa
- Sandro de Abreu Lima
- Sávio Antunes de Carvalho
- Sergio da Conceição Silva
- Shirley Vieira de Carvalho - C. E. Sérvulo Mello
- Silvio Neto da Silva
- Simone de Souza Seraphim
- Sueli Freitas de Castro
- Sueli Machareth Branco Gomes
- Tatiane da Silva Machado
- Thamiris Antunes de Souza
- Uânderson Galvão Camara
- Vagner Pereira de Souza
- Valdelice Costa Nascimento
- Valéria Francisco da Silva - C. E. Servulo Mello
- Valter Gomes Pereira Coelho
- Vandelei Machareth Branco
- Vanessa Laterza
- Vania Miranda da Silva - C. E. Des. José Augusto
- Verônica Ribeiro da Silva Matos
- Victória O. C. da Fonseca
- Vlademir Lemos de Souza
- Wanderson Cardoso Gomes
- Whesleyana Bastos - C. E. Sérvulo Mello
- Wilson de Oliveira
- Wirginia Maciel do Bomfim Barros
- Yara Machado Calazans
- Zelita C. de Carvalho

PROJETO AGENDA 21 COMPERJ – CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Petrobras

Gerente de Relacionamento	Gilberto Puig Maldonado
Gerente de Relacionamento Corporativo	Carmen Andrea Ribeiro Vianna Santos
Coordenador da Agenda 21 Comperj	Ricardo Frosini de Barros Ferraz
Assessor (mobilização à construção coletiva)	Caroline Vieira Nogueira
Assessor (formalização à finalização)	Luiz Cesar Maciel do Nascimento
Encarregado de Logística	Paulo Brahim

Ministério do Meio Ambiente

Diretora do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental	Karla Monteiro Matos Geraldo Abreu
Assessor técnico (consolidação municipal)	Márcio Ranauro
Assessor técnico (consolidação municipal)	Luis Mauro Ferreira

Secretaria de Estado do Ambiente

Superintendente do Grupo Executivo do Programa Estadual da Agenda 21	Carlos Frederico Castello Branco
--	----------------------------------

Etapas de Mobilização da Sociedade à Formalização do Fórum

Instituto Ipanema

Coordenadora Geral	Ninon Machado de Faria Leme
Coordenadora Técnica	Maria de Lourdes Davies Freitas
Técnico	Eduardo Peralta Vila Nova de Lima
Técnico	Jaime Bastos Neto
Técnico	Mônica Engelbrecht Deluqui
Assistente Técnica (construção coletiva)	Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo
Assistente Técnica (construção coletiva)	Fernanda Leopardo
Assistente Técnico	Jorge Luiz Gonçalves Pinheiro
Assistente Técnico (construção coletiva)	Leonardo Fernandez Casado Barcellos
Assistente Técnico (construção coletiva)	Nilmar Vieira Magalhães
Assistente Técnica (construção coletiva)	Polita de Paula Gonçalves
Assistente Técnica	Priscila Amaro Lopes
Assistente de Apoio	Helena Maria de Souza Pereira

ISER

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Samyra Crespo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Dioneu Brollo
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Técnica	Márcia Gama
Técnica	Patricia Kranz
Técnica (construção coletiva)	Ana Batista
Técnica (construção coletiva)	Renata Bernardes
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente Técnico/Financeiro	Hebert Lima
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira

Rodaviva

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Cláudia Jurema Macedo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Rozender Smaniotto
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Coordenador Regional	Vladimir Falcão
Técnica	Isabel Macedo
Técnico	Marcelo Arantes
Técnica (construção coletiva)	Tânia Jandira
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente Técnico	Hebert Lima
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Administração (construção coletiva)	Rosangela Ferrão
Tesoureiro	Jose Pedro Mendes
Suporte Técnico (construção coletiva)	Raimundo Nonato

ASA

Coordenador Geral	Roberto Rosa Olivella
Gerente do Projeto	Cláudia Passos Sant'Anna
Coordenador Técnico	Roberto Wagner Rocco
Coordenador de Campo (construção coletiva)	Leandro Quintão
Técnica	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Técnico	Thiago Albuquerque
Técnico	Flavio Vizeu Soares Bezerra
Técnico (construção coletiva)	Alex Bernal
Técnica (construção coletiva)	Christiane Nascimento Santos
Técnica (construção coletiva)	Gisele Renault
Técnica (construção coletiva)	Nathália Araújo e Silva
Técnica (construção coletiva)	Priscila Amaro Lopes
Técnica (construção coletiva)	Patricia Themoteo Teixeira
Técnica (construção coletiva)	Renata Villaça
Técnico (construção coletiva)	Thiago Vasquinho Siqueira
Assistente de Relatoria (construção coletiva)	Tatiana de Sá Ferreira
Apoio Administrativo	Heidi Marques

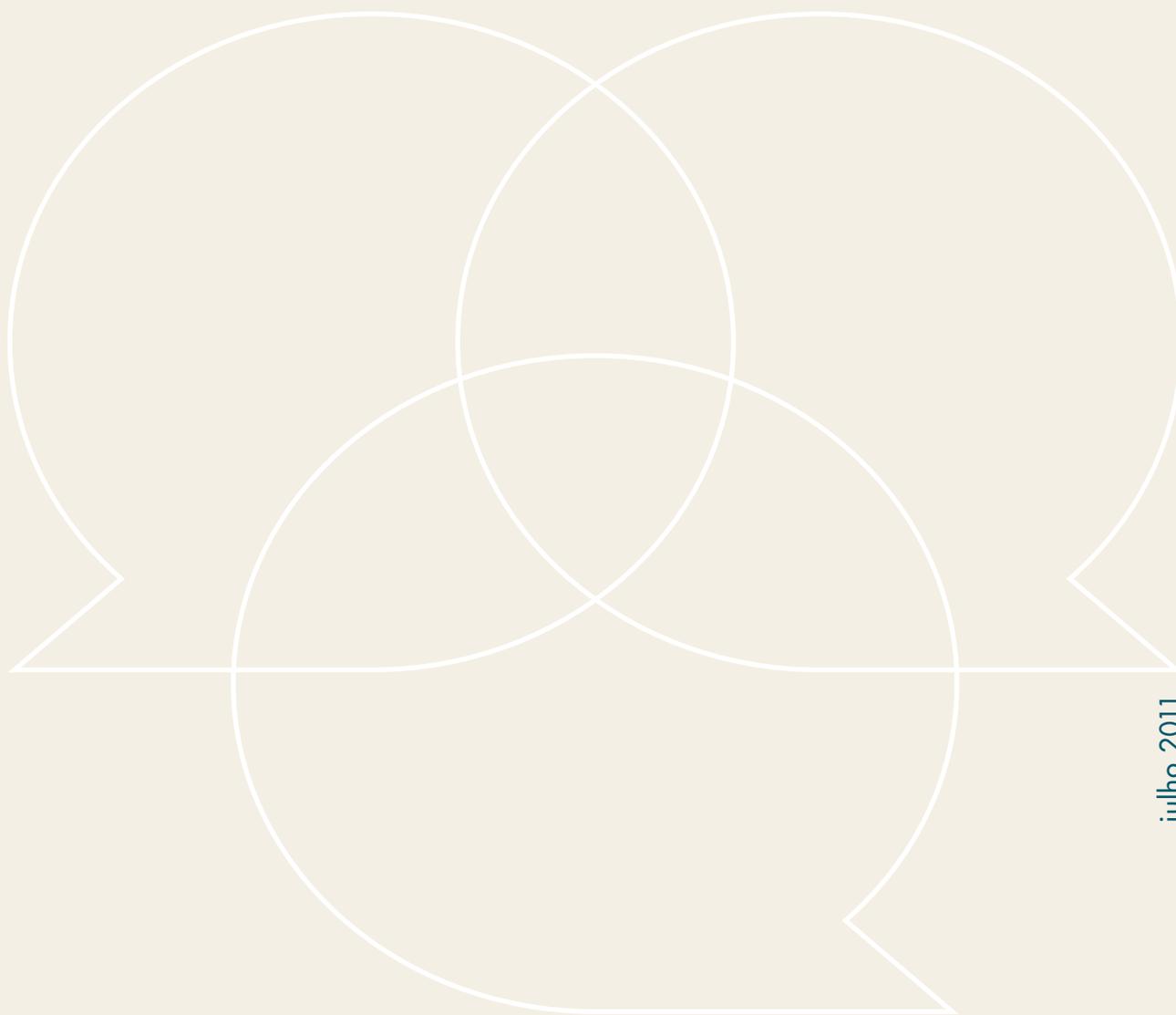
Consultorias:

Fundação José Pelúcio – Ladec / UFRJ (construção coletiva)	José Luiz de Santana Carvalho
ILTC (consolidação municipal)	Lucila Martínez Cáceres

Etapa de Finalização das Agendas

Consultorias:

Coordenadora Técnica	Patricia Kranz
Consultor	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Consultor	Thiago Ferreira de Albuquerque
Consultor	Mônica Engelbrecht Deluqui
Consultor	Roberto Rocco
Consultor	Leandro Quintão
Técnica	Maria Aparecida de Oliveira
Produção de vídeo	Wellington Gomes de Oliveira



julho 2011

www.agenda21silvajardim.com.br



Ministério do
Meio Ambiente

